



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL  
DO TRÓPICO ÚMIDO**

**PABLO VITOR VIANA PEREIRA**

**PRÁTICAS SOCIAIS DE LAZER E SUAS RELAÇÕES NOS ESPAÇOS  
PÚBLICOS ESTAÇÃO DAS DOCAS E VER-O-RIO EM BELÉM - PARÁ**

**BELÉM  
2019**

**PABLO VITOR VIANA PEREIRA**

**PRÁTICAS SOCIAIS DE LAZER E SUAS RELAÇÕES NOS ESPAÇOS  
PÚBLICOS ESTAÇÃO DAS DOCAS E VER-O-RIO EM BELÉM - PARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

Orientadora: Profa. Dra. Mirleide Chaar Bahia.

**BELÉM  
2019**

P436p

Pereira, Pablo Vitor Viana, 1985-  
Práticas sociais de lazer e suas relações nos espaços públicos Estação das  
Docas e Ver-o-rio em Belém-Pará / Pablo Vitor Viana Pereira. – 2019

141 f.: il.; 30 cm.

Inclui bibliografias

Orientadora: Mirleide Chaar Bahia

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos  
Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento  
Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2019.

1. Práticas Sociais de Lazer. 2. Espaços Públicos. 3. Estação das Docas  
(PA). 4. Ver-o-Rio (PA). I. Bahia, Mirleide Chaar. II. Título.

CDD 22. ed. 307.12098115

**PABLO VITOR VIANA PEREIRA**

**PRÁTICAS SOCIAIS DE LAZER E SUAS RELAÇÕES NOS ESPAÇOS  
PÚBLICOS ESTAÇÃO DAS DOCAS E VER-O-RIO EM BELÉM - PARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Planejamento do Desenvolvimento.

**Aprovado em:** \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Profa. Dra. Mirleide Chaar Bahia  
Orientadora - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA).

---

Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo  
Examinador Interno - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA).

---

Profa. Dra. Simone Rechia  
Examinadora Externa - Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFPR).

BELÉM  
2019

Dedico a minha amada esposa Mayra Viana pelo apoio, incentivo e carinho proporcionado nessa fase da minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, em primeiro lugar, a Deus, pela força, saúde, sabedoria e coragem a mim concedida e que me fizeram superar todas as dificuldades nesta caminhada de estudos e pesquisas.

À minha esposa Mayra Viana, por ter me proporcionado momentos felizes e alegres, e por ser minha amiga e conselheira nos momentos difíceis. Às minhas amadas mães Zélia Viana e Claudemia Viana, ao meu pai João Viana (*in memoriam*) e os meus irmãos Elica Pereira e Vinícius Pereira, que mesmo morando em outra cidade estão sempre no meu coração.

Agradeço também à família Viana aqui em Belém, por ter me recebido quando vim cursar a graduação, em especial a tia Graça e a prima Pamela. Da mesma forma, agradeço a Jack, o Naldo, a Cecilia e a Jamily.

À professora Mirleide Bahia, por todo carinho e paciência, seus ensinamentos contribuíram muito para meu amadurecimento tanto profissional quanto pessoal. É um exemplo de professora, uma inspiração, além do que é uma grande amiga.

À minha amiga Patrícia Silva, que mesmo não estando morando em Belém, esteve sempre torcendo pelas minhas conquistas, o mesmo posso dizer ao meu amigo Douglas Carvalho, que em vários momentos me incentivou e acreditou que iria dar certo. Estarão sempre no meu coração!

Agradeço aos grupos “ADV’S” amigos que fiz na especialização e os “LEGAIS” amigos da graduação. Da mesma forma agradeço aos demais amigos e colegas que sempre torceram por mim, aqueles que estão em Belém e os de Santarém. Todo meu carinho e admiração!

Aos professores do NAEA, em especial ao prof. Silvio Figueiredo e ao prof. Saint Clair, suas aulas e seus ensinamentos contribuíram significativamente para entender as questões que envolvem o espaço público e a sociedade. Minha eterna gratidão!

Aos professores da Faculdade de Turismo FACTUR/UFGPA (em especial a professora Helena Dóris e a professora Jéssika Paiva) obrigado pelos ensinamentos e pelas oportunidades de atuar como monitor das disciplinas sobre lazer e recreação. Agradeço também ao professor Paulo Pinto, pela oportunidade em atuar como docente colaborador da faculdade. Os debates em sala de aula e o contato com os

alunos foram essenciais para meu amadurecimento profissional, e pela certeza que o caminho que pretendo seguir é a docência.

Aos colegas do programa, muito obrigado pelas trocas de conhecimentos tanto em sala de aula, quanto em nossas viagens de campo. Foram momentos divertidíssimos nessa caminhada do curso.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudo a mim concedida, esse auxílio financeiro foi essencial para me dedicar exclusivamente à pesquisa.

Aos gestores da BELEMTUR (Fernando Teixeira) e da SEJEL (Wilson) que sempre se dispuseram a me ajudar. Da mesma forma agradeço aos antigos colaboradores da OS PARÁ 2000 (em especial a Márcia Macêdo e Isa Arnour), assim como os antigos técnicos da BELEMTUR (Marcia Costa e ao Adrielson).

A todos aqueles usuários dos dois espaços que aceitaram contribuir com essa pesquisa, ouvi-los me fez acreditar que o lazer pode se tornar um potencial transformador nas vidas das pessoas.

Obrigado a todos e a todas!

*Quem tem fé jamais deserta ante as pedras  
das estradas porque Deus é porta aberta que  
anula portas fechadas  
(Antonio Juraci Siqueira)*

## RESUMO

O objetivo principal desta pesquisa foi analisar as práticas sociais de lazer e suas relações nos espaços públicos Estação das Docas e Ver-o-Rio. Para isso, buscou-se analisar os projetos e as ações governamentais voltados às práticas sociais de lazer e as formas de vigilância dos dois espaços estudados, identificar quais são as práticas sociais de lazer dos usuários nesses dois espaços e identificar os entraves e as possibilidades das práticas sociais de lazer dos usuários. Como procedimento teórico-metodológico utilizou-se o conceito de *habitus*, proposto por Bourdieu (1983), para entender as práticas sociais de lazer na Estação das Docas e Ver-o-Rio. Optou-se por uma pesquisa descritiva analítica, com abordagem qualitativa, por meio da combinação entre levantamento bibliográfico, análise documental e pesquisa de campo, com observação sistemática e entrevistas semiestruturada. Conforme foi observado nas análises dos dados, os dois recortes espaciais dessa pesquisa se revelam representativos, por diferentes contextos da história. Em se tratando do Complexo Turístico Estação das Docas, muitos usuários conseguem vivenciar o lazer, entretanto, de forma “regulada”, com certa vigilância, sem muita liberdade, visualizadas nas normas e regras impressas no “agir” dos funcionários, os quais utilizam de certa autoridade para dizer o que pode e o que não pode fazer no local. No entanto, novos usos acabam fazendo parte da cena e se instalando numa espécie de práticas sociais de lazer com certa liberdade, as quais imprimem pequenas transgressões ao que está imposto como norma. No Complexo Turístico Ver-o-Rio, apesar das práticas de lazer acontecerem de maneira independente, sem muitas normas, regulação e vigilância, ficou evidente, por exemplo, que a falta de segurança no local, em alguns momentos acaba contribuindo para a ociosidade no espaço. O próprio planejamento de ações do órgão responsável pelo Ver-o-Rio contribui com essa situação, já que as ações e os serviços são direcionados para ocorrerem naquele espaço em determinado horário. Desse modo, ao analisar as práticas sociais de lazer nos dois espaços públicos, foi possível ver determinados aspectos da vida urbana, além de práticas que hora competem hora se complementam. Portanto, conclui-se que analisar as práticas sociais de lazer na Estação das Docas e no Ver-o-Rio revelou não somente os campos de forças atuantes sobre o uso desses espaços, mas também permitiu desvelar práticas sociais, por meio de artifícios e de estratégias que os usuários utilizam para vivenciar o lazer nos dois espaços públicos.

**Palavras-chave:** Práticas sociais de lazer. Espaços públicos. Estação das Docas (PA). Ver-o-Rio (PA).

## ABSTRACT

The principal goal of this study was analyze social practices of leisure and their relations in the public spaces Estação das Docas and Ver-o-Rio. Then, were analyzed governmental projects and actions in social practices of leisure and different forms surveillances in both places, to identify social practices of leisure by users and to identify the barriers and possibilities of users' social practices of leisure. As procedure theoretical-methodological was applied the habitus concept, proposed by Bourdieu (1983) to understand the social practices of leisure in Estação das Docas and Ver-o-Rio. Was realized a descriptive analytical research with qualitative approach by a combination with bibliographical research, documental analysis and field research with systematic observation and semi structured interviews. Through data analysis, the two spaces prove to be representative by different historical contexts. In Complexo Turístico Estação das Docas many users can experience leisure, however with restrictions and by surveillance watched in regulations printed by "acts" by employees witch controlled the actions by users telling what is permitted or not to do locally. In other wise, new leisure's practices can be observed been practiced with certain freedom transcending the imposed "rules". In Complexo Turístico Ver-o-Rio although social practices occurs independently without surveillance or rules, was noticed, for example, that the lack of local security in some moments contributes to space idleness. The action plans proposed by responsible manager contributes to this, since actions and projects are directed to occur in certain period of time. In this way, when analyzing the social practices of leisure in both public spaces was possible notice some aspects of urban life besides practices that hour compete time complement each other. Then, were concluded that analyzing the social practices of leisure in Estação das Docas and Ver-o-Rio revealed acting field forces on the use in those places, but permitted identify social practices, by artifices and strategies by users to experience leisure in both public spaces.

**Key words:** Leisure social practices. Public spaces. Estação das Docas (PA). Ver-o-Rio (PA).

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Roteiro de observação-----	23
Quadro 2: Principais leis e decretos sobre acessibilidade-----	32
Figura 1 - Planta da Fortaleza de São Pedro e do Convento dos Mercenários -----	52
Figura 2 - Porto de Belém, em 1905-----	53
Figura 3 - Armazéns da Alfândega, em 1907-----	54
Figura 4 - Imagem da inauguração do Porto de Belém, em 1909-----	55
Figura 5 - Complexo Turístico Estação das Docas-----	56
Quadro 3 - Ações dos projetos pôr do som e pôr do sol – Período 2008, 2012, 2013, 2014-----	67
Quadro 4 - Programações variadas desenvolvidas pela OS Pará 2000 na Estação das Docas – Período 2012-2014-----	74
Quadro 5 - Programações variadas desenvolvidas pela OS Pará 2000 na Estação das Docas – Período 2015-2018-----	72
Quadro 6 – Ações dos Projetos Pôr do Som, Pôr do Sol e Cine Estação-----	74
Figura 6 - Complexo Turístico Ver-o-Rio-----	78
Quadro 7 - Requalificação do Complexo Turístico Ver-o-Rio-----	80
Quadro 8: Ações desenvolvidas pela Coordenadoria Municipal de Turismo – Período 2013-2018-----	87

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1- Museu do Porto localizado no <i>Boulevard</i> das Artes-----	57
Fotografia 2 - Restaurantes e lojas no <i>Boulevard</i> das Artes-----	58
Fotografia 3 - Restaurantes e sorveteria no <i>Boulevard</i> da Gastronomia-----	58
Fotografia 4 - Área de eventos e escritório da administração do complexo-----	59
Fotografia 5 - Área para passeio público-----	60
Fotografia 6 - Terminal de uso Turístico localizado na entrada do complexo-----	60
Fotografia 7 - Anfiteatro localizado ao lado do terminal Turístico-----	61
Fotografia 8 - Apresentação do Projeto Pôr do Sol-----	63
Fotografia 9 - Apresentação do Projeto Pôr do Som-----	63
Fotografia 10 - Base marítima da Empresa Aérea Panair do Brasil, em março de 1930, localizada na Avenida Marechal Hermes-----	75
Fotografia 11 - Rampa da Empresa Aérea Panair do Brasil-----	76
Fotografia 12 - Lanchonetes e bares no Complexo Turístico Ver-o-Rio-----	78
Fotografia 13 - Palco para <i>Shows</i> no Complexo Turístico Ver-o-Rio-----	79
Fotografia 14 - Memorial dos Povos Indígenas no Complexo Turístico Ver-o-Rio-----	79
Fotografia 15 - Lago para passeios de pedalinho no Complexo Turístico Ver-o-Rio-----	80
Fotografia 16 - Prática social de lazer na Estação das Docas " <i>Pokémon Go</i> "-----	94
Fotografia 17 - Prática social de lazer na Estação das Docas, "piquenique"-----	96
Fotografia 18 - Prática social de lazer na Estação das Docas, "Jovens tocando"--	97
Fotografia 19 - Prática social de lazer no Ver-o-Rio, "jovens dançando"-----	101
Fotografia 20 - Prática social de lazer no Ver-o-Rio, "canoagem e <i>Stand Up Paddl</i> "-----	102
Fotografia 21 - Prática social de lazer no Ver-o-Rio, "piquenique"-----	103
Fotografia 22 - Prática social de lazer no Ver-o-Rio, "banho de rio"-----	104
Fotografia 23 - Prática social de lazer no Ver-o-Rio, "Pescaria"-----	105

Fotografia 24 - Prática social de lazer ao lado da Estação das Docas, “pesca”-----	<b>113</b>
Fotografia 25 - Jovens sendo abordado pelo funcionário da Estação das Docas--	<b>114</b>
Fotografia 26 - Prática social de lazer no Ver-o-Rio, “grupo de jovens conversando”-----	<b>122</b>
Fotografia 27 - Grupo de jovens dançando dentro do memorial dos povos indígenas-----	<b>123</b>

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BELEMTUR	Coordenadoria Municipal de Turismo
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
FUMBEL	Fundação Cultural do Município de Belém
IBEU	Índice de Bem-Estar Urbano
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
OS	Organização Social
PRÓ-BELÉM	Plano de Reestruturação Urbana da Orla de Belém
PIT	Posto de Informações Turísticas
SECON	Secretaria Municipal de Economia
SEJEL	Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SETUR	Secretaria de Estado de Turismo
UFPA	Universidade Federal do Pará
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> -----	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> -----	<b>20</b>
<b>3</b>	<b>ESPAÇOS PÚBLICOS NA CIDADE</b> -----	<b>26</b>
<b>3.1</b>	<b>Espaços Públicos e acessibilidade</b> -----	<b>26</b>
<b>3.2</b>	<b>A construção social dos <i>lugares</i> nos espaços públicos na cidade-</b>	<b>41</b>
<b>3.3</b>	<b>Espaços públicos de lazer</b> -----	<b>47</b>
<b>4</b>	<b>OS LUGARES DA PESQUISA: COMPLEXO TURÍSTICO ESTAÇÃO DAS DOCAS E COMPLEXO TURÍSTICO VER-O-RIO</b> -----	<b>51</b>
<b>4.1</b>	<b>Contexto histórico e social do Complexo Turístico Estação das Docas</b> -----	<b>51</b>
4.1.1	Organização Social Pará 2000: Um breve histórico de Gestão do Complexo Turístico Estação das Docas-----	55
<b>4.2</b>	<b>Contexto histórico e social do Complexo Turístico Ver-o-Rio</b> -----	<b>74</b>
4.2.1	Histórico de Gestão do Complexo Turístico Ver-o-Rio-----	76
<b>5</b>	<b>AS PRÁTICAS SOCIAIS DE LAZER EM ESPAÇOS PÚBLICOS</b> -----	<b>88</b>
<b>5.1</b>	<b>As práticas sociais de lazer nos espaços públicos Estação das Docas e Ver-o-Rio</b> -----	<b>88</b>
<b>5.2</b>	<b>Os entraves e as possibilidades das práticas sociais de lazer nos espaços públicos Estação das Docas e Ver-o-Rio</b> -----	<b>106</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> -----	<b>124</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> -----	<b>129</b>
	<b>APÊNDICE A</b> -----	<b>137</b>
	<b>APÊNDICE B</b> -----	<b>139</b>
	<b>APÊNDICE C</b> -----	<b>140</b>
	<b>APÊNDICE D</b> -----	<b>141</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao tratar do desafio de debater a contemporaneidade, alguns autores, a exemplo de Castro e Figueiredo (2014), salientam que se faz necessário compreender, primeiramente, os processos de transformação social, econômica, política e cultural, que se manifestam nas cidades de todo o mundo. Essa dinâmica pode ser visualizada nas principais metrópoles que passam por processos contínuos de transformação, e que acabam fomentando modificações relacionadas à cadeia produtiva, a determinadas atividades econômicas, às necessidades da acelerada vida urbana, além de reordenamentos espaciais e sociais, na figura de novos espaços públicos de lazer para os residentes e para os visitantes.

Nota-se, na contemporaneidade, a importância que é dada ao trabalho, principalmente como foco central na vida das pessoas. Tal centralidade, muitas vezes, é percebida pelo controle e exploração do capitalismo, mas que também alimenta a formalidade e frieza das relações interpessoais, o anonimato da vida cotidiana (MAGNANI, 2008). A vida “corrida” nas grandes cidades, especialmente nas metrópoles, induz os indivíduos ao consumismo (por isso o fomento aos espaços fechados e vigiados, a exemplo dos *Shoppings Center*) e acabam por potencializar o consumo exacerbado de produtos produzido pelas indústrias.

Bahia (2014) ressalta que para compreender o lazer no mundo contemporâneo é preciso identificar mudanças, reconhecer as diversidades e desvelar desigualdades, uma vez que, para sua compreensão é imprescindível entendê-lo como um fenômeno em constante transformação. Portanto, o lazer deve ser analisado como fonte de hábitos (sociais e culturais) e pelas contradições, pois assim como existe a possibilidade de emancipação, também existe a ideologia do lucro, que torna o tempo livre em uma forma funcional e comercial (ADORNO, 2002).

Em se tratando de espaços públicos requalificados nas cidades, os debates têm se tornado constantes e tais discussões, muitas vezes, estão voltadas das críticas das políticas públicas, que na grande maioria acabam fomentando a manutenção de grandes grupos de empresas e, conseqüentemente, fortalecendo o capital. Os limites e diferenças, tantas vezes impostos por políticas de segregação, contribuem em certa medida para o distanciamento de classes sociais menos favorecidas nos espaços

públicos, por diversos motivos, como - barreiras econômicas, culturais, raciais e de gênero etc.

Associada à apropriação do espaço pela organização socioeconômica do capitalismo - o urbanismo espetáculo cria e reforça valores culturais e representações sociais, assim como “formatam comportamentos e definem a utilização de espaços públicos com verdadeiras subtrações do direito à cidade, no melhor estilo daquilo que podemos chamar de não lugar” (TRINDADE JR; AMARAL; SANTOS, 2006, p. 70).

Na cidade de Belém (Pará, Brasil), se percebe que alguns espaços, muitas vezes, limitam os próprios moradores, em função da falta de acessibilidade física e simbólica. Nesse sentido, estudar as práticas sociais de lazer no contexto urbano é ver, ouvir e reunir as necessidades da sociedade, não se tratando apenas de produtos e bens materiais, mas de necessidades de informação, de simbolismo, de atividades lúdicas e de possibilidades de emancipação.

Belém – como uma grande cidade na Amazônia – se constitui como um espaço para experiências, já que, possui várias tradições culturais, variedade de modos de vida e, dessa forma, pode propiciar a oportunidade de trocas e contatos. Contudo, as contradições urbanas são fatores presentes quando se analisa a qualidade de vida da população. Essas problemáticas urbanas se manifestam, principalmente, pela desigualdade social, pela violência, pela degradação ambiental, pela falta de mobilidade urbana, e pela criminalidade. Ribeiro e Ribeiro (2016), ao analisarem o índice de bem-estar urbano dos municípios brasileiros (IBEU-Municipal), apontaram Belém na 25ª posição, ou seja, das 27 capitais, incluindo Brasília (Distrito Federal), a capital do Estado do Pará apresenta condições ruins de bem-estar urbano. As dimensões analisadas foram: mobilidade urbana, condições ambientais urbanas, condições habitacionais urbanas, atendimento de serviços coletivos urbanos e infraestrutura urbana.

Esses fatores comprovam os problemas das metrópoles, como Belém, no entanto, sem negar a realidade dessas condições urbanas, é possível entender a cidade, também por meio de seus lugares de lazer, nos quais as pessoas cultivam estilos e particularidades de práticas sociais de lazer, tal qual mantêm vínculos de sociabilidade e convivências, da mesma maneira que criam estratégias de viver na cidade (ou sobreviver), “combinando o antigo e o moderno, o conhecido e a novidade, o tradicional e a vanguarda, a periferia e o centro” (MAGNANI, 2008, p. 19).

Em relação aos espaços requalificados<sup>1</sup> para as práticas sociais de lazer, cultura e turismo na orla da cidade de Belém, Amaral (2005), Figueiredo (2008), e Trindade Júnior (2013) apontam que esses espaços, na maioria das vezes, surgiram com o intuito de transmitir uma nova imagem para a cidade, principalmente, de estratégia do *marketing* urbano, a exemplo, dos espaços do Complexo Turístico Estação das Docas, Complexo Turístico Feliz Lusitânia<sup>2</sup> e Parque Naturalístico Mangal das Garças<sup>3</sup>. Todavia, destaca-se que o processo de requalificação adotado pelas políticas públicas apresentou vários problemas, que se estabelecem tanto pela falta de acessibilidade atribuída pelas dimensões físicas, quanto pelas barreiras simbólicas existentes.

Um dos principais motivos de transformação de espaços a beira-rio, como a Estação das Docas e o Ver-o-Rio, objetos de estudo deste trabalho, vem “[...] das intervenções do poder público, trazem a concepção de um novo ordenamento urbano da “beira-rio” sob uma nova denominação - a “orla” -, assimilada” (TRINDADE JUNIOR, 2013, p. 505). Em se tratando, especificamente, do Complexo Turístico Estação das Docas as questões de acessibilidade tanto física quanto simbólica se tornam questionáveis, haja vista que é um espaço “vigilado”, além de estabelecer um controle dos comportamentos (FIGUEIREDO, 2008). A proposta do projeto Ver-o-Rio, por outro lado, baseou-se na produção do espaço de apropriação coletiva e sem restrições de uso (AMARAL, 2005), porém algumas ações dos agentes da segurança pública tem se mostrado divergente ao modelo inicialmente proposto.

Diante do exposto, este estudo tem como problema de pesquisa a seguinte questão: “Como ocorrem as práticas sociais de lazer e suas relações nos espaços públicos Estação das Docas e Ver-o-Rio?”. Para responder tal questão, o objetivo geral dessa pesquisa é: **analisar as práticas sociais de lazer e suas relações nos espaços públicos Estação das Docas e Ver-o-Rio**. Atrelados ao objetivo geral foram construídos três objetivos específicos:

---

<sup>1</sup> O termo requalificação social e urbana é associado à qualidade urbana vinculado a questões econômicas – ecológicas e sócio – culturais (FERREIRA; CRAVEIRO, 1989).

<sup>2</sup> O Complexo Turístico Feliz Lusitânia está localizado no centro histórico da cidade de Belém, no bairro da Cidade Velha. É um espaço que sofreu recuperação arquitetônica e tratamento paisagístico com vistas à atratividade turística e de lazer, com forte apelo histórico e cultural (TRINDADE JÚNIOR, 2013).

<sup>3</sup> O Parque Naturalístico Mangal das Garças foi criado pelo Governo do Pará em 2005. É resultado da revitalização de uma área de cerca de 40.000 metros quadrados às margens do Rio Guamá. Tornou-se um parque naturalístico de lazer, entretenimento e turístico, com valorização de paisagens e ambientes naturais e da memória histórica e cultural da cidade (TRINDADE JÚNIOR, 2013).

- Analisar os projetos e as ações governamentais voltados às práticas sociais de lazer e as formas de vigilância dos espaços;
- Identificar quais são as práticas sociais de lazer dos usuários dos espaços Estação das Docas e Ver-o-Rio;
- Identificar os entraves e as possibilidades das práticas sociais de lazer dos usuários nos dois espaços públicos.

Para conduzir a construção do conhecimento se propõe a hipótese de que: as práticas sociais de lazer dos usuários apresentam algumas formas de apropriação, que tanto se relacionam às normas e regras estabelecidas pelos administradores dos espaços, como também criam suas contraposições e resistências a essas.

A escolha dos Complexos Turísticos Estação das Docas e Ver-o-Rio como recorte espacial se deu pela relevância enquanto espaços públicos para as práticas sociais de lazer na cidade de Belém, além das suas peculiaridades, tanto no campo das discussões político-ideológicas, quanto pelas idealizações-concepções do espaço. Alguns trabalhos acadêmicos como de Santos (2002), Trindade Jr; Amaral; Santos (2006) e França (2018) apontam várias questões acerca dos espaços públicos requalificados na orla de Belém, principalmente os que estão sob a tutela do governo estadual, os quais estão pautados no planejamento estratégico de cidades, com o objetivo voltado ao *marketing* urbano e à parceria público-privada. Por outro lado, houve projetos de intervenção marcados pelo planejamento democrático-participativo, onde a gestão estimulava a organização de projetos de economia solidária (TRINDADE JR; AMARAL, 2006; COSTA, 2013).

A intenção dessa pesquisa é justamente compreender as práticas sociais de lazer que ocorrem naqueles espaços, posto que já se passaram mais de 15 anos de inauguração tanto do Complexo Turístico Estação das Docas quanto do Complexo Turístico Ver-o-Rio. Ou seja, é necessário outras análises como, das práticas dos atores sociais nas variadas formas de ocupação do espaço público (uso, contra-usos<sup>4</sup>, lazer etc.), especialmente, “para a compreensão do fenômeno urbano, mais

---

<sup>4</sup> “[...] contra-usos é capaz não apenas de subverter os usos esperados de um espaço regulado, como também de possibilitar que o espaço que resulta das “estratégias” se cinda para dar origem a diferentes lugares, a partir da demarcação socioespacial da diferença e das ressignificações que esses contra-usos realizam” (LEITE, 2001, p. 234).

especificamente para a pesquisa da dinâmica cultural e das formas de sociabilidade nas grandes cidades contemporâneas” (MAGNANI, 2002, p.11).

O interesse em estudar as práticas sociais de lazer em espaços públicos se deu, principalmente pelas minhas observações em alguns espaços da cidade de Belém (Estação das Docas, Ver-o-Rio, Mangal das Garças, Portal da Amazônia), mas também pela formação de Turismólogo, que me impulsionou a realizar uma especialização em Planejamento e Gestão Pública do Turismo e do lazer na qual tive maior aproximação com os estudos do lazer e sobre as formas de apropriação dos espaços públicos da cidade. Como pesquisador da área do turismo e do lazer, observei que esses espaços requalificados e financiados com recursos públicos muitas vezes limitam os moradores da cidade, por meio da falta de acessibilidade física e simbólica. Entretanto, é perceptível outras possibilidades de práticas sociais de lazer que contrapõem as normas e regulamentos, e é nessa perspectiva que pretende-se aprofundar os estudos do lazer nesses espaços públicos citados.

Nesse sentido, o estudo apresenta relevância social por buscar analisar as relações nos espaços requalificados como equipamentos socioculturais e de lazer, uma vez que esses geralmente são modificados com o propósito de incluir as pessoas a partir das práticas socioculturais. No entanto, se percebe que em muitos casos, depois de transformados, alguns desses espaços ficam distanciados da maioria da população e/ou essa própria população cria seus artifícios de uso ou de resistência.

Espera-se que o estudo possa contribuir com futuros trabalhos acadêmicos, assim como consiga servir de inspiração, por meio dos dados coletados, para novas produções científicas nos estudos do lazer, do turismo, dos espaços públicos e da produção social da cidade, especialmente na Amazônia.

## 2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Optou-se por uma pesquisa descritiva analítica, com abordagem qualitativa, já que se trata de questões muito particulares, a exemplo das práticas sociais de lazer em espaço público. Segundo Minayo (2015), esse tipo de abordagem trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações e das atitudes.

Como se trata de uma pesquisa que envolve os agentes sociais (BOURDIEU, 1983), torna-se importante as narrativas dos indivíduos pesquisados, além do que, consiste em um processo de construção coletiva, principalmente, por se tratar de um estudo da realidade social.

A pesquisa se alicerça numa abordagem qualitativa da realidade social, haja vista que é de natureza e não de escala hierárquica (MINAYO, 2015); em outras palavras, prima pela compreensão como princípio do conhecimento, não enfatizando a objetividade dos dados nem a mensuração dos fenômenos. A característica principal da pesquisa qualitativa é o interesse em compreender as relações complexas, como as práticas sociais de lazer em espaços públicos. Ao passo que para essa pesquisa, as questões relacionadas às demandas populares nos espaços requalificados e as contradições do fato observado (ações determinadas por agentes e instituições), tornam-se relevantes para os estudos do lazer e para a sociedade.

Para responder às indagações desta pesquisa, utilizou-se do referencial teórico-metodológico como forma de compreensão do fenômeno social, levando em consideração o recorte espacial definido, e por serem dois espaços que se apresentam como espaços de relações e de tensões na cidade de Belém (Complexo Turístico Estação das Docas e Complexo Turístico Ver-o-Rio). Para tanto, foi utilizado o conceito de *habitus*, proposto por Bourdieu (1983), para entender as práticas sociais de lazer em espaços públicos. Bourdieu (1983) coloca as práticas sociais como centro dos seus estudos sociológicos, dando-lhes uma essencialidade teórica por meio do conceito de *habitus*.

Ao apontar as práticas sociais como objeto sociológico, Bourdieu (1983) fundamenta nas relações sociais a análise dessas práticas, ou seja, o *habitus* demonstraria a história incorporada pelos agentes em espaços sociais. A noção de *habitus* é o que se adquiriu ao longo da vida e encarnou de modo duradouro no corpo sob a forma de disposições permanentes, diferentemente do “hábito” que é

considerado espontaneamente como repetitivo, mecânico, automático, isto é, mais reprodutor que produtor.

A noção de *habitus* contribui para compreender o sistema de esquemas adquiridos ao longo da vida, além dos princípios organizadores da ação, sendo assim *habitus* é entendido como:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (BOURDIEU, 1983, p. 65).

Esse conceito também propõe identificar a mediação entre indivíduo e sociedade, principalmente enquanto princípios geradores de práticas sociais distintas e distintivas. Por meio do *habitus* somos capazes de expressar o diálogo, a troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo das individualidades, nesse sentido o *habitus* é uma subjetividade socializada.

Bourdieu (2007) salienta que o *habitus* pode ser visto como uma síntese dos gostos<sup>5</sup> e dos estilos de vida<sup>6</sup> e pelos quais se aprecia o mundo e como se comporta nele, ou seja, “*habitus* produz práticas, individuais e coletivas, produz história, portanto, em conformidade com os esquemas engendrados pela história” (BOURDIEU, 1983, p. 76). O autor chama atenção para a indissociabilidade da relação entre *habitus* e campo. Para o autor, campos são:

[...] espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas) (BOURDIEU, 1983, p. 89).

Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e indivíduos prontos para disputar o jogo, ou seja, “dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc.” (BOURDIEU, 1983, p. 89). O autor busca nesses principais conceitos

---

<sup>5</sup> “O gosto, propensão e aptidão à apropriação (material e/ou simbólica) de uma determinada categoria de objetos ou práticas classificadas e classificadoras, é a fórmula generativa que está no princípio do estilo de vida” (BOURDIEU, 1983, p. 83).

<sup>6</sup> “O estilo de vida é um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem, na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, mobília, vestimentas, linguagem ou *hélix* corporal” (BOURDIEU, 1983, p. 83).

(*habitus* e *campo*), compreender as práticas sociais, articulando estruturas (os jogos, as nuances, as disputas) e ação dos agentes. É nesse sentido que esta pesquisa propõe entender as práticas sociais de lazer e suas relações nos espaços públicos da “Estação das Docas” e do “Ver-o-Rio”.

A pesquisa está alicerçada nas teorias que tratam o espaço público, principalmente, assuntos voltados às transformações espaciais, simbólicas e políticas. Foram utilizados estudos de pesquisadores das áreas das ciências sociais e humanas, que buscam entender as perspectivas de tempo-espaço e também responder inquietações, a partir das relações sociais, das trocas simbólicas e dos conflitos existentes. Buscou-se apoio teórico em Santos (2014), Jacobs (2000), Lefebvre (1991), Gomes (2012), Joseph (1999, 2004), Serpa (2004, 2009), Leite (2004), Magnani (2008, 2016), Frúgoli Jr (2007) dentre outras obras de relevância que contribuíram para elucidar o caminho do pesquisador ao objetivo da pesquisa. Em se tratando especificamente de espaço público de lazer, foram utilizados estudos de Marcellino (1983, 1996, 2000, 2008), Gomes (2008), Mascarenhas (2005), Rechia (2003), Bahia (2014), Figueiredo (2008), França (2018), dentre outros pesquisadores da área.

Com relação à natureza das fontes utilizadas para a abordagem e o tratamento do objeto de pesquisa, este estudo consiste na combinação entre pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo (SEVERINO, 2007). O levantamento bibliográfico teve como objetivo central a busca por fontes bibliográficas relevantes da área, por meio de leituras de teses, dissertações, artigos, anais de seminários/congressos, livros entre outros, com buscas em *sites* de bibliotecas nacionais, biblioteca Central da Universidade Federal do Pará (UFPA) e Biblioteca do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA). Foram utilizadas as palavras-chave: espaços públicos, lazer, políticas públicas, Estação das Docas e Ver-o-Rio, tendo como critério de análise as técnicas da análise textual, temática, interpretativa e crítica (SEVERINO, 2007).

Quanto ao levantamento e análise documental teve como propósito utilizar documentos oficiais dos governos Estadual (Estação das Docas) e Municipal (Ver-o-Rio), tais como - relatórios de atividades, regulamentos e normas. Nessa fase também ocorreram visitas junto à “Organização Social Pará - 2000”, no tocante ao Complexo Turístico da Estação das Docas, e Coordenadoria Municipal de Turismo (BELEMTUR) e Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer (SEJEL), referente ao Complexo

Turístico do Ver-o-Rio. Para análise dos documentos foi utilizada a técnica de análise de conteúdo a qual estabelece:

[...] técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

Acerca da pesquisa de campo, foram realizadas visitas nos referidos espaços, a fim de obter determinados aspectos no campo que incluem os recortes espaciais e os sujeitos, ao passo que as observações em campo permitiram observar a frequência das pessoas e os espaços, bem como verificar como estas vivenciam o lazer nos mesmos. Toda a movimentação foi registrada em um diário de campo<sup>7</sup>, permitindo sistematizar os usos e as formas de apropriação nos espaços pesquisados. Foram realizadas vinte visitas, no período de junho de 2018 a dezembro de 2018. As visitas aconteceram no período da manhã, da tarde e da noite, tanto em dias de semana quanto em finais de semana e feriados, por um período aproximado de duas a três horas, haja vista que as dinâmicas de apropriação dos espaços se diferem nos turnos.

Para que a observação fosse planejada sistematicamente e registrada metodologicamente, foi construído um roteiro de observação sistemática para melhor análise da realidade observada, esse roteiro foi elaborado na disciplina elaboração de projeto de pesquisa do programa, como consta no quadro 1.

**Quadro 1** - Roteiro de observação

<b>ATIVIDADES</b>	<b>LOCAL</b>	<b>REALIDADE OBSERVADA (VARIÁVEIS)</b>
Práticas sociais de lazer em geral	Estação das Docas	-Acesso; -Qualidade funcional (andar, sentar, falar); -Segurança; -Usos e atividades; -Conservação do espaço; -Tipos de serviços oferecidos; -Integração com outros espaços da cidade.

<sup>7</sup> A utilização do diário de campo como documento, serve para registrar, mas também refletir sobre a experiência vivida em campo (VENÂNCIO; PESSÔA, 2009).

Práticas sociais de lazer em geral	Ver-o-Rio	Acesso; -Qualidade funcional (andar, sentar, falar); -Segurança; -Usos e atividades; -Conservação do espaço; -Tipos de serviços oferecidos; -Integração com outros espaços da cidade.
------------------------------------	-----------	---

**Fonte:** Pereira (2018).

O estudo também se fundamentou em entrevistas semiestruturadas junto aos usuários, utilizando os critérios da amostragem não probabilística<sup>8</sup>, com a preocupação de saber das pessoas, como se apropriam dos espaços, qual a frequência, qual a finalidade, em que horários e quais equipamentos utilizavam. As entrevistas foram realizadas com os usuários que vivenciam o lazer no Complexo Turístico Estação das Docas e no Complexo Turístico Ver-o-Rio, tendo sido entrevistados 35 usuários, sendo 17 frequentadores da Estação das Docas e 18 frequentadores do Ver-o-Rio.

Também foram realizadas entrevistas com os atuais gestores (ver apêndice B) dos referidos espaços como: Organização Social Pará 2000 (gestora do Complexo Turístico Estação das Docas), Coordenadoria Municipal de Turismo (gestora do Complexo Turístico do Ver-o-Rio) e outros que contribuem com ações no Complexo Turístico do Ver-o-Rio como: Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer (SEJEL).

Com relação à construção do histórico de gestão dos Complexos Turísticos Estação das Docas e Ver-o-Rio, foram realizadas entrevistas com antigos gestores e técnicos (ver apêndice C) dos referidos espaços. No caso do Complexo Turístico Estação das Docas foram entrevistadas duas gestoras de governos passados (uma ex-presidente da Pará 2000, que atuou no governo de Ana Julia Carepa e outra que atuou como gerente de comunicação, *marketing* e cultural da OS Pará 2000 no governo de Simão Jatene). Além das entrevistas, foram obtidos, por meio das antigas

<sup>8</sup> Tem como principal característica “não fazendo uso de formas aleatórias de seleção, torna-se impossível aplicação de formulas estatística para o cálculo, por exemplo, entre outros, de erros de amostra” (MARCONI; LAKATOS, 2011, p. 37).

gestoras, os relatórios de gestão dos referidos períodos de atuação, que contribuíram para a construção desse histórico. No caso do Ver-o-Rio, foram entrevistados: uma técnica em turismo da Coordenadoria Municipal de Turismo, a qual atuou no governo de Edmilson Rodrigues e um técnico em turismo, o qual atuou no governo do ex-prefeito Duciomar Costa. No período da pesquisa não foram encontrados relatórios de gestão pertencentes a esses governos.

Outro recurso utilizado nessa pesquisa foi o uso da fotografia, haja vista que os registros visuais contribuíram para o detalhamento dos resultados. De acordo com Loizos (2008), não podemos ignorar “a fotografia”, pois ela desempenha papel importante na vida social, assim como na pesquisa científica.

Por fim, a pesquisa se fundamentou na análise e interpretação dos resultados (ordenação e classificação dos dados e análise propriamente dita), na compreensão das práticas sociais de lazer nos espaços públicos, destacando as sociabilidades, conflitos, e contra-usos, e entre outras questões pertinentes levantadas no estudo, as quais se poderá destacar “[...] o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32). Portanto, todas as etapas da pesquisa se correlacionaram, tendo como finalidade a síntese dos resultados encontrados para se atingir o objetivo da presente pesquisa.

### 3 ESPAÇOS PÚBLICOS NA CIDADE

A presente sessão tratará das premissas teóricas sobre Espaço Público, englobando questões pertinentes que irão permear toda a pesquisa, tratando de assuntos voltados ao espaço público, à acessibilidade a partir das formas, usos e práticas sociais na vida cotidiana das sociedades. Nesse caminho busca-se entender o espaço público como lugar de trocas simbólicas, relações sociais, mas também de conflitos. Para tratar sobre a temática foram utilizados estudos das áreas das ciências sociais e humanas, como os estudos de Santos (2014), Jacobs (2000), Lefebvre (1991), Gomes (2012), Joseph (1999, 2004), Serpa (2004, 2009), Leite (2004), Magnani (2008, 2016), Frúgoli Jr (2007), Moreira (2007) dentre outras obras de extrema relevância.

#### 3.1 Espaço Público e Acessibilidade

O entendimento do significado de espaços públicos ainda causa incertezas e indefinições (GOMES, 2012), até por que para compreender, não necessariamente se tenha que definir ou classificar determinado espaço, mas entendê-lo nas suas dimensões. Como os espaços públicos são lugares de relações sociais dos diferentes grupos, conseqüentemente os conflitos surgem, e nesse caminho as diferentes formas de negociação e de acordo apareceram, sejam pelas administrações dos espaços públicos, na sua forma regulatória, seja pelos próprios usuários, na forma de contraposição. Um espaço público é sempre “um espaço contestado pelas diferentes categorias de usuários que o frequentam” (JOSEPH, 2004, p. 43).

O espaço público precisa ser entendido como lugar de sociabilidade, de ação política, de práticas sociais de lazer, de encontro etc., isto é, de espaço de uso multifuncional, fundamental para a vida nas cidades. Não se pode pensar em valores que caracterizam o espaço público apenas pelo viés econômico (comercialização, comunicação, entretenimento etc.), mas como local que proporcione, especialmente, qualidade de vida à população.

As relações de sociabilidade em espaços públicos são características importantes de se observar, mesmo que a prática do consumo prevaleça em

determinados momentos. É a partir da sociabilidade que ocorre “uma espécie de espaços comunicacionais, onde, através da interação entre grupos, redes e indivíduos, se definem e redefinem simbolicamente certas diferenças socioculturais” (FRÚGOLI JR., 2007, p. 25). É interessante perceber as novas (re) leituras sobre a sociabilidade, pois assim como existe a possibilidade de construção temporária do próprio social entre os diferentes atores sociais, na qual a interação em si constitui o principal intuito, por outro lado uma segunda leitura da sociabilidade viria da qualidade “interclassista”, na ideia de que tais relações estariam baseadas principalmente entre iguais, ou seja, enquanto de um lado temos as interações entre diferentes ou estranhos, no oposto, os indivíduos que se conhecem interagem regularmente. Para este estudo a primeira compreensão de sociabilidade seria a mais condizente, especialmente por tratar do tema da copresença no espaço público.

A copresença de indivíduos é uma das principais características do espaço público, particularmente pelas formas de relações entre estranhos em lugares de notáveis intensificações de usuários. Gomes (2002) apresenta o espaço público como aquele que permite uma copresença de indivíduos na capacidade de estabelecer diálogos ou expressar opiniões.

Trata-se, portanto, essencialmente de uma área onde se processa a mistura social. Diferentes segmentos, com diferentes expectativas e interesses, nutrem-se da copresença, ultrapassando suas diversidades concretas e transcendendo o particularismo, em uma prática recorrente da civilidade e do diálogo (GOMES, 2002, p. 163).

Como aponta Jacobs (2000), é justamente na diversidade de pessoas, que tornaria possível por certo sentido comunitário, o cuidado pelo espaço público, a exemplo da rua, que por meio de uma sucessão de olhares, zelaria pela liberdade, pela ordem, pela segurança instaurada informalmente e não institucionalmente. Porém, deve-se atentar também para o modo como a noção de diversidade vem sendo re-significada pelas políticas de requalificação de áreas centrais, na forma principalmente de uma diversidade limitada, sobretudo em termos socioeconômicos (FRÚGOLI JR., 2007).

O debate sobre as políticas de requalificação é necessário, haja vista que, vários termos (reabilitação, renovação, regeneração, revitalização, conservação, preservação) são usados nas operações de natureza urbanística, arquitetônica e de intervenção no espaço público, assim como invadiram discursos jornalísticos,

técnicos, políticos e científicos, dando origem a um uso acrítico que merece alguma problematização e conceitualização (PEIXOTO, 2009).

No artigo de Moreira (2007), intitulado “Requalificação urbana: Alguns conceitos básicos”, o autor salienta que a evolução de um conjunto de conceitos ligados aos processos de requalificação dos espaços urbanos são muitas vezes mal aplicados, e diz que é preciso uma análise dos conceitos básicos ligados aos processos de reutilização do espaço urbano consolidados a partir do processo de requalificação urbana. Muitos desses conceitos se manifestam nas suas diferentes formas: reabilitação, renovação, regeneração, revitalização, conservação, preservação, e tantos outros termos utilizados na prática e na análise das intervenções nos centros históricos e nas áreas urbanas reconvertidas para novos usos.

Moreira (2007) ressalta que a utilização do termo “requalificação urbana” é muito recente em Portugal, aparecendo somente no final dos anos 1980. Em outros momentos esse vocabulário urbanístico não aparecia nas publicações, pois geralmente os termos utilizados eram revitalização, reabilitação ou ainda recuperação, para descrever o mesmo processo. O termo revitalização urbana, designava o conjunto de operações destinadas a articular as intervenções pontuais de recuperação dos edifícios existentes em áreas degradadas, com intervenções mais gerais de apoio à reabilitação das estruturas sociais, econômicas e culturais locais.

Segundo o autor, o termo revitalização foi confundido com requalificação, entretanto, o primeiro termo tem uma conotação mais econômica do que social. Por outro lado, o termo recuperação implica a requalificação dos edifícios ou conjunto recuperados, ou seja, esse conceito está principalmente ligado ao edificado e à sua manutenção. Já o termo renovação é o processo de substituição das estruturas existentes e envolve, conseqüentemente, a demolição dos prédios e a construção de novos imóveis, isto é, não se reconhece valor ao patrimônio arquitetônico ou conjunto urbano a preservar.

Os termos surgem e se difundem fazendo aparecer uma progressiva conceitualização e operacionalização, quer em domínios técnicos, quer em domínios científicos. Em Ferreira; Lucas; Gato (1999), o conceito de “requalificação urbana” deve incluir os aspectos econômico, social, ambiental e físico. Nesse sentido apresentam o referido termo, como:

[...] um processo social e político de intervenção no território, que visa essencialmente (re)criar qualidade de vida urbana , através de uma maior equidade nas formas de produção (urbana), de um acentuado equilíbrio no uso e ocupação dos espaços e na própria capacidade criativa e de inovação dos agentes envolvidos nesse processo (FERREIRA; LUCAS; GATO, 1999, p. 208).

Pode-se perceber que não há até agora um conceito aceito de forma unânime, pois são várias as especializações técnicas dos autores que, na grande maioria, encaram a requalificação como conceito ligado à recuperação econômica, melhoria das condições físicas do espaço público, imagem positiva da cidade para o exterior e o enriquecimento das áreas em estudo.

Nessa pesquisa, o conceito de “requalificação urbana” é analisado na vertente da melhoria dos espaços públicos, levando em consideração as expectativas de todos os estratos da população, incluindo os aspectos socioculturais, econômicos e ambientais.

O espaço público, nesse sentido, pode ser visto sincronicamente como um lugar material e imaterial, pois sua natureza vai para além do espaço físico, sua condição está na dimensão simbólica exercida pelas práticas sociais, qualidade essa necessária para dar sentido aos lugares públicos.

Para Serpa (2009, p.9), o espaço público é também um “espaço simbólico, da reprodução de diferentes ideais de cultura, da intersubjetividade que relaciona sujeitos e percepções na produção e reprodução dos espaços banais e cotidianos”, em outras palavras, espaço público é, sobretudo, um espaço de convívio onde a vida cotidiana se reproduz.

Gomes (2012), diz que para analisar os espaços públicos pelas ciências sociais é preciso levar em consideração o complexo sistema de significações, pois é por essa riqueza de dinâmica que se compreende esses espaços. Esses lugares de mistura e cenas da vida urbana são um resumo da diversidade socioespacial da população. É nessa espécie de cena pública que, de fato, se apresentam:

[...] os comportamentos, o tipo de vestimenta, as maneiras de falar e de se apresentar (em grupo, sozinho, em família etc.), os itinerários percorridos, enfim, tudo aquilo que contiver significação nas trocas comunicacionais são elementos que constituem o discurso nessa cena pública. Nesses lugares, compõem-se de imagens, conferem-se valores aos elementos físicos, orientam-se práticas, qualificam-se os comportamentos e são geradas reações e conflitos (GOMES, 2012, p. 26).

É por esse ângulo que se propõe estudar a noção de espaço público, entretanto Gomes (2012) apresenta algumas incertezas quanto às definições mais corriqueiras sobre o espaço público, as quais se devem evitar:

Em primeiro lugar, esse tipo de espaço não pode continuar a ser concebido simplesmente pela oposição ao privado, segundo um sistema binário pelo qual tudo o que não fosse público seria privado. Um primeiro problema dessa simplista equação é não levar em consideração outros estatutos possíveis do espaço (coletivo ou comum, por exemplo). O segundo problema desse raciocínio, por exclusão, é que ele reafirma as insuficiências conceituais e empíricas, pois não se trata de uma definição, mas tão somente de uma classificação. Por fim, o último e principal problema é que, nesse estreito campo de oposição, não se percebe que há uma necessária combinação e reforço de um estatuto sobre o outro, uma vez que eles participam de um mesmo campo de fenômenos (GOMES, 2012, p. 21).

Serpa (2009) salienta que, para compreender o espaço público, é preciso uma discussão da noção de cidadania e da ação política. Destaca ainda que é essencial “elucidar as dimensões socioculturais e políticas da apropriação social dos espaços públicos urbanos, em contexto distinto” (SERPA, 2009, p.16).

Nesta perspectiva, para se ampliar a discussão sobre espaço público é preciso verificar os comportamentos e interações dos indivíduos e grupos em suas dimensões físicas (arquitetônicas e urbanísticas) e, especialmente, pelas simbólicas (as interações e sociabilidades), investigando as práticas sociais e refletindo seus problemas e suas potencialidades.

Joseph (1999) salienta que é preciso refletir acerca da heterogeneidade dos modos de vida nos espaços públicos, destacando as formas de sociabilidade, a circulação e a informação, que se expressam como desafios das cidades, principalmente no que tange às democracias urbanas. O autor analisa o conceito de espaço público, sobretudo pelo viés da acessibilidade, da comunicação, da circulação e da mobilidade. Em outras palavras, o espaço público é um espaço de sociabilidade, onde a experiência urbana é plural, destacando mais os rituais de interação, do que pelas normas e costumes.

Não se pode esquecer que os espaços públicos são lugares também de conflitos, e que compreendem formas de negociação e de acordo, ou seja, as negociações no espaço público não acontecem apenas de maneira formal, mas pela produção de resistências também criadas pelos indivíduos, especialmente nas formas de usos que se faz nos espaços.

Na sociedade, as intervenções contemporâneas sobre os territórios culturais se apresentam das diferentes formas, são elas planejadas no sentido de regulação e controle dos corpos nas cidades, mas também a serviço de um *marketing* político que cria imagens espetaculares, por exemplo. No entanto, esses territórios planejados, muitas vezes, não levam em consideração as apropriações inesperadas no espaço público, especialmente na forma de *ruses* urbanas. Ou seja, essas apropriações seriam “uma forma peculiar de se apropriar, conhecer e circular por determinados espaços urbanos, mistura de astúcia e experiência” (JEUDY; JACQUES, 2006, p. 9).

Essas mudanças no espaço público devem ser consideradas, uma vez que novos usos nos espaços da cidade vão surgindo, pelas relações sociais, políticas e econômicas presentes na dinâmica das próprias cidades. Como aponta Joseph (2004), as questões de uso e dos rituais de acesso aos espaços públicos somente são percebidas pela observação minuciosa da frequência dos diferentes espaços.

Serpa (2009) aponta especificidades sobre os processos de apropriação dos espaços públicos e ressalta que, na maioria das vezes, esses espaços são na verdade concebidos e/ou implantados, pois pelo que é observado tornam-se espaços de segregação e exclusão, tanto pela falta de acessibilidade física quanto pela falta de acessibilidade simbólica, servindo:

[...] de instrumento para que os detentores do poder –político e econômico – destruam aquilo que representa ameaça e resistência, em outras palavras, abram caminho para que se homogeneizem as diferenças. O espaço serve, assim ao poder institucional como um tanque de combate, instrumentalizando a homogeneização (SERPA, 2009, p.19).

A reflexão sobre espaço público na contemporaneidade requer mais que uma análise. É preciso ir além das existentes conceituações e classificações, pois o espaço tem o seu tempo e seu momento. Quando se olha para as cidades, observa-se os “espaços públicos”, muitas vezes, assinalados como espaços da modernidade, isto é, aqueles espaços caracterizados pela homogeneidade (fabricação dos elementos e materiais; exigências análogas dos intervenientes; métodos de gestão e de controle, de vigilância e de comunicação), pela fragmentação (o que produz grupos isolados pela segregação) e pela hierarquização (espaços residenciais, espaços de lazer de consumo etc.) (SERPA, 2009).

Por sua vez é necessário compreendê-lo como resultado e pré-condição da produção da cidade, isto é, a produção dos espaços é socialmente histórica, por isso

necessita ser analisada nos seus contextos, considerando as relações de poder e de conflitos, bem como os processos sociais (SCHMID, 2012).

Em se tratando do tema acessibilidade enquanto prerrogativa de conquista do espaço público, em certo momento torna-se questionável, haja vista que tal direito esbarra tanto nas barreiras físicas, como simbólicas. Nesse percurso busca-se na acessibilidade uma explicação para as maneiras como esses espaços estão sendo ocupados pelos diferentes grupos. Segundo Serpa (2009) é preciso discutir o papel do espaço público na cidade, entendê-lo como “espaço da ação política ou, ao menos, da possibilidade da ação política na contemporaneidade” (SERPA, 2009, p. 9).

A questão da acessibilidade no espaço público parte de dois pressupostos, “capital escolar” e “modos de consumo” (SERPA, 2009), que são determinantes nas identidades sociais desses espaços. A diferença e desigualdade vão dando formato no processo de ocupação espacial, definindo, sobretudo, uma acessibilidade simbólica, isto é, uma análise da acessibilidade.

[...] vinculada, na demarcação dos territórios urbanos, à alteridade, contrapondo uma dimensão simbólica (e abstrata) à concretude física dos espaços públicos urbanos. Pois, a acessibilidade não é somente física, mas também simbólica, e a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o *design* físico de ruas, praças, parques, largos, *shopping centers* e prédios públicos (SERPA, 2009, p.16).

A acessibilidade tratada pelas políticas públicas, na sua totalidade, corresponde principalmente à dimensão física do espaço público. No campo das legislações (Leis, Códigos, Medidas Provisórias ou Decretos) a “acessibilidade” é abordada nas seguintes legislações, conforme pode ser visualizado no quadro 2.

**Quadro 2** - Principais leis e decretos sobre acessibilidade

Leis e decretos	Nome das Leis e Decretos	Objetivo das Leis e Decretos
Lei Federal 8.842/94	Política nacional do idoso.	A política nacional do idoso tem por objetivo assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Lei Federal 10.048/00	Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.	Estabelece prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário.
Lei Federal 10.098/00	Promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.	Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.
Lei Federal 10.741	Dispõe sobre o Estatuto do Idoso.	A função principal do Estatuto do Idoso é funcionar como carta de direitos, fornecendo meios de controle do Poder Público em relação ao melhor tratamento do idoso e verdadeira educação cidadã, no tocante ao respeito e à luta pela dignidade das pessoas com idade mais avançada em nosso país.
Decreto Federal 5296/04	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.	O decreto regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das

		peças portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
Decreto Federal 6949/09	Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
Lei Federal 12.587/12	Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.	A Política Nacional de Mobilidade Urbana é instrumento da política de desenvolvimento urbano de que tratam o inciso XX do art. 21 e o art. 182 da Constituição Federal, objetivando a integração entre os diferentes modos de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade das pessoas e cargas no território do Município.

**Fonte:** Brasil (2018).

O quadro acima mostra o quanto o termo “acessibilidade” aparece na legislação brasileira, todavia, nesta pesquisa pretende-se uma discussão da acessibilidade para compreender quais qualidades norteiam a apropriação do espaço público.

Desta forma, compreender os conceitos de acessibilidade e acesso é primordial na discussão sobre espaços públicos. O conceito de acesso, por exemplo, foi desenvolvido de maneira bem abrangente por Lynch (2010), como um dos elementos para se atingir uma boa forma de viver na cidade. No livro “A boa forma da cidade”, o autor destaca que uma “boa” cidade se caracteriza pelo pleno desenvolvimento das necessidades físicas, materiais, culturais e emocionais dos indivíduos e dos grupos que a habitam. Nesse sentido, estabelece várias dimensões que precisam ser analisadas, dentre elas o acesso, que seria um dos elementos essenciais para o desenvolvimento das necessidades individuais e coletivas (LYNCH, 2010).

Travassos e Martins (2004, p. 191) apresentam uma revisão sobre os conceitos de acesso, e salientam que, muitas vezes o termo é empregado de forma imprecisa e pouco clara. As autoras ressaltam que a terminologia empregada também é variável, e alguns autores como, por exemplo, Donabedian (1973) empregam o substantivo

acessibilidade – caráter ou qualidade do que é acessível–, “enquanto outros preferem o substantivo acesso – ato de ingressar, entrada – ou ambos os termos para indicar o grau de facilidade com que as pessoas obtêm algum cuidado”.

Neste estudo, a categoria que melhor se adequa ao debate é da acessibilidade, pelo fato de ser mais ampla, ou seja, este termo é mais abrangente do que a mera disponibilidade de recursos em determinado lugar. Entretanto, a variável acesso contribuirá para incorporar os fatores individuais que limitam ou ampliam a capacidade de uso.

Segundo Ostroff (2001), na Europa a acessibilidade é medida em termos quantitativos. Por outro lado, nos Estados Unidos está relacionada às legislações, não tão diferente do nosso país, como foi apontado anteriormente. Conforme o autor, o termo acessibilidade possui diferentes significados para os diversos especialistas do mundo.

Nas normas brasileiras, por exemplo, a acessibilidade pressupõe a "possibilidade e a condição de utilizar, com segurança e autonomia, os edifícios, o espaço, o mobiliário e os equipamentos urbanos" (NBR 9050/ABNT). Sublinha-se, assim, que a acessibilidade ao espaço construído não deve ser:

[...] compreendida como um conjunto de medidas que favoreceriam apenas às pessoas com deficiência - o que poderia até aumentar a exclusão espacial e a segregação destes grupos, mas sim medidas técnico-sociais destinadas a acolher todos os usuários em potencial (DUARTE; COHEN, 2006, p. 3).

É nesse sentido, que esse estudo busca analisar a acessibilidade para além de uma concepção física, ou seja, pretende encontrar nas questões simbólicas um caminho para compreender as dinâmicas no espaço público.

Na literatura sobre espaço público, a esfera pública ou cena pública (HABERMAS, 1983), é condição para expressar conceitualmente o espaço público, porém, se questiona em que medida, condiciona essa cena pública. No caso do espaço público, a falta de acessibilidade cria fronteiras visíveis e invisíveis. Contudo, devemos indagar quais as condições que propiciam maior ou menor interação entre os indivíduos, ou como esses expressam seus pontos de vista e negociam seus conflitos, possivelmente, os limites a partir da falta de acessibilidade será uma delas.

Entre todas as características de se refletir o espaço público, uma se destaca – ser “acessíveis a todos os cidadãos”, contudo, esse é um dos grandes problemas, pois mesmo sob o regime “democrático”, o acesso na maioria das vezes, é limitado,

logo a autonomia tanto individual quanto coletiva torna-se restritiva, logo, a importância de se ter “como requisito indispensável um mínimo de liberdade formal e real” (SOUZA, 2008, p. 80).

Souza (2008) aponta que as principais linhas de divergência político-filosófica no debate acadêmico sobre o espaço público apresentam uma posição liberal na qual o “indivíduo e a defesa da esfera privada assumem primazia” (SOUZA, 2008, p. 82), por outro lado a perspectiva radical-democrática “vê no espaço público, e não no espaço privado, o *lócus* em que o ser humano pode realizar-se plenamente” (SOUZA, 2008, p. 82). Percebe-se o quanto é complexo, tratar das questões do espaço público, uma vez que, é no plano do empírico que está toda a sua complexidade. Apesar disso, pode-se inferir que:

Quanto maior a autonomia coletiva e individual, assim como o nível de acessibilidade e pluralismo, evidentemente, maior será o “grau de consciência” da esfera pública e, por tabela, maior o “grau de vitalidade e densidade” dos espaços públicos enquanto tal (SOUZA, 2008, p. 83).

Assim, as restrições dessa autonomia, não apenas restringe o exercício da cidadania como também ameaça a sociabilidade e a civilidade<sup>9</sup> (SOUZA, 2008). Essas questões, principalmente a respeito da cidadania, fazem com que se reflita qual o tipo de cidadania é determinada para as pessoas, uma vez que, no mundo capitalista os indivíduos se tornam cidadãos imperfeitos ao consumidor mais-que-perfeito<sup>10</sup>, apontando para uma cidadania mutilada, subalternizada. Nesse sentido, é preciso uma reflexão, pois tantas vezes proclamada e repetida, tantas vezes menosprezada. Para Santos (2014), é fundamental pensar na cidadania de fato, e aponta um caminho possível:

A cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura. É, talvez, nesse sentido, que se costuma dizer que a liberdade não é uma dádiva, mas uma conquista, uma conquista a ser mantida. Ameaçada por um cotidiano implacável, não basta à cidadania ser um estado de espírito ou uma declaração de intenções. Ela tem seu corpo e os seus limites como uma situação social, jurídica e política. Para ser mantida pelas gerações sucessivas, para ter eficácia e ser fonte de direitos, ela deve se inscrever na própria letra das leis, mediante dispositivos institucionais que

<sup>9</sup> “Para Yazigi, civilidade era inseparável da tolerância, que reconhecia no outro o direito de ser diferente e, como isto, comportava relativismos. A seu ver, a civilidade em uma sociedade que se pretendia democrática implicava em algo mais que mera educação” (ABRAHÃO, 2008, p. 169).

<sup>10</sup> “O consumidor (e mesmo o leitor não cidadão) alimenta-se de parcialidades, contenta-se com respostas setoriais, alcança satisfações limitadas, não tem direito ao debate sobre os objetivos de suas ações, públicas ou privadas” (SANTOS, 2014, p. 57).

asseguem a fruição das prerrogativas pactuadas e, sempre que haja recusa, o direito de reclamar e ser ouvido (SANTOS, 2014, p. 20).

Embora Santos (2014) tenha compartilhando tal reflexão sobre a questão da cidadania, considerando o espaço geográfico como categoria de análise, em suma observa-se o quanto a cidadania é deixada ao jogo quase exclusivo do mercado. Como mostra Lefebvre (1991), a apropriação é o caminho de transformação do território em conquista do coletivo.

Em uma visão moderna sobre a cidadania, Gomes, Pinheiro e Lacerda (2010) elaboram dois conceitos importantes: um está diretamente ligado ao desenvolvimento dos Estados-nação e o outro diz respeito à relação dos indivíduos com o Estado. Vale destacar também que o conceito de cidadania na modernidade está elencado por três grupos de direitos – o civil, o político e o social.

[...] a cada um destes elementos corresponde um conjunto de direitos. A saber, a cidadania civil é formada pelos direitos necessários à liberdade individual; a cidadania política pelos direitos de participação no exercício do poder político; e a cidadania social pelo conjunto de direitos, que inclui segurança e bem-estar econômico, o direito de compartilhar a riqueza socialmente produzida e o de viver uma vida civilizada, segundo os padrões sociais vigentes (SILVA, 2000, p. 127).

Gomes, Pinheiro e Lacerda (2010) expõem que os direitos civis são caracterizados pelas liberdades individuais, liberdade de opinião, direito à propriedade e ao acesso à justiça. Já os direitos políticos consistem na participação do processo político. No que se refere aos direitos sociais, estão o trabalho, a saúde, a educação e o lazer, que são essenciais para a vida em sociedade, ou seja, são de suma importância na concretização da cidadania. Deve-se pensar a cidadania a partir da inclusão social, do acesso a todos os direitos supracitados (PEREIRA, MATOS, 2015).

É no espaço e tempo que, conseqüentemente, surge o fio condutor do estudo. Se de um lado temos as escalas espaciais<sup>11</sup> como primeiro nível de reflexão, por outro, o tempo torna-se o segundo nível, porém, existe “o tempo curto é aquele dos usuários e de suas práticas de apropriação espacial, enquanto o tempo longo mobiliza os idealizadores e os gestores dos projetos, os poderes públicos e as imagens

---

<sup>11</sup> “Dentro do contexto espacial, a escala estará sempre presente à qualquer nível de estudos geográficos e cartográficos, sendo considerada como fator determinante para a delimitação de espaço físico, grau de detalhamento de uma representação ou identificação de feições geográficas” (MENEZES; COELHO NETO, 1999, p. 2).

hegemônicas” (SERPA, 2009, p. 69). Dentre as muitas questões, o discurso está sempre voltado a uma verdade e vontade política, não é por acaso que o emblemático papel do poder foi sempre de mobilizar fundos consideráveis para a concepção e a implantação de vitrines e signos ostentatórios do poder (SERPA, 2009).

Essa (in) visibilidade produzida pelas políticas urbanas segregadoras, sobretudo, transformando espaços públicos em discurso (argumentos, planos, projetos, regulamentos, regras), acaba por transformar os espaços para o embelezamento da cidade. Que este processo ocorra, mas não na forma de um espaço sequenciado, fragmentado e repetido. O espaço público deve corresponder aos ritmos e liberdades de cada cidadão de ir e vir, como salientado anteriormente, a acessibilidade e proximidade faz parte desse movimento de busca do espaço público (SERPA, 2009).

Assim, investir em espaço público “visível”, particularmente, os espaços centrais e voltados à atividade turística contribuem em grande parte para verdadeiras grifes do mercado imobiliário, bem como, para uma “espetacularização”. Dessa forma, tem-se “espaços” mundializados e fragmentados, ou “um espaço humanamente desvalorizado, reduzido a uma função” (SANTOS, 2014, p. 79), e é por isso que, segundo o autor:

Quando o homem se defronta com um espaço que não ajudou a criar, cuja história desconhece, cuja memória lhe é estranha, esse lugar é a sede de uma vigorosa alienação<sup>12</sup>. Mas o homem, um ser dotado de sensibilidade, busca reaprender o que nunca lhe foi ensinado, e vai pouco a pouco substituindo a sua ignorância do entorno pelo conhecimento, ainda que fragmentário. [...] Quanto maior o estranhamento e menores as possibilidades de uma adaptação inconsciente, mais os sentidos são despertados para a verdade que esconde os objetivos e as relações sociais (SANTOS, 2014, p. 81).

Santos (2014) demonstra os efeitos perversos do modo de agir das organizações alienantes que, na maioria das vezes, se estabelecem nas relações entre as firmas e o poder público, determinando certo domínio na regulação da vida social. Com isso, as formas de requalificação de espaço da cidade contemporânea torna-se campo fértil para as diretrizes políticas e ideológicas, bem como, para a

---

<sup>12</sup> “A alienação, como fabrica de enganos, se robustece e se alastra, num mundo em que os homens pouco se comunicam pela emotividade e se deixam mover como instrumentos. [...] o homem alienado é como se lhe houvessem manietado, para roubar-lhe a ação, e imposto barreiras à visão, para cegá-los. Seus olhos são fechados para a essência das coisas” (SANTOS, 2014, p. 70-72).

ascensão das novas classes médias, com o propósito de multiplicar as práticas do consumo, tanto quanto da valorização do solo urbano<sup>13</sup>.

Ao mesmo tempo em que fomenta a especulação imobiliária, a valorização do solo urbano, transforma-se em discurso para tornar a cidade “bela” e “boa” de viver, porém na prática, percebe-se o contrário. Para tanto, faz-se necessário uma reflexão sobre o que vem acontecendo com o espaço público, já que os planejadores e empreendedores privados, com seus processos de exclusão e estigmatização, acabam por intensificar a criação de espaços homogêneos e exclusivos para seus usuários endinheirados.

Portanto, as estratégias de valorização do solo urbano, assim como do suposto “embelezamento urbano”, na maioria das vezes, serve exclusivamente para uma visibilidade marcada pela tática de privilégio e homogeneização para uma pequena parcela da população, a classe com poder aquisitivo maior, causando segregação social ou até mesmo exclusão, da mesma forma que contribui para a “invisibilidade” do lugar para a maioria da população. Desse modo, esses espaços são invadidos por modelos de comportamento e valores que induzem ao consumo, no qual o valor de troca ganha autonomia sobre o valor de uso.

Pode-se facilmente ver, que na maioria das cidades o “espaço público” tornou-se produto de um novo modelo econômico, aquele no qual as cidades são requalificadas, acompanhadas pelo processo de *gentrificação*<sup>14</sup>, isto é, as cidades buscam vantagens competitivas no mercado global por meio das imagens turísticas ou dos lugares-espetáculo<sup>15</sup>, intensificado pela lógica do consumo cultural, em que “o domínio prevalece sobre a apropriação, negando a possibilidade do lúdico no espaço

---

<sup>13</sup> “[...] o solo urbano enquanto mercadoria tem um valor que se expressa através da localização, papel e grau de inter-relação com o espaço global produzido, mesmo que seja potencial, dentro de condições específicas” (CARLOS, 2009, p. 53).

<sup>14</sup> “Por *gentrification*, ou enobrecimento, entende-se, aqui, um tipo específico de intervenção urbana que altera a paisagem urbanística e/ou arquitetônica com forte apelo visual, adequando a nova paisagem às demandas de valorização imobiliária, de segurança, de ordenamento e de limpeza voltadas ao uso, ou à reapropriação, por parte das classes médias e altas” (LEITE, 2010, p. 75).

<sup>15</sup> “[...] Já é bem conhecido o duplo caráter da centralidade capitalista: lugar de consumo e consumo de lugar, os comércios se densificam no centro, que atrai os comércios raros, os produtos e gêneros de luxo. Essa centralidade se instala com predileção nos antigos núcleos, nos espaços apropriados no decorrer da história anterior. Pode dispensar isso tudo. Nesses lugares privilegiados, o consumidor também vem consumir o espaço; o aglomerado dos objetos nas lojas, vitrines, mostras, torna-se razão e pretexto para reunião das pessoas; elas vêem, olham, falam, falam-se. E é o lugar de encontro, a partir do aglomerado das coisas. Aquilo que se diz e se escreve é antes de mais nada o mundo da mercadoria, a linguagem das mercadorias, a glória e a extensão do valor de troca” (LEFEBVRE, 1991, p. 130).

urbano, agora instrumentalizado para o turismo e a diversão programada e previsível” (SERPA, 2009, p. 108).

Na cidade de Belém, por exemplo, foi visível a implantação desse padrão marcado pelo planejamento estratégico da cidade, fortalecido, em especial, pela produção de uma imagem, o *waterfront*<sup>16</sup>, com o objetivo de servir como atrativo para investimentos e para turistas.

Atualmente, as cidades com seus espaços reinventados ou requalificados, como em Belém, vêm apresentando outros cenários, agora marcados pelo alto poder da “*gourmetização*”<sup>17</sup> nos espaços.

Este modelo de espetáculo em prol da promoção da atividade turística, tornou-se a mais nova ferramenta da política pública, juntamente com a iniciativa privada, com o aval da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Em síntese, percebe-se não apenas uma padronização dos espaços em um modelo internacional, mas também dos elementos que compõem esses lugares, nesse caso, a culinária local. Conforme nos expõe Carlos (2009), esse tipo de desenvolvimento se dá em detrimento:

[...] da criação de grandes unidades produtoras e da internacionalização crescente da produção, o capitalismo aprofunda a hierarquização e diferenciação espacial. Isso tende a acelerar as desigualdades espaciais, uma vez que a produção espacial está voltada para a maior eficiência do sistema tendo em vista a produção e realização da mais-valia, além de ser também o lugar da gestão e da realização dos negócios (CARLOS, 2009, p. 74).

Em Belém, os ordenamentos dos espaços centrais culminaram em uma dupla função, de um lado a busca do planejamento urbano e da política pública da cidade investindo em ambientes vinculados ao turismo, cultura, meio ambiente, por outro, na forma de embelezamento da cidade, sua mercadorização, seu fetichismo, vinculada especialmente, na publicização de uma cidade-diferencial para o mercado global (FIGUEIREDO, 2008).

---

<sup>16</sup> “[...] consiste na revitalização de objetos espaciais degradados com a incorporação de determinados elementos naturais, sendo seu objetivo reafirmar a relação existente entre cidade e as águas, conforme sugere a própria palavra inglesa, *water* (água) e *front* (frente). Este modelo, *waterfront*, de renovação urbana não é uma singularidade amazônica, pois representa um tipo de urbanismo que tem se reproduzido para as orlas fluviais e marítimas em diversas partes do mundo” (AMARAL, 2005, p.140).

<sup>17</sup> Neologismo que expressa a moda de tornar toda e qualquer comida *gourmet*, por meio da produção ou apresentação mais elaborada e/ou requintada (CASTRO, 2016).

Refletir sobre o processo de produção do capital no espaço público é compreender a relação entre público e privado, em que se fundamentam os interesses privados travestidos em interesses públicos. Logo, temos uma distribuição desigual e segregadora no espaço público, que contribui significativamente para uma não acessibilidade. De fato, a maioria dos espaços modificados nos centros antigos das cidades estão baseados na lógica de consumo das classes médias urbanas, assim como no poder de força sobre as classes populares, num processo de apropriação social e espacial fortalecido na identidade, mas, sobretudo na segmentação. No entanto, o processo de apropriação dos indivíduos nos espaços públicos também ocorre.

Em suma, analisar o espaço público requer entendê-lo a partir de uma leitura da dominação política<sup>18</sup> e acumulação de capital<sup>19</sup>, entretanto, uma interpretação mais próxima da realidade colaboraria para a compreensão dos padrões de comportamento – não de indivíduos atomizados em contexto urbano, mas “dos múltiplos, variados e heterogêneos conjuntos de atores sociais cuja vida cotidiana transcorre, por meio dos seus criativos arranjos, na paisagem da cidade e em diálogo com seus equipamentos” (MAGNANI, 2016, p.185).

### **3.2 A construção social dos *lugares* nos espaços públicos na cidade**

Para analisar o espaço público nas cidades é necessário compreendê-lo enquanto *lugar* em transição, seja pelo meio social, cultural, ambiental e político. Essas mudanças influenciam justamente nas condições para a existência de um espaço público (GOMES, 2012). Além disso, os problemas de ordem política têm tornado a vida pública nas sociedades democráticas ou republicanas em um dilema a ser questionado.

O cenário político no Brasil tem causado diversas incertezas quanto aos direitos da sociedade, vários episódios (corrupção, violência, desemprego, imposto elevado etc.) têm contribuído para um desequilíbrio na vida pública. Todavia, o papel do

---

<sup>18</sup> A dominação política remete-nos ao papel do poder político e das elites na produção do espaço público (SOBARZO, 2006).

<sup>19</sup> A acumulação de capital, ao surgimento de novos produtos imobiliários que aumentam a reprodução e a circulação do capital e questionam a relação do público e do privado (SOBARZO, 2006).

espaço público enquanto lugar da política<sup>20</sup> (GOMES, 2012) torna-se controverso. Se em debates anteriores pretendia-se saber o que era espaço público, atualmente, a pergunta é – o que faz um espaço ser público? Pode-se dizer de imediato, que são muitos os atributos do espaço público, por exemplo, espaço da copresença e da coabitação de indivíduos, vida pública, lugar da ação política, marcado pela pluralidade e diferença etc., porém, por outro lado, existem os limites assim como as parcialidades, isto é, não se afirma a partir da negação do privado; não se confunde com a agregação de pessoas; não se delimita a partir da esfera legal; não se define pela qualidade de livre acesso; não equivale à noção de coletivo (GOMES, 2002).

Dentre as qualidades de um espaço público, está aquela que resulta da capacidade e condição para que ele ocorra de forma pública, sendo assim, a mais debatida e questionada. Dessa forma, o modo de ser do espaço público também expõem incertezas enquanto condição para sua natureza, além de criar obstáculos nas maneiras de ser nesses espaços.

O grande desafio de análise do espaço público justamente são as significações da palavra *público* que, ao mesmo tempo em que orienta e modifica o espaço (físico, concreto e material), essencialmente, pelo discurso político, também se inscreve num complexo sistema de significações dos lugares, enfim, “o espaço público pode ser visto simultaneamente como um lugar material e imaterial” (GOMES, 2012, p. 27).

Com relação à construção social no espaço público, Leite (2004) salienta que deve ser compreendida a dupla inserção conceitual entre espaço e sociabilidade pública. De modo amplo, seria onde acontecem as práticas interativas (conflitivas ou não) na vida cotidiana pública, para tal, essa sociabilidade deveria consistir nas “formas de relacionamento social concreto em contextos ou círculos de interação e convívio social” (FRÚGOLI JR, 2007, p.17). No entanto, esse encontro de categorias distintas deve resultar não em mero somatório, “[...] mas deve ser compreendida como resultado de convergência prática entre o exercício de uma sociabilidade pública e os espaços que por ela são construídos, nunca dados a priori” (LEITE, 2004, p. 287).

Apesar da dupla relevância conceitual apontada pelo autor, a noção de espaço público depende também da noção de lugar, visto que, um *lugar* implica a existência do encontro entre uma configuração espacial “qualificada” e ações que lhe dão

---

<sup>20</sup> “A política é aqui entendida justamente como atividade que permite a vida em comum, compartilhada, respeitando as diferenças individuais e os conflitos que surgem dessa coexistência” (GOMES, 2012, p. 24).

sentido. De outra forma não podemos tratar um espaço público similar ao termo “espaço urbano”, em virtude de que não estamos tratando de uma simples configuração espacial, mas de espaços públicos ou *lugares* com maiores significados para os atores sociais, assim como para suas ações sociais (LEITE, 2004). Dessa forma, o autor salienta a construção dos *lugares* no espaço público, sendo que entende o *lugar* como:

[...] uma determinada demarcação física e/ou simbólica no espaço, cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo por estas delimitado reflexivamente. Um *lugar* é sempre um espaço de representação, cuja singularidade é construída pela territorialidade subjetiva, [...] mediante práticas sociais e usos semelhantes (LEITE, 2004, p. 284).

Embora, existam certas convergências de sentidos quanto às condições para que se transformem *lugares* no espaço público, possíveis limites de interpretação da constituição dos lugares surgem nesse percurso, especialmente, nos diferentes contextos. Dentre as convergências de “sentido de lugar”, estaria aquele que pode ser tipicamente um lugar de consumo, ou lugar de refúgio, ou de morada, assim como não implica necessariamente em consenso (produto final de uma interação racional, seja pela ação comunicativa ou de processos políticos de construção de hegemonias), mas da “possibilidade de entendimento”<sup>21</sup>.

Leite (2004) entende o *lugar* não como pontos isolados no espaço urbano, mas como categoria social. De outro modo, é resultado de experiências compartilhadas por meio da possibilidade de entendimento de certo espaço, revertendo-se em processos de interação e qualificação simbólica no espaço, ou seja, “os lugares contribuem para a construção prática do espaço público, tornando-o inteligível” (LEITE, 2004, p. 289).

Para compreender o processo de construção dos lugares é preciso compreender que o poder do capitalismo está presente nas formas, nas estruturas e nas diferentes conjunturas. Contudo, uma noção de um sentido de lugar faz-se necessária, haja vista que, não apenas o capital é um processo, mas talvez se deva dizer isso dos lugares (MASSEY, 2000).

---

<sup>21</sup> “O que chamo aqui de *possibilidade de entendimento*, ao contrário, é antes o próprio processo constitutivo de convergência de sentidos. Para que haja sentidos compartilhados, é necessário que ocorra um entendimento mínimo sobre o que representa um lugar e sobre os códigos culturais que o qualificam” (LEITE, 2004, p. 286).

Segundo a autora, a noção de *lugar* deve ser analisada por um conceito progressista do *lugar*, e apresenta quatro argumentos. No primeiro, a reflexão salienta que o lugar é absolutamente não estático, de outro modo, as interações sociais não são coisas inertes ou congeladas no tempo. No segundo argumento, os lugares não têm que ter divisões ou demarcações, porém salienta que “as fronteiras” em certas situações são necessárias, mas não para conceituação de lugar em si. No terceiro, os lugares não têm “identidades” únicas ou singulares, ou seja, são cheios de conflitos internos. E por fim, o quarto argumento ressalta, diante disso, que nada nega o lugar, nem a importância da singularidade de um lugar (MASSEY, 1994).

Decerto que as contribuições da autora apontam para uma consciência global do lugar, mas também expõe limites, como mostra Leite (2004):

[...] ao distender o conceito, sua reflexão é conduzida a conceber que a singularidade de um lugar advém da confluência entre aspectos locais e globais da cultura. Disso resulta uma noção de lugar quase forjado por suas interseções múltiplas e dissonantes de sentidos a ele atribuídos: como se os lugares sociais na contemporaneidade fossem palimpsestos (LEITE, 2004, p. 285).

Certamente, os lugares no espaço público intervêm das convergências simbólicas, da mesma maneira que são resultados de experiências compartilhadas mediante possibilidade de *entendimento*, como já exposto. Por outro lado, para que exista um *lugar*, “é necessário que as práticas sociais que lhe são constitutivas sejam relacionais ao espaço, tornando-o território de subjetivação” (LEITE, 2004, p. 290).

A construção dos *lugares* no espaço público depende de vários motivos, entre eles, pode-se citar a dimensão espacial em toda sua influência material e simbólica, até as edificadas, mas com ações que lhes dão sentidos. No entanto, Magnani (2016) esclarece que um olhar *de “perto e de dentro”* contribuiria para o entendimento dos espaços públicos na cidade.

Para o referido autor, o caminho para a apreensão dessa análise parte da antropologia urbana<sup>22</sup> (FRÚGOLI JR, 2005; MAGNANI, 1998) com o exercício da etnografia enquanto método diferencial para o entendimento do fenômeno urbano.

---

<sup>22</sup> “A antropologia urbana tem à sua disposição o método etnográfico, porém o desafio é aplicar essa abordagem sem cair na “tentação da aldeia”, isto é, a de buscar na heterogênea realidade das grandes cidades as condições da aldeia - pequenos grupos, contextos limitados - supostamente identificadas com o enfoque etnográfico” (MAGNANI, 2003, p.1).

Mas por que da proposta antropológica para compreender os atuais aglomerados urbanos? Magnani (2016) faz um apanhado histórico, e que o interesse partiu das questões urbanas pela rápida urbanização das cidades, outras foram por conta das transformações sociais, apesar disso, o que se propõem com antropologia urbana por meio do método etnográfico, e não apenas reflexões dos problemas da globalização destinados ao capital e mão de obra, mas:

[...] também porque concentram serviços, oferecem oportunidades de trabalho, produzem comportamentos, determinam e/ou acolhem estilos de vida – e não apenas aqueles compatíveis com o circuito dos usuários abonados, do grande capital, frequentadores da rede hoteleira, de gastronomia e de lazer que seguem padrões internacionais, tido como marca da “cidade global”, assim como [...] A presença de imigrantes, visitantes, moradores temporários, refugiados e de minorias; de segmentos diversificados com relação a orientação sexual, necessidades especiais, identificação étnica ou regional, preferências culturais e crenças; de grupos articulados em torno de opções políticas e estratégias de ação contestatórias ou propositivas e de segmentos marcados pela exclusão (MAGNANI, 2016, p. 185).

Essa diversidade nos leva a pensar não na fragmentação de um multiculturalismo difuso, mas na oportunidade de sistemas de troca em outra escala por - meio de arranjos, experiências e conflitos, onde possam se transformar em visibilidade pública e reconhecimento. É evidente que não se pode negar os grandes problemas já apontados nesse texto, tanto da ordem dos grandes números quanto da própria experiência do dia a dia das grandes cidades, portanto, nem tão *de perto*, nem tão *de longe*, é preciso situar o foco, isto é, modular o olhar (MAGNANI, 2002).

O autor salienta que existe uma “gama de práticas que não são visíveis na chave de leitura da política (ao menos de uma *certa* visão de política): é justamente essa dimensão que a etnografia ajuda a resgatar” (MAGNANI, 2002, p. 15), assim como contribui para compreensão das formas de sociabilidades e das práticas culturais.

Como aponta o autor, o estudo a partir da antropologia urbana tem a pretensão de delinear um recorte mais específico, voltado para o estudo de temas própria e especificamente urbanos (a exemplo do “Lazer”), é explorar as possibilidades de compreensão desse fenômeno urbano, sobretudo, em espaço público com tantas formas de sociabilidades e práticas culturais na cidade.

Magnani (2002, p. 15) chama atenção que muitos dos debates em torno da questão urbana, não tomam os atores sociais como cerne central, na verdade não é

bem a ausência de atores sociais, mas a privação de certo tipo de ator social e o papel determinante de outros que prevalecem, a exemplo dos “representantes do capital e das forças do mercado: financistas, agentes do setor imobiliário, investidores privados. Personagens como os “animadores culturais” – consultores, arquitetos, artistas e demais intelectuais”.

Por outro lado, os moradores com suas formas de sociabilidade, estilos de vida, suas múltiplas redes, conflitos etc., são excluídos ou desprovidos dos seus direitos, e quando são incluídos nos processos de desenvolvimento das cidades, acabam como sujeitos de estratégias, em outras palavras, de um urbanismo socialmente includente (MAGNANI, 2002). Para tanto, a proposta de Magnani (2002, p. 18) é de um olhar de perto e de dentro, a partir dos arranjos dos atores sociais, ou seja,

[...] das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc. Esta estratégia supõe um investimento em ambos os pólos da relação: de um lado, sobre os atores sociais, o grupo e a prática que estão sendo estudados e, de outro, a paisagem em que essa prática se desenvolve, entendida não como mero cenário, mas parte constitutiva do recorte de análise.

Refletir sobre essa antropologia da cidade requer não apenas um olhar *de fora e de longe* (da lógica do mercado, das forças econômicas, das visões de investidores e planejadores), mas um olhar *de perto e de dentro* (a forma como é vivida pelos atores sociais). Por isso, para entender a construção dos lugares no espaço público, é preciso olhar *de perto e de dentro*, pois para que se concretizem é necessário o reconhecimento e a coexistência entre os diferentes no espaço, melhor dizendo, “os lugares precisam de um espaço social que os transcenda e os questione” (LEITE, 2004, p. 311).

As mudanças nesse “espaço social” são primordiais, tendo em vista que são os usos que inspiram e demarcam os espaços públicos; então os *lugares* precisam ser representados e reconhecidos igualmente. Em se tratando de espaços requalificados, o sentido mais evidente é sempre o lugar de consumo, entretanto, dizer que eles são apenas lugares de consumo não explica a complexa diversidade de sentidos que nela se desenrola. Sendo assim, as práticas opositivas pela resistência e pelos contra-usos apontam para a possibilidade de forma de apropriação política dos lugares, assim

“torna mais visíveis as fronteiras que constantemente precisam ser reafirmadas na delimitação prática e simbólica dos lugares sociais” (LEITE, 2004, p. 298).

Portanto, refletir sobre a construção dos *lugares* no espaço público, por meio da política de usos e pelas formas cotidianas de apropriação, pode contribuir para entender a publicização e a politização das diferenças – assim sendo, as “práticas sociais de lazer” podem ser um possível caminho para a construção social dos *lugares* na cidade contemporânea.

### 3.3 Espaços públicos de lazer

Nesta pesquisa, além das reflexões sobre espaço público, propõe-se também apresentar algumas discussões sobre o espaço público de lazer, levando em consideração os estudos apresentados por Marcellino (2000), Gomes (2008), Mascarenhas (2005), Rechia (2003), Bahia (2014), Figueiredo (2008, 2018) e França (2018).

Notadamente, o lazer ainda é visto tanto pelos planejadores de políticas públicas quanto pela população em geral, como uma recompensa pelas horas de trabalho. Essa conotação funcionalista, muitas vezes, é incorporada pelas relações de consumo estabelecidas pelo capital, por meio da indústria cultural<sup>23</sup>, a qual explora e incorpora valores imediatistas e utilitaristas. Não obstante, percebe-se nesse processo vários reflexos degradantes da vida em sociedade – relações fugazes, individualismo, competitividade, e sistema de valores baseado no capitalismo pós-moderno.

Muito do que é percebido como práticas sociais de lazer é influenciado pela indústria cultural, principalmente relacionados à criação de espaços e equipamentos destinados ao estímulo do consumo como, por exemplo, parques temáticos, *shoppings centers*, bares e casas noturnas. Grande parte dos espaços públicos de lazer requalificados nas cidades apresenta justamente essa perspectiva dos espaços privados, em outras palavras, esse modelo de lazer fomentado pelos políticos e

---

<sup>23</sup> “Expressão empregada na década de 1940, por Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, na obra “Dialética do esclarecimento”, onde buscava compreender as condições de produção e reprodução social na mercadorização da cultura, sua banalização e reificação, gerando um consumo que interferiria diretamente nas questões relacionadas ao tempo livre da sociedade” (BAHIA, 2014, p. 45).

empresários geralmente favorece as demandas do turismo e do entretenimento, mesmo que os discursos sejam para ressaltar que são espaços construídos para todos. De acordo com Rechia (2003), é preciso perceber que nem sempre os espaços são uma dádiva conferida à população de uma cidade. Marcellino (2008) salienta que a questão do lazer relacionada à formulação de políticas públicas ainda é parcial e limitada, e essas contradições podem ser visualizadas nas ações dos órgãos públicos, nas pesquisas e na legislação.

Apesar dos aspectos negativos acerca do lazer, no que se refere ao lazer-consumo ou mercolazer (MASCARENHAS, 2005), e o controle da consciência dos indivíduos sobre seu tempo livre, o lazer pode se tornar uma possibilidade de emancipação (BAHIA, 2014). Ou seja, existem possibilidades de vivências do tempo livre e/ou do lazer enquanto perspectiva de emancipação e de liberdade (BAHIA, 2014). E, como salienta Werneck (2000, p. 78), as vivências de lazer não podem ser vistas simplesmente pela lógica de alienação da vida cotidiana, de compensação das horas de trabalho, ou exploração do mercado. É possível ver a vivência do lazer “mobilizada pelo desejo e permeada pelos sentidos de liberdade, autonomia, criatividade e prazer, os quais são coletivamente construídos”. Portanto, deve-se compreender o lazer por duas perspectivas:

[...] como direito social, em princípio proveniente das conquistas dos trabalhadores por um tempo legalmente regulamentado; e como uma possibilidade de produção de cultura, por meio de vivência lúdica de diferentes conteúdos. Essa vivência é mobilizada pelo desejo e permeada pelos sentidos de liberdade, autonomia, criatividade e prazer, os quais são coletivamente construídos (WERNECK, 2000, p. 78).

O lazer, como direito social e cultura vivenciada no tempo disponível da vida humana, pode se tornar uma das possibilidades de mudança de atitudes, assim como propiciar um certo grau de liberdade na consciência dos indivíduos. Para Gomes (2008, p. 125), o lazer inclui a fruição de diversas manifestações da cultura, tais como:

[...] o jogo, a brincadeira, a festa, o passeio, a viagem, o esporte e as diversas formas de artes (pintura, escultura, literatura, dança, teatro, música, cinema), entre inúmeras outras possibilidades. Inclui ainda, o ócio, uma vez que esta manifestação cultural pode constituir, em nosso meio social, notáveis experiências de lazer.

Nessa perspectiva, o lazer deve ser entendido não como um privilégio de classe, mas como um convite à reflexão, à contemplação ou à meditação. É por meio

da dimensão da cultura que as vivências de lazer tornam-se manifestações culturais em um tempo/espaço conquistado pelos sujeitos ou grupos sociais (GOMES, 2008).

Marcellino (1983) apresenta justamente a importância do lazer no meio social, destacando que serve para conscientizar as pessoas que horas de descanso, divertimento e ócio são necessárias para a vida humana, em que o trabalho se torna cada vez mais explorador.

Entretanto, quando se discute espaço público de lazer faz-se necessária uma reflexão quanto à variável “espaço”, pois se o lazer enquanto um direito social é assegurado pelo Estado à sociedade, o mesmo não acontece com o “espaço” na qualidade de dinamizador das práticas sociais de lazer (FRANÇA, 2018).

A concretização do lazer nos espaços públicos deve ir para além de uma lógica alienante ou como forma de exploração do mercado, sobretudo na atividade organizada pelas gestões que, na maioria das vezes, se tornam impositivas (do que o cidadão deve ou não fazer no espaço), mas “na possibilidade de vivências modificadoras de valores, atitudes, de exercício de liberdade e de sensibilidades” (BAHIA, 2014, p. 56).

Figueiredo (2008, p. 88) ao analisar alguns espaços públicos de Belém, por exemplo, destacou que:

As áreas verdes são utilizadas a partir de um controle absoluto dos comportamentos, pois nos gramados dessas áreas não é permitido sentar ou andar, se diferenciando dos modelos dos parques parisienses e da própria cidade de Curitiba. [...] a disposição dos elementos espaciais facilita o controle, principalmente a partir de formas não-jurídicas, inscritas em regulamentos de uso que normatizam condutas e ações, controlando o corpo e seu posicionamento.

Nota-se que alguns espaços públicos de lazer são ordenados, demarcados e hierarquizados, em que sua função parece ter um objetivo, o do controle. A experiência de lazer no espaço público deve ser imbuída de qualidade de vida e sociabilidade, se consolidando como direito social. Logo, se percebe que o espaço público de lazer é:

Espaço físico-social na cidade, favorável ao encontro entre diferentes, que têm como objetivo em comum, a busca por prazer. Neste sentido, considera-se em sua análise, além da forma física, as amplas possibilidades de usos e carga simbólica, o livre acesso e a liberdade de escolha quanto ao compartilhamento, ou não, de experiências. São espaços socioculturais em que predominam a qualidade arquitetônica, paisagística e ambiental, além de uma certa vigilância. É comum que os seus usuários, possam usufruir

gratuitamente, da infraestrutura física, a exemplo dos equipamentos esportivos e das programações ofertadas (FRANÇA, 2018, p. 23).

Percebe-se que esses espaços socioculturais devem possibilitar uma ampla diversidade de usos, além do livre acesso e liberdade de escolha quanto às experiências.

Rechia (2003) enfatiza que, embora o individualismo e o medo estejam presentes na vida cotidiana, podem surgir tensões, promovendo certos desejos de participação, que podem configurar em movimentos de resistência, marcando uma nova sociabilidade.

Segundo a autora, esses novos movimentos nos espaços públicos de lazer, provêm de uma “transformação cultural”, na qual a população vem construindo uma identidade com esses locais, dando “forma e legitimando a própria vida desses espaços por meio de experiências no âmbito da cultura e do lazer que podem estar possibilitando oportunidades de (re)significação do valor do lugar” (RECHIA, 2003, p. 154).

A autora ressalta ainda que há uma necessidade de desvendar, a partir desses espaços, um olhar dirigido pela vontade de compreender a vida cultural da/na cidade “que parece estar sendo alterada de forma sutil, porém intensa, por meio do uso diversificado desses ambientes” (RECHIA, 2003, p. 154).

Portanto, para entender o espaço público de lazer é preciso olhar para os contextos, assim como para alguns elementos como - tempo, espaço-lugar, manifestações culturais, além das atitudes ou ações. Esses elementos ajudam a compreender as relações estabelecidas nas diversas manifestações da vida cultural, ou seja, assim como o lazer pode contribuir para disfarçar contradições sociais, ele também pode possibilitar questionamentos e resistências à ordem social injusta e excludente. Isto é, contribuindo para as conquistas dos cidadãos e se tornando uma possibilidade de emancipação.

## **4 OS LUGARES DA PESQUISA: COMPLEXO TURÍSTICO ESTAÇÃO DAS DOCAS E COMPLEXO TURÍSTICO VER-O-RIO**

A ideia central dessa sessão é contextualizar o *locus* da pesquisa, destacar seu contexto histórico e social. Apresentar as estruturas físicas, os projetos, as programações e/ou relatórios de atividades presentes nos dois espaços. Também foram construídos os históricos de gestão de cada um, a partir de entrevistas com antigos gestores dos espaços, cujos períodos se referem ao governo da ex-governadora Ana Júlia Carepa (2007- 2010) e do ex-governador Simão Jatene (2011-2014) – referente à administração do Complexo Turístico Estação das Docas e do governo do ex-prefeito Edmilson Rodrigues (1997-2004) e do ex-prefeito Duciomar Costa (2005- 2012) – no caso da administração do Complexo Turístico do Ver-o-Rio. Além disso, foram apresentados alguns dados referentes aos relatórios de gestão do Complexo Turístico Estação das Docas dos períodos (2007-2008) referente ao mandato da ex-governadora Ana Júlia Carepa e (2012-2014) referente ao mandato do ex-governador Simão Jatene.

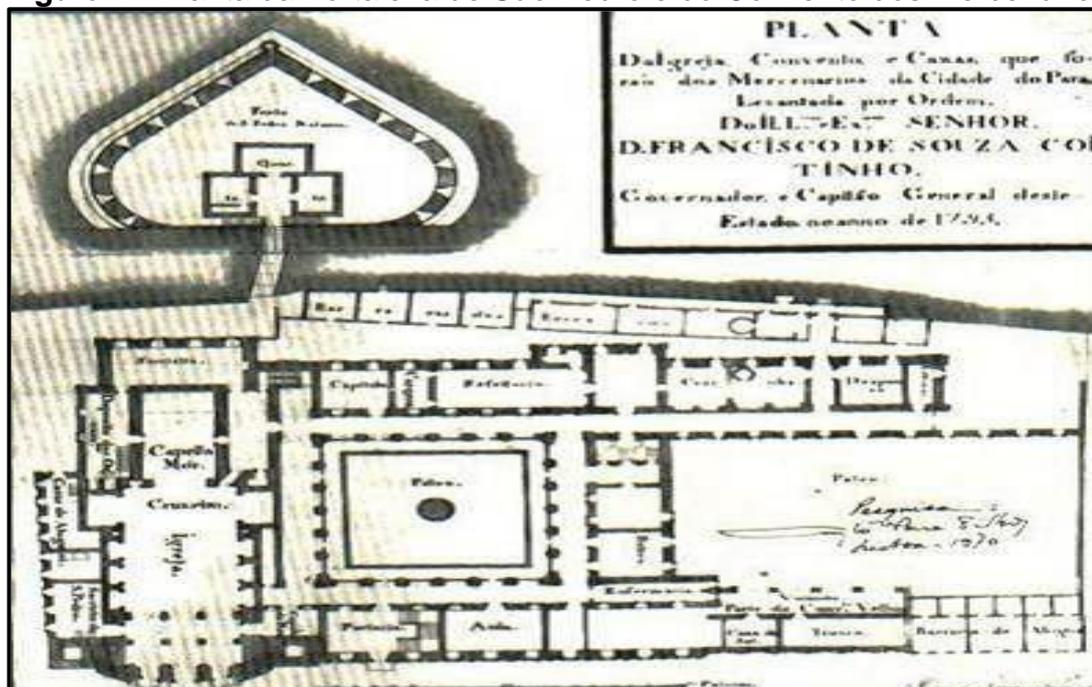
### **4.1 Contexto histórico e social do Complexo Turístico Estação das Docas**

O espaço público denominado Complexo Turístico Estação das Docas, possui vários usos e funções no contexto da cidade de Belém. O processo de urbanização, por exemplo, levou à modificação deste espaço, especificamente a criação de práticas sociais e econômicas. Segundo Arruda (2003), a orla de Belém, era formada por praias (de água doce), igarapés, rios e florestas, onde moravam os índios Tupinambás. O primeiro porto da povoação, foi um porto natural, o da Praia.

Outra informação importante é que em uma parte da área onde se encontra o complexo Turístico, também foi um Forte, denominado de São Pedro Nolasco, construído em meados do século XVII, e localizava-se às margens da Baía do Guajará e ao fundo do antigo Convento dos Mercedários (ver figura 1). Conforme Meira Filho (1976, p. 360), sua construção remonta a 1665 e no interior do Forte existia “[...] um quartel com tarimbadas para os soldados; uma casa para oficiais, 2 casinhas, uma para

pólvora e outra para guardar soquetes, carradas, etc. E outra casa que serve de prisão [...]” (MARQUES FILHO *et al.* 1990, p. 4 *apud* ARRUDA, 2003, p. 31).

**Figura 1** - Planta da Fortaleza de São Pedro e do Convento dos Mercenários.



Fonte: Meira Filho (1976).

Entretanto, entre os anos de 1835-1840, aconteceu a revolta da *Cabanagem*<sup>24</sup> e seus desdobramentos e acontecimentos tiveram como um dos locais de combate, a Fortaleza São Pedro Nolasco.

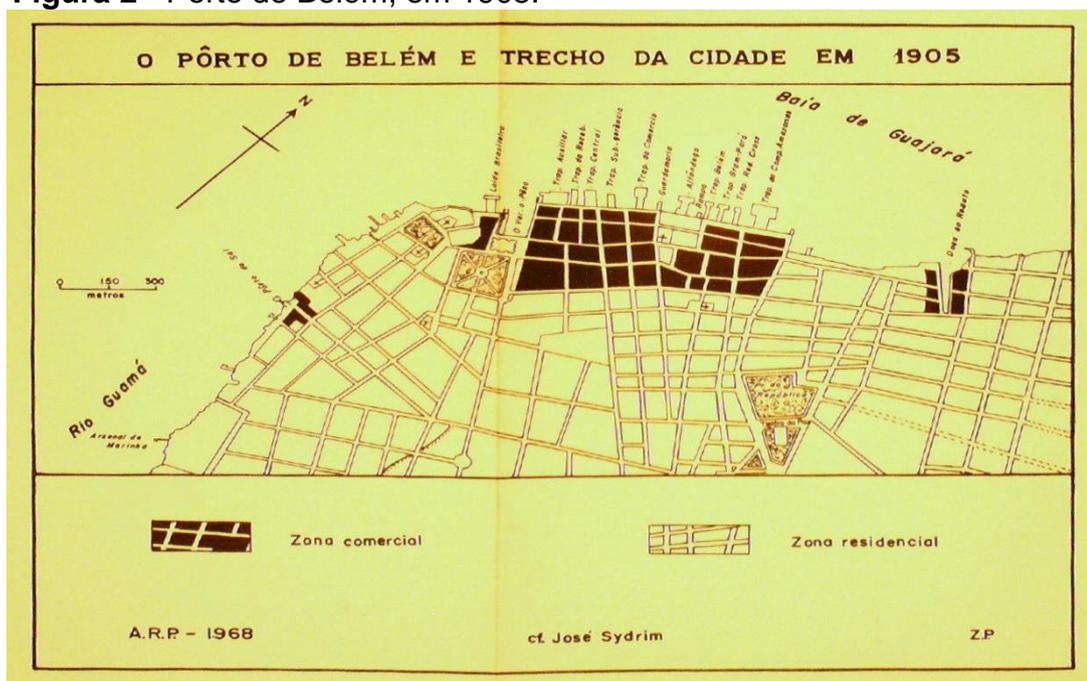
A Fortaleza São Pedro Nolasco construída na Baía do Guajará, ficou em completa ruína, porque os custos para sua reconstrução eram elevados, isso resultou na recusa por sua recuperação por parte dos governantes da época. Assim, optou-se pela sua demolição em 16 de dezembro de 1841, com

<sup>24</sup> “Revolta popular com início em 7 de janeiro de 1835, com o assassinato do Comandante de Armas e do Presidente da Província por ação dos Cabanos – na maioria mestiça, negra e índia - de origem pobre dos vilarejos ribeirinhos e cidades. O governo revolucionário tinha como chefe o fazendeiro Clemente Malcher, quando declara autonomia à Província quanto a Regência (1831-1840). Por discordâncias Malcher é substituído por Francisco Vinagre – líder popular. Em julho, sob ordens de Manoel Jorge Rodrigues as tropas do império vindas do Rio de Janeiro e auxiliadas por John Taylor, comandante mercenário inglês expulsa os revoltosos de Belém. Em agosto, os cabanos retomam a capital sob ordens do líder popular Eduardo Angelim que proclama a Independência, institui a República e distribui comida aos pobres, após a expropriação de armazéns e depósitos. A Regência retoma a repressão em maio de 1836 e Eduardo Angelim é destituído e substituído por seu irmão, Antônio Vinagre, a revolta permaneceu no interior. Os ribeirinhos do Baixo Tocantins e Amazonas mantêm a luta até 1840. Entre 1836 e 1840 são executados aproximadamente 30.000 cabanos. Entre as causas da revolta destaca-se: a participação das elites, entre 1821 e 1823, pela independência e reforçando o pensamento autonomista” (ARRUDA, 2003, p. 32).

autorização de José Clemente Pereira. No espaço resultante, foram construídos um cais e uma praça (ARRUDA, 2003, p. 33).

De acordo com o autor, o desenvolvimento da Cidade de Belém no século XIX se fez no sentido norte, a partir do Forte do Castelo para as terras altas do lugar, que se chamaria de Campina (Bairro onde se encontra o complexo Turístico). Nesse momento, novas obras de urbanização foram realizadas como, por exemplo, aterros para a viabilização de várias ruas e um cais para a cidade. Na verdade, vários trapiches foram construídos (ver figura 2), e posteriormente demolidos para a construção do porto definitivo. Conforme Penteadó (1973), a falta de melhor ancoradouro era sentida por todos, inclusive pelos governantes que reclamavam dizendo que era preciso cercar toda a cidade com um cais bem construído.

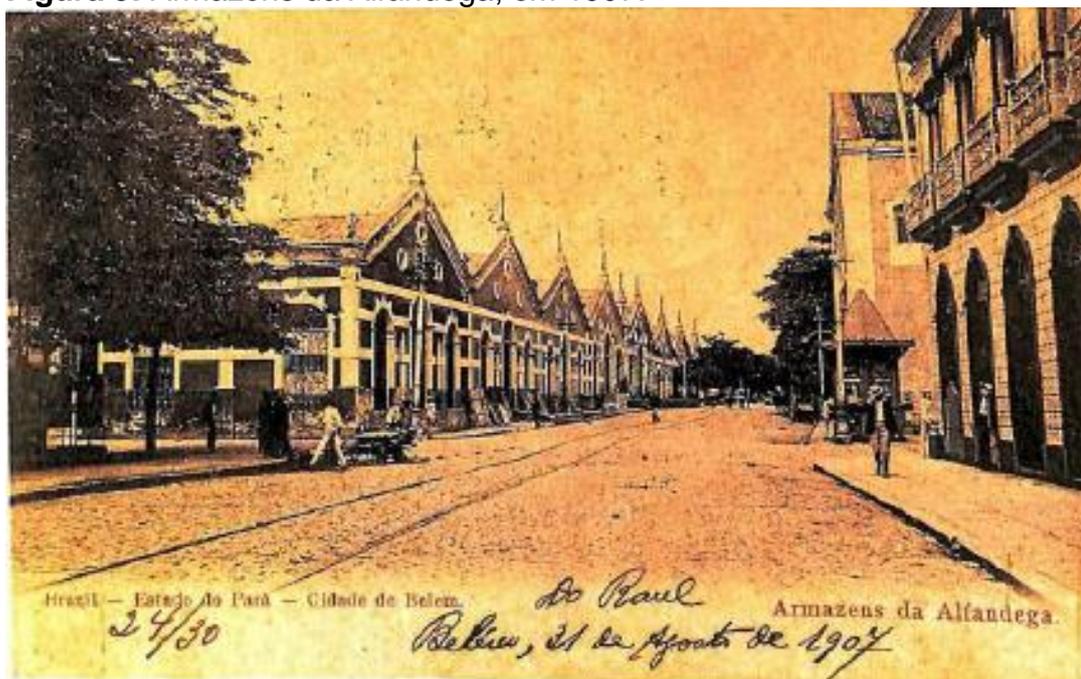
**Figura 2** - Porto de Belém, em 1905.



**Fonte:** Penteadó (1973).

No local onde existiu a fortaleza São Pedro Nolasco, posteriormente foram construídos a Guarda-Moria (polícia fiscal marítima) e os armazéns da Alfândega (ver figura 3). Esses armazéns externos da Alfândega foram demolidos em 1909, para a construção do Cais do Porto. Além dos armazéns, todos os trapiches existentes em frente à cidade foram retirados para a construção do Porto de Belém.

**Figura 3:** Armazéns da Alfândega, em 1907.



**Fonte:** Belém da Saudade (1998).

O projeto de construção do porto de Belém foi apresentado em 1897 pelo engenheiro Domingos Sérgio Sabóia e Silva e previa novas instalações de atracação e de armazenamento, prolongamento do cais em 4.300 metros e a construção de uma avenida marginal (atual Avenida *Boulevard* Castilhos França), em substituição às precárias instalações das docas do Ver-o-Peso. Em 18 de abril de 1906 foi autorizado o início das obras, por meio do decreto nº 5.978. Logo após o Decreto nº 6.283, de 20 de dezembro de 1906, foi concedida à empresa *Port of Pará*, de capital privado, a exploração do Porto de Belém. Segundo Arruda (2003), em 02 de outubro de 1909, ocorreu a inauguração do Porto de Belém<sup>25</sup> (ver figura 4). A maioria da mão-de-obra utilizada na construção era local, especialmente a não qualificada, enquanto a especializada era recrutada em Londres, Paris e Nova Iorque, pelos escritórios locais da Companhia. De acordo com Penteado (1973), o material utilizado na montagem dos armazéns era pré-fabricado na Europa.

<sup>25</sup> “Foram inaugurados em 1909 os primeiros 120 metros de Porto, um armazém e o canal dragado. Ainda no mesmo ano, mais 142 metros; em 1910, outros 265 metros; em 1911, novos 496 metros; em 1912, mais 708 metros; em 1913, atingiu o total de 1.860 metros, com a entrega de mais 120 metros. Foram implantados 11 guindastes elétricos, sendo 4 com capacidade de carga de 5 toneladas e 7 para 2,8 toneladas (que não mais funcionam e estão preservados no espaço do cais, hoje da Estação das Docas); iluminação elétrica, com 2.200 lâmpadas” (ARRUDA, 2003, p. 81).

**Figura 4** - Imagem da inauguração do Porto de Belém, em 1909.



**Fonte:** Arruda (2003).

Conforme Penteado (1973), a *Port of Pará* operou o Porto entre o final da década de 1900 e a década de 1910. Em 1940, o Porto foi entregue ao governo brasileiro. O Porto de Belém localiza-se às margens da Baía do Guajará, com acesso pela Avenida *Boulevard* Castilhos França e Avenida Marechal Hermes, na orla continental do Município de Belém e fronteiro aos bairros da Campina (hoje, Comércio) e do Reduto - é o mais antigo porto do Complexo Portuário do rio Pará e da Amazônia. Até a década de 1990, funcionou como porto. A partir do ano 2000, parte desse porto (armazéns 01, 02 e 03 da Companhia Docas do Pará) tornou-se o Complexo Turístico Estação das Docas, *lócus* desse estudo.

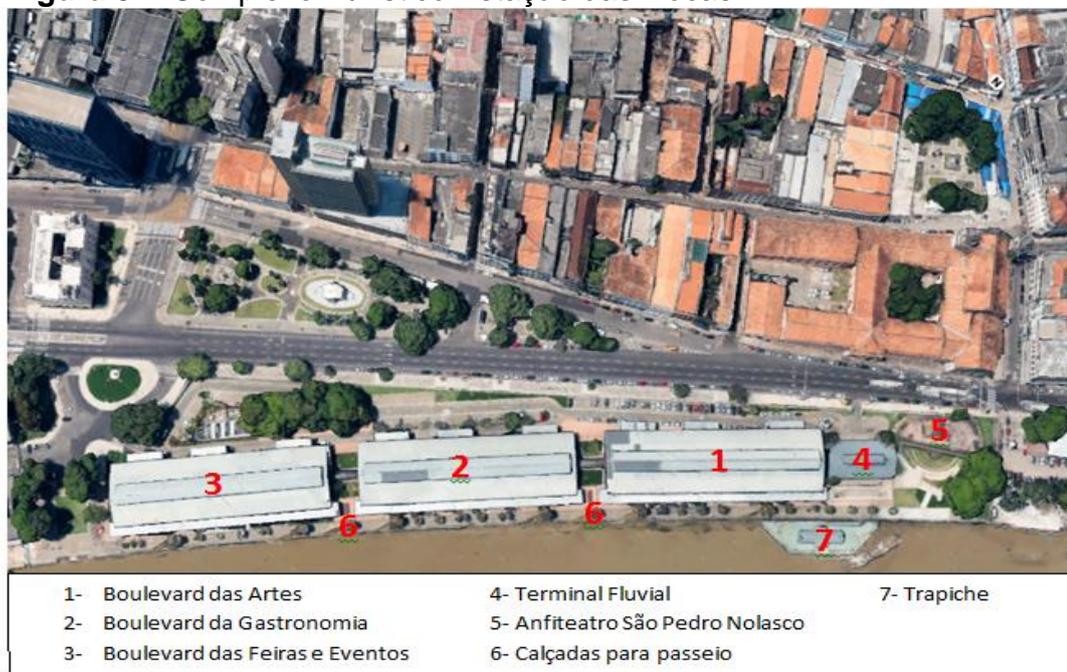
#### 4.1.1 Organização Social Pará 2000: Um breve histórico de Gestão da Estação das Docas

De acordo com Arruda (2003, p. 154), o projeto do Complexo Turístico Estação das Docas foi elaborado pela Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Mineração – SEICOM, no ano de 1990. Esse projeto tinha o nome de “Complexo

Turístico do Pará (CTP)”, com o objetivo de revitalizar parte da área do porto de Belém (armazéns 1, 2 e 3 e galpão Mosqueiro-Soure). Essa proposta incluía a construção de um “Centro de Convenções e áreas e espaços de apoio, terminal hidroviário, auditório de médio porte para 1500 lugares (no armazém 01) auditório de apoio para 500 lugares, espaço para exposições/feiras, calçada beira-baía”. No entanto, esse projeto não foi aceito, passando por reformulações, no qual o Centro de Convenções foi retirado em razão do problema quanto ao aumento de trânsito que causaria no local e a necessidade de mais vagas para estacionamento.

Segundo Arruda (2003), somente em 13 de maio de 2000, foi inaugurado pelo Governo do Estado do Pará, o Complexo Turístico Estação das Docas, cuja intenção era de promover o lazer, a cultura, o comércio e o turismo. Por meio desse projeto foram investidos pelo governo do Estado aproximadamente 19 milhões para uma área de 32.000 m<sup>2</sup>, correspondente à reforma de três grandes galpões pertencentes ao antigo porto de Belém, construído no final do século XIX e início do século XX (Figura 5).

**Figura 5 - Complexo Turístico Estação das Docas**



**Fonte:** Google Earth (2018).

Com a requalificação do Porto de Belém, os armazéns 1, 2 e 3 do antigo porto passaram a ter novos usos. O acesso ao espaço se dá por dois portões, um pela Avenida Castilho França e outro pela praça Pedro Teixeira.

O armazém 1, denominado de *Boulevard das Artes*, possui na área térrea um museu, intitulado “Museu do Porto”, constituído com peças encontradas por ocasião da prospecção realizada na área da antiga Fortaleza de São Pedro Nolasco e com antigas peças do antigo Museu do Porto<sup>26</sup> da Companhia das Docas do Pará, o qual foi inaugurado em março de 1985, em instalações em pequeno prédio construído em área contígua ao armazém 3 e próximo ao gradil do Porto, pelo Boulevard Castilhos França. Ainda no térreo do armazém 1 encontra-se uma cervejaria; lanchonetes; sorveteria; e quiosques destinados a vendas de artesanatos, roupas e acessórios. Na área superior do armazém, no *mezanino*, encontra-se um salão de beleza e lojas de artesanatos. Além disso, comporta uma enfermaria de pronto atendimento e banheiros. A seguir, nas fotografias 1 e 2, é possível observar o Museu do Porto e a área interna do Armazém 1.

**Fotografia 1-** Museu do Porto localizado no *Boulevard das Artes*



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

---

<sup>26</sup> Segundo Arruda (2003, p. 95), “o prédio do Museu foi demolido quando da adaptação dos armazéns 1, 2 e 3 para funcionamento da Estação das Docas e nela está parcialmente exposto o acervo museológico sobre o porto e sua existência, as demais peças e documentos, estão guardados no prédio da Companhia das Docas”

**Fotografia 2** - Restaurantes e lojas no *Boulevard das Artes*



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

O armazém 2, nomeado de *Boulevard da Gastronomia*, contém em sua área inferior (térrea) uma sorveteria regional e restaurantes com diversos tipos de comida. No espaço superior (*mezanino*) encontram-se restaurantes, lanchonetes, salas multiusos e banheiros. Adiante, a fotografia 3 ilustra a área interna do Armazém 2.

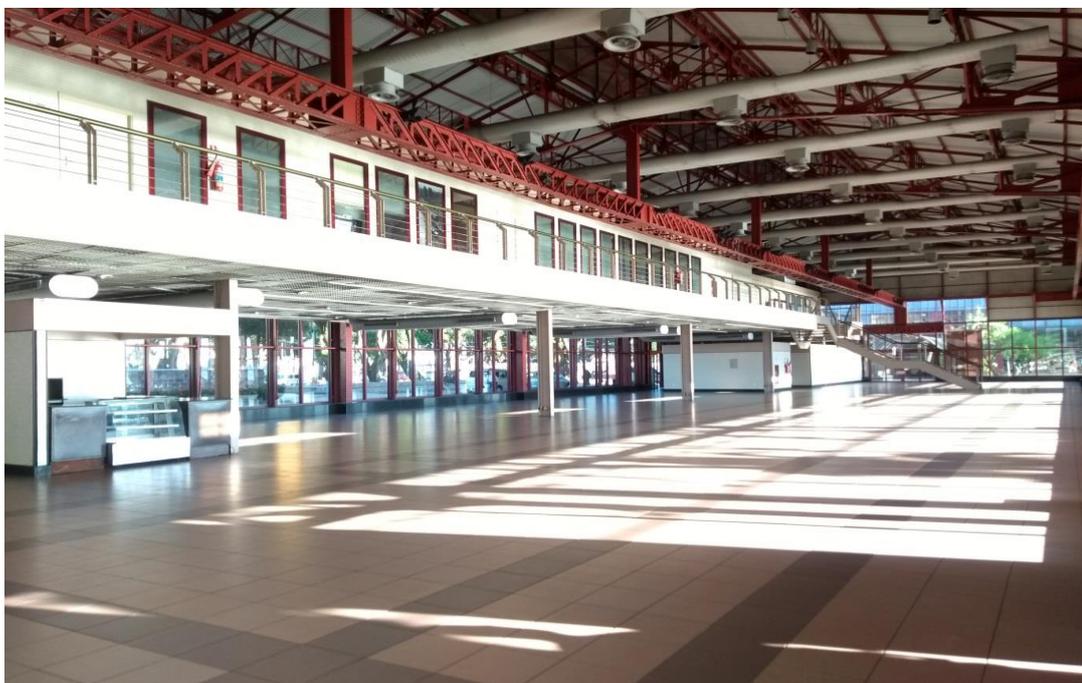
**Fotografia 3** - Restaurantes e sorveteria no *Boulevard da Gastronomia*



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

O armazém 3, *Boulevard de Feiras e Eventos*, é composto por um teatro – nominado de Maria Sylvia Nunes, em homenagem à professora e diretora do teatro Paraense, vencedora de vários prêmios de dramaturgia. Hoje, o espaço comporta 426 pessoas sentadas, incluindo 4 cadeiras para obesos e lugares para cadeirantes, o local é destinado a espetáculos de música, teatro, recitais e eventos sociais. Ainda na área (inferior) existe um espaço de 1.200 m<sup>2</sup> destinado a grandes eventos (casamentos, formaturas, aniversários, feiras, exposições, eventos empresariais e culturais). A área superior (*mezanino*) é destinada ao escritório da administração do complexo. Adiante, fotografia 4 ilustra a área interna do Armazém 3.

**Fotografia 4** - Área de eventos e escritório da administração do complexo.



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

Em toda a área externa dos galpões estão as calçadas para passeio público (Fotografia 5), assim como os antigos guindastes (equipamentos que eram utilizados para retirar as cargas dos navios) compondo a paisagem. Na área externa dos armazéns 1 e 2 encontram-se a extensão dos restaurantes com mesas e cadeiras. Já na área externa do armazém 3 dispõe de uma máquina a vapor (fornecia energia para os equipamentos do porto, em meados de 1800), fazendo parte da paisagem do local.

**Fotografia 5** - Área para passeio público.



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

Ao lado do *Boulevard das artes*, localiza-se o terminal hidroviário utilizado para fins Turísticos (antigo galpão Mosqueiro-Soure, que servia de terminal para o transporte regional) (Fotografia 6).

**Fotografia 6** - Terminal de uso Turístico localizado na entrada do complexo



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

Esse espaço acomoda um restaurante, uma loja de câmbio, uma agência de turismo, uma loja de venda de *souvenir*, um posto de policiamento Turístico e banheiros. E por fim, o anfiteatro São Pedro Nolasco (ruínas de uma antiga fortaleza), adaptado para apresentações culturais (Fotografia 7).

**Fotografia 7** - Anfiteatro localizado ao lado do terminal Turístico



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

Percebe-se na descrição do espaço a ideia da política do Estado em traçar um perfil espacial semelhante a de um *Shopping Center* “com finalidade a modernização do espaço, com privilégio à cidade competitiva economicamente” (TRINDADE JR; AMARAL, SANTOS, 2006, p. 85). A ideia central de concepção espacial expressada na Estação das Docas é a do modelo de competição entre cidades e do planejamento estratégico (VAINER, 2001), com possibilidade de visibilidade turística nacional e internacional.

Figueiredo (2008), ao estudar o processo de turistificação na cidade de Belém, apontou que a maioria desses espaços foram pensados pelo governo do Estado do Pará com propósito de promover o turismo, entretanto, essa turistificação não ocorreu, já que para um espaço ou uma cidade tornar-se turística esta deve apresentar alguns elementos que servem para simbolizar, recepcionar e acolher. Segundo o autor, o

processo de turistificação “serve para demonstrar um relativo direcionamento de espaços, cidades, ou mesmo cadeias de produção à atividade turística” (FIGUEIREDO, 2008, p. 86). Entretanto, a principal crítica a esses espaços, se dá claramente pela ausência da perspectiva turística, ou seja, não “existe sinalização turística, espaços para estacionamento de transportes Turísticos, informações em duas línguas e tantos outros indicadores de turistificação” (FIGUEIREDO, 2008, p. 87).

A administração do espaço está sob responsabilidade da Organização Social Pará 2000, criada em 25 de janeiro de 2000, por meio do Decreto nº 3.881. Esta Organização Social é uma entidade sem fins lucrativos, de direito privado, destinada à promoção de cultura, lazer e turismo. De acordo com o artigo 2ª desse decreto a sociedade civil acima qualificada:

[...] fica responsável pela administração e operação do complexo Estação das Docas, devendo ter como objetivo a produção e difusão de conhecimento e informação nas áreas de arte, cultura, lazer, turismo e serviços, naquele espaço público, para proporcionar ao cidadão usuário referência artístico-cultural, lazer e entretenimento (PARÁ, 2000, sem paginação).

Dentre os projetos atuais da organização estão os “Projeto Cine Estação” (é cobrado ingresso); o projeto “Pôr do Sol” (é gratuito) e o projeto “Pôr do Som” (é gratuito).

- a) O Projeto “Projeto Cine Estação”: exhibe sessões de filmes alternativos no Teatro Maria Sylvia Nunes, localizado no Armazém 3 da Estação das Docas;
- b) O Projeto “Pôr do Sol”: tem como objetivo apresentar peças teatrais infantis voltadas à preservação e a valorização da cultura regional, com linguagem lúdica, dentro das diversas expressões artísticas de teatro tradicional, teatro de bonecos e espetáculos circenses. Ocorre em domingos alternados, sempre às 17 h, geralmente no anfiteatro São Pedro Nolasco (Fotografia 8);

**Fotografia 8** - Apresentação do Projeto Pôr do Sol



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

- c) O Projeto “Pôr do Som”: foi criado em 2001 e as programações ocorrem todas as sextas-feiras do mês, sempre às 18h30, fazendo uma celebração do pôr-do-sol, ao som de Bolero de Ravel, seguido de apresentação de grupos regionais (Fotografia 9).

**Fotografia 9** - Apresentação do Projeto Pôr do Som



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

Em relação às gestões do espaço Estação das Docas, não foi possível encontrar os relatórios de gestão referentes ao governo do ex-governador Almir Gabriel (1999-2002), assim como do respectivo mandato do ex-governador Simão Jatene (2003-2006). Entretanto, foi possível ter acesso ao relatório de gestão do ano 2008, referente ao governo de Ana Júlia Carepa (2007- 2010) e os relatórios dos anos 2012 a 2014, referentes ao governo do segundo mandato de Simão Jatene (2011-2014).

Em se tratando da atuação do governo de Ana Júlia Carepa (2007-2010) a administradora do espaço, a OS PARÁ 2000, tinha a visão de ser uma organização social autossustentável de referência na administração de espaços públicos voltados para o lazer, cultura, turismo e negócios. Em entrevista concedida pela presidente da OS Pará 2000 nos anos de 2007 e 2008, as ações desenvolvidas primavam pela sustentabilidade do espaço, no entanto, neste primeiro ano de gestão foram encontrados vários problemas, conforme descritos a seguir.

[...] a gestão tinha que ser voltada por meio de dois pilares, a autossustentabilidade e a democratização, eram os grandes desafios. Quando eu entrei lá a questão financeira era muito grave, por que eles deixaram uma dívida com credores e tal, de um milhão e quatrocentos mil reais. A Estação das Docas estava completando sete anos naquele ano, então ela estava bastante sucateada enquanto espaço [...] tinha problema com a refrigeração, com as escadas rolantes, com o elevador, com o ambulatório. Então assim, eram inúmeros os problemas, e tinha que pagar dívida, e tinha que consertar, e tinha que democratizar e tinha que ser autossustentável, era isso daí tudo (informação verbal)<sup>27</sup>.

Percebe-se que, com a mudança de governo, a gestão dos anos 2007-2010 teve que reorganizar seus recursos financeiros. Conforme dados do relatório 2008, neste ano foram investidos R\$ 456.325,82 referentes ao sistema de refrigeração do espaço, modernização do estacionamento, sinalização e construção de quiosques.

Vale ressaltar que a OS Pará 2000 nesse período recebia mensalmente recursos de R\$ 400.000,00 do governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Cultura, para manutenção tanto da Estação das Docas quanto do Mangal das Garças. Segundo a fala da ex-presidente da OS Pará 2000, essa nova administração procurou ouvir os frequentadores, os locatários, enfim, todo mundo que circulava no

---

<sup>27</sup> Ex-diretora presidente da Pará 2000 (atuou nos anos de 2007 e 2008), Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

espaço, isso fez com que houvesse um diálogo tanto para fins comerciais quanto para a divulgação das ações.

[...] E também começamos a olhar para a estação das docas assim, quais são os novos espaços que nós podemos abrir, como é que podemos aproveitar melhor comercialmente. Então nós fizemos revisão de aluguel, nós implantamos uma taxa condominial, mas em contra partida nós oferecemos para os locatários um parte de comunicação que foi muito importante, **por que a gente passou a ter um diálogo maior com a cidade**, a gente tinha um informativo mensal que era muito legal onde tinham várias versões era bem interessante, por que a gente mostrava o que tinha de produto novo dentro da Estação das Docas, então a gente oferecia como contra partida essa comunicação. E os próprios locatários reconheciam que houve uma mudança né, com coisa de seis a oito meses de gestão eles já percebiam uma mudança assim, eles percebiam que a Estação das Docas já estava tendo maior número de visitação. [...] era justamente através da comunicação que nós poderíamos chegar numa melhor democratização (informação verbal)<sup>28</sup>.

Uma observação relevante é sobre as ações realizadas por essa gestão, na qual inseriu novos projetos e ações culturais, a exemplo da “Casa do Catalendas” e do “Bailinho de carnaval”. Dois projetos que tiveram destaque nessa gestão, o primeiro por ser dedicado às crianças e adolescentes e o outro por permitir acesso à Estação nesse período, já que o espaço praticamente fechava nessa época de manifestação cultural.

[...] uma das queixas que se tinha lá dentro da Estação das Docas era a falta de espaço para crianças, essa era uma queixa muito grande. Ai nós pegamos duas salas no mezanino, e montamos um espaço para as crianças, o espaço do Catalendas e tal, e era interessante por que era cobrado ingresso, mas não era um ingresso absurdo. E ai tinha contação de historia, tinha uma programação que era temática e ai tinha um dia que era gratuito também. E no inicio deu super certo, as sessões eram lotadas. Só que houve um desacerto entre eles, e o projeto durou um ano.

[...], além disso, uma coisa bem interessante foi à parte do carnaval, o bailinho do carnaval. Quando nos assumimos a Estação, e quando chegava na época do carnaval a Estação praticamente fechava entendeu, por que havia o entendimento que se abrisse durante o carnaval iria pode ter dano ao espaço, que o público não iria respeitar, enfim achavam que iriam depredar a Estação das Docas. E ai nós resolvemos quebrar isso daí, fizemos um bailinho ali no Boulevard das feiras, ai a gente contratou aqueles grupos de fanfaras que vinham pela orla da Estação tipo um arrastão, e quando chegava lá dentro tinha o show [...] e o primeiro ano foi um sucesso absoluto, foi justamente em fevereiro, à gente entrou e já foi colocando isso daí, “a Estação das Docas

---

<sup>28</sup> Ex-diretora presidente da Pará 2000 (atuou nos anos de 2007 e 2008), Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

não vai fechar no carnaval”, pelo contrário a gente abrir e vai ter bailinho aqui dentro né, visando muito à família (informação verbal)<sup>29</sup>.

De acordo com informações contidas no relatório de 2008, o público frequentador era de aproximadamente 50 mil pessoas por ano. As atividades e ações realizadas por essa gestão consistiam em programações fixas (Projetos “Pôr do Som”; Projeto “Pôr do Sol”; Música no ar e Cine estação) e programações especiais alusivas às datas como carnaval, dia das mães, páscoa, dia dos namorados, aniversário da Estação, dia dos pais, natal e *réveillon*. Outro aspecto importante dessa gestão foi o patrocínio da “Oi Futuro” no valor de R\$150.000,00 para a manutenção do sistema de projeção, investimento em infraestrutura e divulgação, e promoção de eventos que potencializassem a programação. Segundo dados obtidos no relatório de gestão e por meio da fala da ex-presidente da OS Pará 2000, o patrocínio serviu para fidelizar o público e otimizar as receitas do projeto.

[...] essa questão do cinema, depois nós conseguimos um patrocínio da Oi, que virou cine Oi Estação né, e aí com esses recursos da Oi a gente conseguia cobrir todos os custos da manutenção do cinema, programação, locação e infraestrutura. Nós conseguimos fazer aquisição de coisas novas, que melhorou também por que já estava um pouco sucateada, então tivemos durante um ano e meio o patrocínio da Oi para o cinema (informação verbal)<sup>30</sup>.

Outra ação dessa gestão foi o Projeto “Palco Livre”, que tinha como objetivo abrir o palco do teatro Maria Sylvia Nunes para os grupos de teatro paraenses. De acordo com o relatório de 2008, o projeto somou, desde setembro de 2007 a dezembro 2008, um público de 3.947 pessoas. Conforme entrevista com a ex-presidente da Estação das Docas, a OS Pará 2000 nos anos de 2007 e 2008 utilizou-se de estratégias para “democratizar” o espaço, principalmente por meio da comunicação (distribuição de informativos com a programação mensal). Segundo essa gestão, a comunicação e as parcerias, por meio da captação de recursos, foram fundamentais para tornar o espaço mais acessível.

Em relação à atuação da gestão entre os anos 2011-2014 foi possível perceber por meio dos relatórios, que o objetivo desse governo era de promover a cultura, o

---

<sup>29</sup> Ex-diretora presidente da Pará 2000 (atuou nos anos de 2007 e 2008), Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

<sup>30</sup> Ex-diretora presidente da Pará 2000 (atuou nos anos de 2007 e 2008), Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

lazer e o turismo para a sociedade paraense, além de enaltecer a imagem do Estado do Pará. Conforme entrevista concedida pela Gerente de comunicação, *marketing* e cultural dessa gestão, o processo de planejamento do espaço pautava-se da seguinte maneira.

[...] na Estação das Docas a gestão funciona da seguinte forma, nos tínhamos que fazer relatórios para prestar conta junto ao conselho, por ser uma OS, e nós tínhamos diversos públicos. Nós tínhamos o público de locatários, tínhamos o grupo de usuários e o grupo do conselho. Com relação à questão dos locatários nós tínhamos como compromisso de sempre estar promovendo eventos culturais para fomentar a ida de público né com isso gerar negócios para os locatários. Com relação ao conselho nós tínhamos a responsabilidade de atender o que está dentro do estatuto, dentro do estatuto da OS Pará 2000 existe uma cláusula que eu posso dizer assim não sei se esse é o termo jurídico, mas da obrigatoriedade por ser uma organização social de promover acesso a cultura. Então, isso é estatutário! Então isso tem que existir sempre dentro da Estação das Docas enquanto espaço de lazer e cultura! E lá por ter essa obrigatoriedade nós fazíamos uma programação cultural mensal com os projetos fixos e variados (informação verbal)<sup>31</sup>.

Percebe-se que essa gestão tinha certa preocupação com esses agentes (concessionários, frequentadores e conselho fiscal), entretanto, deve-se questionar quais são os frequentadores que eles estão preocupados, já que a Estação das Docas tem em seu rol de clientes, os turistas e a classe elitista. Ao observar o relatório de gestão 2008 referente ao governo 2007- 2010 com as do governo 2011- 2014 percebe-se uma diminuição nas ações dos projetos gratuitos “Pôr do som” e “Pôr do sol”, conforme quadro abaixo.

**Quadro 3** – Ações dos projetos Pôr do Som e Pôr do Sol – Período 2008, 2012, 2013, 2014.

<b>Ano/ governo</b>	<b>Nº de ações/ano</b>	<b>Nº de público</b>
2008 (Ana Julia Carepa)	84	33.600 mil
2012 (Simão Jatene)	82	21.730 mil
2013 (Simão Jatene)	70	17.232 mil
2014 (Simão Jatene)	68	26.697 mil

**Fonte:** Autoria própria, conforme dados dos relatórios de gestão (2018).

<sup>31</sup> Ex-Gerente de comunicação, marketing e cultural (atuou nos anos de 2011 a 2016), Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, dezembro 2018.

Na fala da ex-gerente de Comunicação, *Marketing* e Cultural, a Organização Social Pará 2000 tem a obrigatoriedade de promover acesso à cultura, quer por meio de projetos fixos ou variados, mas gratuitos.

[...] Toda sexta-feira tem o carimbó, o projeto pôr do som que é uma programação gratuita que começa a partir das dezoito horas e dura mais ou menos uma hora à uma hora e meia no máximo. É um projeto que apresenta para o turista e para o público que mora em Belém a programação de carimbó e danças regionais, isso fomenta os grupos. [...] também na Estação das Docas nós tínhamos o projeto pôr do sol, que é um outro projeto cultural que acontecia no domingo, inicialmente todos os domingos nós tínhamos esse projeto, mas como começamos a fazer esse projeto também no Mangal das Garças então ficou alternado, um domingo era no Mangal e outro domingo na Estação. Esse projeto pôr do sol era um espetáculo de teatro infantil voltado para as famílias, também uma forma de incentivar a produção cultural dentro da cidade. Nós contratávamos e eles recebiam cachê, nós tínhamos grupos como - companhias de bonecos, trupe de Bubuia, e vários outros grupos né, os trovadores que iam fazer essas apresentações culturais. Então assim, esses dois eram projetos fixos dentro da Estação das Docas em termos de cultura. Um mais focado na dança regional né, no folclore e no carimbó. E o outro com foco nas crianças e na família com destaque pras lendas amazônicas e tudo mais. Fora esses projetos fixos nós tínhamos os variados aí depende. [...] todo mês nos tínhamos programações variadas e dezembro o réveillon. [...] esses projetos eram todos gratuitos, fora os projetos que nós fazíamos, nós éramos muito demandados por produtoras independentes então nós tinham alguns como – a Ampla Criativa, e outras empresas que trabalham com projetos, a própria NATURA, a própria VIVO com conexão Belém, e outros projetos com a pegada cultural que eram realizados na Estação em parceria para fomentar. Então, nós sempre vivenciamos na área da cultura o que a gente costumava falar que era a efervescia cultural, a gente queria a Estação com vasta programação cultural para atrair o público. E isso era comprovado, nós tínhamos relatórios de frequência de público na Estação, e quando nós agregávamos ao espaço turístico a questão cultural isso atraía muito mais (informação verbal)<sup>32</sup>.

Essas ações estão estabelecidas tanto no estatuto da OS quanto no contrato de gestão assinado entre a OS e o Governo do Estado. É importante salientar que na pesquisa de Freitas (2010), sobre as Políticas Culturais e Consumo Cultural: um estudo dos públicos da Estação das Docas em Belém/PA, a autora analisou os públicos desses dois projetos (pôr do som e pôr do sol), e destacou que as pessoas que frequentavam essas programações não representavam a maioria dos públicos da Estação das Docas, porém esses projetos significavam uma porta de entrada para essas pessoas. Da mesma forma, Pereira e Matos (2015), ao analisarem as barreiras para a vivência do lazer nesse espaço, destacaram que os projetos vinculados ao

---

<sup>32</sup> Ex-Gerente de Comunicação, *Marketing* e Cultural (atuou nos anos de 2011 a 2016), Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, dezembro 2018.

espaço eram pouco conhecidos pelos públicos da Estação, uma vez que a divulgação das ações culturais do espaço era deficiente.

Conforme entrevista concedida pela ex-gerente desse governo, foram criados nesse período vários outros projetos que, segundo a entrevistada, estavam voltados ao turismo, à música e ao cinema.

Nós criamos dentro da Estação o projeto PIT (posto de informações turísticas) que era uma visita monitorada né, nós tínhamos Turismólogos que faziam a visita para os turistas que chegavam na Estação contando a história, falando um pouco da história da cultura, de como foi fundada. A gente fazia essa interação com os turistas que estavam lá, projeto na área de turismo esse. Agora projeto cultural nós fizemos vários, nós tínhamos o música na orla com programações de jazz e música instrumental, também era uma forma de valorizar a cultura e a produção local. Eu me lembro do música na orla, tínhamos a visita, fizemos dias de sábado o rock, tributos, fazíamos muitos tributos a Chico Buarque, a Marisa, então nós tínhamos vários ao longo desses cinco anos que estivemos lá. Nós tínhamos também uma pegada muito forte de programação de cinema, que eu não sei se ainda existe o cinema hoje lá. Mas durante o tempo que estivemos lá nós tínhamos uma intensa programação cultural. Nós tínhamos parceria com a Aliança Francesa, tínhamos parceria com o próprio cine Líbero Luxardo. A gente trocava filmes, então a gente tinha programador e todo mês tinha uma programação diferente de filme, e às vezes a gente agregava o filme com a música. Por exemplo, eu me lembro muito da Cássia Eller que teve o filme e depois fizemos em seguida um show. Então a gente procurava sempre tá trabalhando essas vertentes culturais lá dentro (informação verbal)<sup>33</sup>

Segundo o relatório do ano de 2014, foram realizadas 1.510 ações fixas e variadas. O projeto “Visita Monitorada” atendeu neste ano 301 grupos de turistas e frequentadores. O projeto “Cine Estação” ao longo desse ano exibiu 227 sessões, atingindo um público estimado de 6.801 mil pessoas. Verifica-se que, em números, os projetos atingiram um número considerável de público, entretanto, de acordo com o relatório deste ano o projeto Cine Estação teve um *déficit* mensal de R\$ 3 mil reais, ou seja, presume-se que o projeto não está atingindo um público considerável de espectadores pagantes ou os investimentos em propaganda não estão sendo suficientes para a publicização dessas ações. Quando perguntada de que forma os públicos conheciam tais projetos, segundo a ex-gerente essa divulgação ocorria, em sua maioria, nas mídias sociais, já que não havia recursos para essas ações.

A gerência de comunicação, marketing e cultura nós não tínhamos recursos para promover o marketing. Nosso marketing era a assessoria de imprensa! Então nós divulgávamos nos jornais, na TV, na imprensa em geral, no rádio.

---

<sup>33</sup> Ex-Gerente de comunicação, *marketing* e cultural (atuou nos anos de 2011 a 2016), Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, dezembro 2018.

Nós divulgávamos nos veículos da própria Pará 2000, no site da Estação, nas redes sociais. [...] a gente dava uma divulgação bem grande através da assessoria de imprensa, e também tínhamos informes impressos que entregávamos ao público que frequentava a Estação. Fazíamos informes na rádio interna que tinha, não bem uma rádio mas de comunicado, e sempre que terminava uma programação a gente divulgava a próxima que iria ter. Então a gente fazia muito esse trabalho de divulgar pela imprensa, in loco, e as pessoas também ligavam para perguntar da programação. Todo mês a gente tinha a agenda da Estação no site.

Segundo os relatórios, essas ações e esses projetos conseguiram atingir um público estimado de 232.031 mil pessoas no ano de 2014. De acordo com os relatórios dessa gestão, é possível ver algumas programações gratuitas que foram realizadas pela Organização Social Pará 2000, no período entre 2012-2014, conforme o quadro 3.

**Quadro 4 - Programações variadas desenvolvidas pela OS Pará 2000 na Estação das Docas – Período 2012-2014.**

<b>MÊS</b>	<b>DESCRIÇÃO DAS PROGRAMAÇÕES/ANO</b>
<b>Janeiro</b>	Ano de 2012: Não houve programação Ano de 2013: Programação de Aniversário de Belém; Exposição Belém da memória. Ano de 2014: Programação de Aniversário de Belém; Exposição Os jardins fazem a cidade.
<b>Fevereiro</b>	Ano de 2012: Bailinho da Estação Ano de 2013: Bailinho da Estação; Exposição Belém da memória. Ano de 2014: Exposição Carnaval que vem do manguê
<b>Março</b>	Ano de 2012: Não houve programação Ano de 2013: Show da Cantora Tulipa Ruiz no anfiteatro; dia das mulheres; exposição muda moda. Ano de 2014: Programação de Carnaval.
<b>Abril</b>	Ano de 2012: Não houve programação Ano de 2013: Não houve programação Ano de 2014: Exposição “Foto varal”; Exposição “Abril abril”.
<b>Mai</b>	Ano de 2012: Programação de aniversário da Estação das Docas. Ano de 2013: Programação de aniversário da Estação das Docas; Exposição Estação dos 13. Ano de 2014: Programação de aniversário da Estação das Docas.
<b>Junho</b>	Ano de 2012: Programação Junina. Ano de 2013: Programação Junina; Show Siba e Márcia Castro no anfiteatro; Exposição Estação dos 13; XXVI Festival Internacional de música do Pará no anfiteatro; Festival “Conexão Vivo” no anfiteatro. Ano de 2014: Programação Junina; Exposição Três cores e uma paixão.
	Ano de 2012: Programação Cine Estação – Tributo a legião urbana.

<b>Julho</b>	Ano de 2013: Festival Movimento <i>Hotspot</i> no anfiteatro; Festival Cultura de verão no anfiteatro. Ano de 2014: Festival Cultura de verão.
<b>Agosto</b>	Ano de 2012: Programação dia dos pais. Ano de 2013: Festival do folclore. Ano de 2014: Festival do folclore; projeto música na orla; Festival <i>Se Rasgum</i> no anfiteatro.
<b>Setembro</b>	Ano de 2012: Projeto música na orla; Ano de 2013; Show Lia Sophia no anfiteatro; Show mil poetas e músicos por mudanças no anfiteatro. Ano de 2014: Projeto música na orla.
<b>Outubro</b>	Ano de 2012: Programação Nazaré em todo canto; Projeto música na orla. Ano de 2013: Projeto música na orla; Exposição Miriti das águas; Exposição trilogia do achado. Ano de 2014: Programação Nazaré em todo canto; Projeto música na orla.
<b>Novembro</b>	Ano de 2012: Projeto música na orla. Ano de 2013: Projeto música na orla; Exposição trilogia do achado. Ano de 2014: Exposição Carimbó é do Pará; Jornada de extensão de música da UFPA no anfiteatro; Programação Canta Pará II no anfiteatro.
<b>Dezembro</b>	Ano de 2012: Programação Estação da criança no teatro; Programação de Natal; Réveillon. Ano de 2013: Programação “Estação da criança” no teatro; Programação de Natal; Réveillon. Ano de 2014: Programação de Natal; Réveillon.

**Fonte:** Autoria própria, conforme dados dos relatórios de gestão (2018).

De acordo com as informações complementares da ex-gerente da Estação das Docas, um dos projetos que mais despertava conhecimento e sentimento de pertencimento nas pessoas, era a visita monitorada, justamente pelo fato dos públicos (escolas, moradores e visitantes) conhecerem o local por meio da história. Portanto, nota-se que nesses anos de atuação, a OS Pará 2000, realizou tanto ações que vislumbrasse o lucro e o enaltecimento da imagem da Estação no cenário nacional e internacional, quanto projetos voltados a outros públicos, como – as escolas e visitantes.

Em relação aos projetos e ações desenvolvidos no segundo mandato do governo de Simão Jatene (2015-2018), algumas programações gratuitas foram realizadas pela Organização Social Pará 2000. Segundo levantamento realizado no *site* oficial da Secretaria de Estado de Comunicação (SECOM) do Governo do Pará,

os projetos e ações eram realizados em sua maioria, por meio de parceria com outras instituições públicas e produtoras, conforme o quadro 4.

**Quadro 5** - Programações variadas desenvolvidas pela OS Pará 2000 na Estação das Docas – Período 2015-2018.

<b>MÊS</b>	<b>DESCRIÇÃO DAS PROGRAMAÇÕES/ANO</b>
<b>Janeiro</b>	Ano de 2015: Exposição fotográfica “Cidade em silêncio”; Folia na orla. Ano de 2016: Exposição fotográfica “Belém 400 anos” Ano de 2017: 1º grito de carnaval Ano de 2018: Festival “Ver-o-Peso da nossa música”
<b>Fevereiro</b>	Ano de 2015: Bailinho da Estação; Espetáculo teatral “de riso é que se vive”. Ano de 2016: Bailinho da Estação Ano de 2017: Bailinho da Estação Ano de 2018: Bailinho da Estação
<b>Março</b>	Ano de 2015: Exposição fotográfica “Cidade em silêncio”; Dia das mulheres; Seletiva batalha de rua. Ano de 2016: Exposição fotográfica “Janelas da rua”. Ano de 2017: Não houve programação. Ano de 2018: Não houve programação
<b>Abril</b>	Ano de 2015: Não houve programação. Ano de 2016: Não houve programação. Ano de 2017: <i>Pocket show</i> em homenagem ao Ver-o-Peso. Ano de 2018: Projeto “UEPA na Estação 1ª edição”
<b>Mai</b>	Ano de 2015: Aniversário da Estação; Exposição “miragens”; Exposição “Transcendência cultural”; Desfile “Estação da moda”. Ano de 2016: Aniversário da Estação; Exposição fotográfica “Emoções”; Projeto “Rock na orla”. Ano de 2017: Aniversário da Estação. Ano de 2018: Aniversário da Estação; Festival “Latinidade”; Projeto “UEPA na Estação”.
<b>Junho</b>	Ano de 2015: Projeto cultural <i>BoulevArt</i> ; Festival Internacional de música do Pará; Projeto “Paixão do Boi”; Evento musical “ <i>Fetê de la Musique</i> ”; Expedição do Navio Pedro Teixeira. Ano de 2016: Peça teatral “Homens, santos e desertores”; Projeto Estação Junina; Projeto “Rock na orla”. Ano de 2017: Exposição “Diversidade a Arte”; Feira “Beirando a moda”; Projeto Estação Junina. Ano de 2018: Projeto Estação Junina; Projeto “Vale Música”.
<b>Julho</b>	Ano de 2015: <i>Show</i> “Los Hermanos”; <i>Show</i> “Amazônia Jazz Band”. Ano de 2016: Projeto “Rock na orla”. Ano de 2017: Projeto “Rock na orla”; Festival “Latinidade” Ano de 2018: Projeto “Rock na orla”.
	Ano de 2015: Projeto “Música na orla”; Circuito gastronômico do chocolate; <i>Show</i> “Amazônia Jazz Band”.

<b>Agosto</b>	Ano de 2016: Projeto “Rock na orla” Ano de 2017: Feira “Beirando a moda” Ano de 2018: Projeto “UEPA na Estação”
<b>Setembro</b>	Ano de 2015: Exposição fotográfica “Desdobramentos”; Projeto Posto de Informações Turísticas. Ano de 2016: Projeto “Estação do Som 1ª edição” Ano de 2017: Exposição “Mini Círio na baía do Guajará” Ano de 2018: Projeto “Circuito Sonoro Siga Canto 1ª edição”; Projeto “UEPA na Estação”.
<b>Outubro</b>	Ano de 2015: Ação do Círio; <i>Show</i> “Tributo Cássia Eller”. Ano de 2016: Exposição “Círio 2016” Ano de 2017: Projeto “Música na orla” Ano de 2018: Projeto “UEPA na Estação”
<b>Novembro</b>	Ano de 2015: Festival <i>Se Rasgum</i> ; Peça teatral “Até quando viver neste mundico”. Ano de 2016: Festival <i>Se Rasgum</i> ; Exibição do documentário “Criativas”. Ano de 2017: Festival <i>Se Rasgum</i> ; Projeto “Música na orla”; Feira “Beirando a moda”. Ano de 2018: Projeto “Circuito Sonoro Siga Canto”.
<b>Dezembro</b>	Ano de 2015: Projeto “Conexão Belém”; Encontro de Sambistas de Icoaraci; Réveillon. Ano de 2016: Programação de Natal. Ano de 2017: Programação de Natal; Festival de Jazz; Festival “O som da maré”; Feira “Beirando a moda”; Réveillon. Ano de 2018: Programação de Natal; Projeto “Circuito Sonoro Siga Canto”.

**Fonte:** Autoria própria, conforme dados da Secretaria de Estado de Comunicação (2018).

Conforme se pode constatar, a OS Pará 2000 desenvolveu poucos projetos culturais em quatro anos, não sendo suficientes para atender os diferentes públicos da Estação Das Docas, já que segundo a própria administradora o espaço recebe um grande número de pessoas anualmente. Outro ponto observado foi que, a partir do levantamento realizado no *site* oficial da Secretaria de Estado de Comunicação, constata-se uma diminuição nos projetos e nas ações desenvolvidas pela Organização Social Pará 2000, especificamente, os projetos gratuitos voltados à música, ao teatro e ao cinema, no período de 2015-2018 (Quadro 5).

**Quadro 6** – Ações dos Projetos Pôr do Som, Pôr do Sol e Cine Estação.

<b>Projetos</b>	<b>Nº de ações/ano</b>
Projetos Pôr do Som (É gratuito)	Ano de 2015: 43 apresentações Ano de 2016: 40 apresentações Ano de 2017: 43 apresentações Ano de 2018: 50 apresentações
Projetos Pôr do Sol (É gratuito)	Ano de 2015: 25 apresentações Ano de 2016: 21 apresentações Ano de 2017: 8 apresentações Ano de 2018: 11 apresentações
Projeto Cine Estação (É cobrado ingresso)	Ano de 2015: 94 sessões Ano de 2016: 63 sessões Ano de 2017: 52 sessões Ano de 2018: 13 sessões

**Fonte:** Autoria própria, conforme dados da Secretaria de Estado de Comunicação (2018).

Essas ações geralmente são realizadas com o intuito de promover o acesso à cultura, o lazer e o turismo. No entanto, observou-se que desde junho de 2017 não são mais realizadas sessões cinematográficas no espaço (Projeto Cine Estação), assim como houve uma diminuição nas ações do projeto Pôr do Sol (teatro infantil).

Portanto, pode-se dizer que as ações dos dois governos apesar de permitir certa entrada de outros frequentadores por meio dos projetos gratuitos, esses ainda são incipientes, já que os relatórios apontaram que o espaço público recebe anualmente um grande número de frequentadores. Outro ponto observado é que a Estação das Docas recebe mensalmente recursos públicos, e por isso teria que ter uma programação diversificada para seus usuários. Todavia, o que se constatou foi uma diminuição nos projetos gratuitos desenvolvidos pela administradora do espaço nos últimos anos.

#### **4.2 Contexto histórico e social do Complexo Turístico Ver-o-Rio**

Este subcapítulo discorrerá acerca do contexto histórico e social de construção do espaço público “Ver-o-Rio”, salientando sua importância na conjuntura social na cidade de Belém.

Em meados dos anos 1930, o terreno onde atualmente se localiza o Ver-o-Rio era uma área onde funcionava o complexo do Hidroporto da *Pan America Airways System* do Brasil ou Panair do Brasil (primeiro aeroporto de Belém). Era ali que

chegavam os primeiros hidroaviões do Brasil, e sobretudo, de outros países. A Panair realizou o seu primeiro voo de Belém para Manaus em 25 de outubro de 1933, inaugurando a linha Amazônica entre as duas capitais (CATALINAS NO BRASIL, 1973). A fotografia 10 mostra a Base marítima da Empresa e a rampa para acesso de hidroaviões à Baía do Guajará.

**Fotografia 10** - Base marítima da Empresa Aérea Panair do Brasil, em março de 1930, localizada na Avenida Marechal Hermes



**Fonte:** Disponível em: <http://www.catalinasnobrasil.com.br/site/galeria-de-fotos/category/70-panair-do-brasil.html> . Acesso em: 11 set. 2018.

Segundo pesquisas desenvolvidas pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará, a construção da Rampa da Panair (Fotografia 11) iniciou-se em 1930. De acordo com o jornal carioca de 1930, a *Port of Pará* construiu uma rampa que daria acesso ao aeroporto e oficinas da Nyrba, entretanto, a Nyrba do Brasil, com a queda da bolsa de Nova York, foi adquirida pela *Pan American World Airways* e passou a se chamar Panair do Brasil, em 21 de novembro de 1930.

**Fotografia 11** - Rampa da Empresa Aérea Panair do Brasil



**Fonte:** Disponível em: <http://www.catalinasnobrasil.com.br/site/galeria-de-fotos/category/70-panair-do-brasil.html> . Acesso em: 11 set. 2018.

A rampa foi salvaguardada no projeto Ver-o-Rio, e não teve tempo de se popularizar enquanto da empresa *Nyrba* e sim da empresa *Panair*. No filme “*Pan Am To South America*”, de 1935, registra a estrutura do lugar onde os hidroaviões eram reparados, o local também servia para o embarque e desembarque de pessoas e malas postais. De acordo com a pesquisa realizada pelo professor Haroldo Baleixe (FAU/UFPA, 2018), o Hidroporto da Panair funcionou até meados de 1940, na condição de primeiro aeroporto de Belém. Em 1953, a área foi ocupada com os silos e edifício da empresa do grupo OCRIM S. A. produtos alimentícios e, somente em 1999, parte do terreno foi desocupado dando origem ao Complexo Turístico Ver-o-Rio.

#### 4.2.1 Histórico de Gestão do Complexo Turístico Ver-o-Rio

Segundo estudo de Costa (2013), o projeto com o nome de “Ver-o-Rio” foi idealizado ainda no governo municipal de Hélio Gueiros 1993-1997, porém viabilizado

no governo municipal de Edmilson Rodrigues, entre os anos de 1997-2004. De acordo com a autora, a prefeitura tinha como discurso o desafio de modificar o paradigma modernista de desenvolvimento urbano, onde sua proposta pautava-se no “ideário de produzir uma política de desenvolvimento alternativa e direcionada para os assentamentos humanos excluídos da cidade” (COSTA, 2013, p. 72).

Historicamente, a orla continental de Belém foi ocupada principalmente por indústrias, portos particulares, comércio informal e serviços. Em função disso, o poder público tinha como proposta algumas ações, tais como: elaborar um plano de uso e ocupação para a orla; fomentar o turismo; criar espaços de lazer e cultura para a integração da cidade com sua orla; ordenar espaços para terminais fluviais de cargas e passageiros; criar um novo corredor de tráfego interligando o “centro” à área de expansão da cidade; e integrar o transporte fluvial com o rodoviário (BELÉM, 2000).

O Complexo Turístico Ver-o-Rio se concretizou a partir da intervenção urbana realizada pela Prefeitura de Belém na orla fluvial da cidade. Conforme Amaral (2005) somente a partir das diretrizes do Plano Diretor (PDU)<sup>34</sup> e da Lei Complementar de Controle Urbanístico (LCCU)<sup>35</sup> que foi possível definir novos usos para aquela área. Segundo Costa (2013), o projeto fez parte ainda do Plano de Reestruturação Urbana da Orla de Belém (PRÓ-BELÉM)<sup>36</sup>, o qual tinha o objetivo de valorizar a fisionomia da cidade, “através da visualização de seus elementos peculiares, integrando-a ao convívio da população; ordenando as atividades culturais, de lazer, de tráfego e transportes; e recuperando a paisagem urbana, bem como a qualidade ambiental” (BELÉM, 2000, p. 10).

O projeto Ver-o-Rio está localizado na orla central da cidade de Belém, mais especificamente na Avenida Ruy Barata, na convergência da Avenida Visconde de Sousa Franco até a Travessa Dom Romualdo de Seixas (BELÉM, 2000). O mapa 7 mostra o Complexo Turístico Ver-o-Rio.

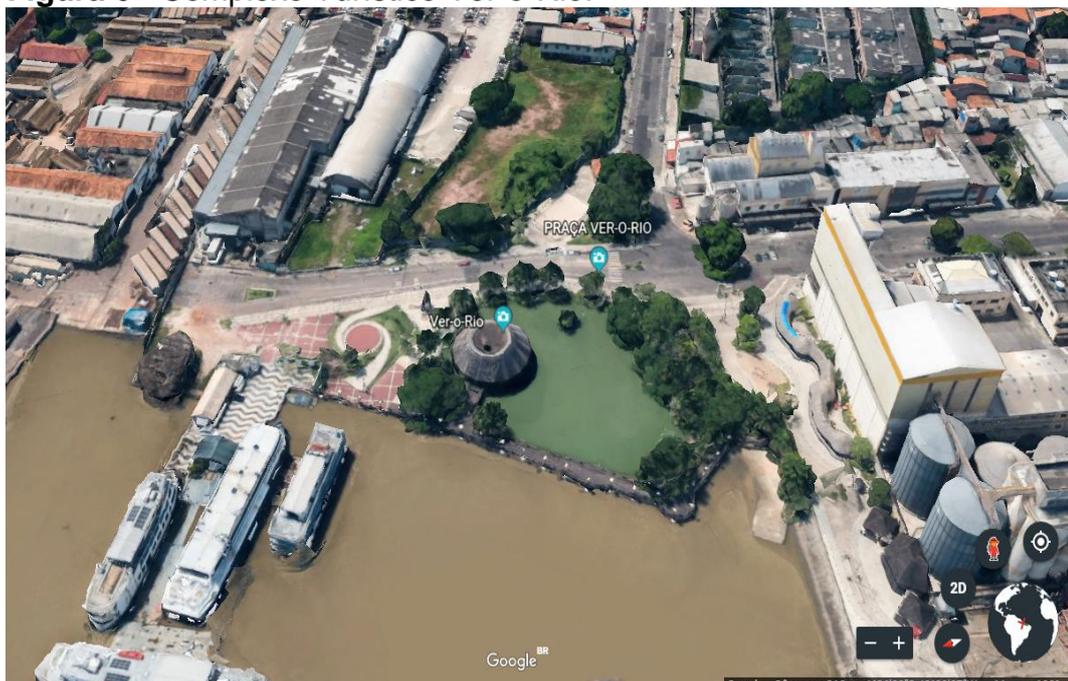
---

<sup>34</sup> “Plano diretor é um documento que sintetiza e torna explícitos os objetivos consensuados para o Município e estabelece princípios, diretrizes e normas a serem utilizadas como base para que as decisões dos atores envolvidos no processo de desenvolvimento urbano convirjam, tanto quanto possível, na direção desses objetivos” (SABOYA, 2007, p. 39).

<sup>35</sup> A Lei Complementar de Controle Urbanístico – LCCU é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do Município, assegurando a função social da cidade e da propriedade imobiliária de fins urbanos (BELÉM, 1999, sem paginação).

<sup>36</sup> “O Pró-Belém visualiza a orla continental de Belém setORIZADA do norte, em Icoaraci e até o sul ao longo da Baía do Guajará e Rio Guamá e até o Campus da Universidade Federal do Pará” (ARRUDA, 2003, p. 172).

**Figura 6 - Complexo Turístico Ver-o-Rio.**



**Fonte: Google Earth (2018).**

O projeto do Ver-o-Rio inclui em suas instalações: quiosques, lanchonetes e bares (fotografia 12), palco para *shows* (Fotografia 13), banheiros públicos, *playground* infantil, uma antiga rampa, um trapiche lateral e parapeito para contemplação, e uma ponte de madeira com bancos com vista para o rio.

**Fotografia 12 - Lanchonetes e bares no Complexo Turístico Ver-o-Rio**



**Fonte: Acervo pessoal (2018).**

**Fotografia 13 - Palco para Shows no Complexo Turístico Ver-o-Rio**



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

O espaço também inclui o Memorial dos Povos Indígenas (Fotografia 14), área de convivência com bancos e passeios, trapiche paralelo à baía, um lago com 3.369 metros quadrados (Fotografia 15) que servem para passeio de canoas e pedalinhos e uma quadra poliesportiva para a prática de esportes.

**Fotografia 14: Memorial dos Povos Indígenas no Complexo Turístico Ver-o-Rio**



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

**Fotografia 15** - Lago para passeios de pedalinho no Complexo Turístico Ver-o-Rio



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

Conforme Santos (2002) e Amaral (2005), duas etapas do projeto não foram concluídas, uma foi a finalização da construção do Memorial em homenagem aos negros e povos afrodescendentes, e a outra foi a construção do Centro Internacional de Convenções. O quadro 5 ilustra todas as fases que foram concluídas e as não concluídas.

**Quadro 7** - Requalificação do Complexo Turístico Ver-o-Rio

Etapa	Fase	Principais equipamentos	Situação da obra
1 <sup>a</sup>		Av. Ruy Barata (atual Av. Marechal Hermes): Praça Ver-o-Rio com 04 quiosques de comida e lanches, dois bares, um palco para <i>shows</i> , <i>playground</i> infantil, rampa da Panair, área com parapeito para contemplação da baía (local do antigo mareógrafo), posto da guarda municipal com banheiro público.	Concluída
2 <sup>a</sup>		Memorial em homenagem aos Povos indígenas, guarita da guarda municipal, bancos para contemplação do rio e praça de convívio.	Concluída

		Memorial em homenagem aos negros e povos afrodescendentes	Não concluída
3ª	1ª	Ponte que liga à 1ª etapa: trapiche paralelo à baía, lago, duas áreas de convivência com tratamento paisagístico, bancos de cimento, lixeiras, busto do poeta Ruy Barata, quadra poliesportiva de areia, continuação de um pequeno trecho da Av. Rui Barata (Beira Rio).	Concluída
	2ª	Área de convivência com bancos e passeios, continuação do trapiche paralelo à baía e à Av. Ruy Barata.	Concluída
4º		Desobstrução da Trav. Dom Pedro I, construção do Centro de Convenções.	Não concluída

**Fonte:** Santos (2002) e Amaral (2005).

De acordo com Santos (2002) e Amaral (2005), as ocupações de empresas ao longo do trajeto dificultaram a continuidade do projeto. Nesse sentido, houve por parte da Prefeitura de Belém negociações, bem como processo na justiça para desobstrução do muro da empresa do grupo Sanave, entretanto sem resultados favoráveis. É importante ressaltar que a proposta do projeto correspondia:

[...] uma intervenção urbanística para trechos da orla continental do município de Belém, que encontram-se degradados e/ou ocupados por atividades privadas, objetivando torná-los um espaço público aberto, com infraestrutura, equipamentos e mobiliário urbanos apropriados, onde possam ser desenvolvidas atividades referentes ao lazer, ao turismo ou à contemplação da paisagem (BELÉM, 2000, p. 32).

De acordo com Santos (2002), Amaral (2005) e Costa (2013), o desafio do governo municipal de Belém, entre os anos de 1997 a 2004, foi justamente o incentivo à reapropriação da orla da cidade como espaço público. De acordo com o Plano de Reestruturação da Orla de Belém (PRO-BELÉM), na cidade de Belém existia uma carência de equipamentos e áreas de lazer públicos, com isso as diretrizes e propostas eram dotar o espaço urbano de infraestrutura necessária para a instalação de equipamentos urbanos e criação de áreas de lazer ao longo da orla. Segundo a pesquisa desenvolvida por Barros (2012), o Ver-o-Rio é um emblemático projeto de atuação cultural, pois permitiu o contato com os rios, sua população, tradições e culturas. Ou seja, se consolidou enquanto estratégia de recuperação de áreas da orla

da cidade para utilização pública, desobstruindo e urbanizando 12.500 m<sup>2</sup>, além de envolver vários programas de inclusão social, como a utilização das barracas de vendas de comidas típicas por meio do antigo programa bolsa-escola<sup>37</sup>, tendo o financiamento do Banco do Povo<sup>38</sup>.

Dentre os projetos atuais desenvolvidos pela BELEMTUR, estão os projetos “Turismo na Escola” e “Amigo do Turista”.

- a) Projeto “Turismo na Escola”: foi criado em 2014, o objetivo do projeto é conduzir a atividade educativa, de forma a alcançar finalidades pedagógicas, por meio da experiência turística e de atividades recreativas;
- b) Projeto “Amigo do Turista”: foi criado em 1997, o objetivo do projeto é trabalhar o receptivo de turistas no período da festa do Círio de Nazaré, informando sobre os pontos turísticos e serviços oferecidos na cidade de Belém.

Cabe ressaltar que, dentre esses dois projetos, o único que tem ações no Ver-o-Rio é o Projeto Amigo do Turista, realizado especificamente no mês de outubro, no qual são desenvolvidas essas atividades. No que se refere aos projetos desenvolvidos pela SEJEL, existe o “Brinca Belém” e a “Academia ao ar livre”.

- a) Projeto “Brinca Belém”: esse projeto tem por objetivo desenvolver atividades físico-esportivas e artísticas, além de ser um projeto itinerante que acontece em vários bairros da cidade de Belém durante o ano todo;
- b) Projeto “Academia ao ar livre”: foi criado em 2009 e tem por finalidade oferecer aos cidadãos a possibilidade de praticar atividades físicas de forma gratuita em equipamentos instalados em espaços públicos. O foco do

---

<sup>37</sup> “O Programa Nacional de renda mínima vinculado à educação - “Bolsa Escola”, foi criado pela Lei no 10.219, de 11 de abril de 2001, como instrumento de participação financeira da União em programas municipais que visem a garantia de renda mínima, associados a ações socioeducativas” (BRASIL, 2001, sem paginação).

<sup>38</sup> Segundo Cereja (2012, p. 36), o banco do Povo tinha como objetivo “fomentar oportunidades de geração de emprego e renda através da concessão de microcrédito assistido e acompanhado; promover a capacitação continuada dos empreendedores e incentivar a criação de programas, projetos e associações voltadas para o combate à pobreza e inclusão social”.

projeto são usuários idosos, embora os equipamentos possam ser utilizados por pessoas de várias faixas etárias, exceto por crianças e adolescentes em fase de crescimento, para se evitar acidentes e possíveis prejuízos à saúde.

Esses dois projetos tem ações desenvolvidas em logradouros públicos de Belém, porém suas ações pouco abrangem o espaço do Ver-o-Rio. Conforme informações complementares do técnico da SEJEL, no ano de 2018 foram realizadas apenas duas ações do Brinca Belém no Complexo Turístico do Ver-o-Rio.

No tocante às gestões do espaço Ver-o-Rio, não foi encontrado nenhum relatório de gestão da BELEMTUR e da SEJEL, referente ao governo do ex-prefeito Edmilson Rodrigues (1997-2004), assim como do mandato do ex-prefeito Duciomar Costa (2005- 2012). Todavia, foi possível ter acesso aos relatórios da BELEMTUR dos anos (2013-2018), referente ao primeiro mandato e parte do segundo mandato do prefeito Zenaldo Coutinho. Para construção desse histórico foram realizadas entrevistas junto aos ex-técnicos que trabalharam na BELEMTUR, no governo de Edmilson Rodrigues e no governo de Duciomar Costa.

Em relação à atuação da gestão entre os anos (1997-2004) foi possível identificar, conforme entrevista cedida pela técnica da BELEMTUR dessa época, que os projetos e ações desenvolvidos naquele espaço pela prefeitura eram mais voltados à economia solidária<sup>39</sup>.

Em relação às ações, o objetivo era economia solidária através dos projetos sociais da prefeitura em parceria com o governo federal que na época eles tinham né, por ser do mesmo governo. [...] na época não tinha nenhum projeto, o que tinha era só esse (da economia solidária), o que tinha na época, aí eu não tinha como trazer pra cá, por que eu trabalhei especificamente o espaço, era aquela escola circo, era alguma coisa mais voltada da SEJEL que era lazer. Parceria com o espaço não tinha, então eu descartei essa época, entendeu. Eles tinham algo coisa que vai a praça, ele não é conhecido como prefeito “praça e circo” na época. [...] O que aconteciam eram apresentações culturais, por que assim na época que ele inaugurou (falando do prefeito da época) foi pensando vários atrativos culturais pra lá, a questão das apresentações lá anfiteatro do lado dos quiosques, é tinha uma... tinha uma coleção de acervo dos povos indígenas lá, esse acervo foi quase todo perdido na mudança de governo, tanto que espaço ficou todo deteriorado, as peças foram roubadas. [...] Dentro do memorial aconteciam às apresentações

---

<sup>39</sup> De acordo com Santos (2010, p. 16), Economia Solidária é uma “forma de promover o desenvolvimento regional/local a partir do momento que trabalhadores desempregados formam associações e cooperativas populares para ir contra o desemprego e a exclusão social”.

culturais, então ficava uma exposição fixa, mas as apresentações que aconteciam lá. (informação verbal)<sup>40</sup>.

Apesar da BELEMTUR voltar suas ações, em grande parte, para o projeto de economia solidária, foi possível perceber na fala da técnica de turismo algumas atuações por meio de outras secretarias municipais, especialmente a SEJEL, com ações voltadas ao lazer para aquele espaço. Numa segunda fala a técnica apresenta ações da parceria conjunta com a Secretaria Municipal de Economia (SECON), e destaca o papel da BELEMTUR enquanto administradora do espaço.

A SECON trabalhava sobre os permissionários, na verdade é o processo de admissão deles para tarem lá no espaço, dos vendedores ambulantes a parte do cadastramento e autorização para eles utilizarem o espaço, e os proprietários dos comércios ao redor. Esses três erram geridos pela SECON e ao mesmo tempo participavam junto com a BELEMTUR do processo decisório de gestão do espaço, entendeu. [...] O anfiteatro ele é utilizado também pela BELEMTUR, ele era organizado, pensando a programação pela BELEMTUR, mas tudo no sentido de organização de agenda, só. Não era pago os shows, eram visto pela gestão enquanto atrativo mesmo para o local, então eles não eram cobrados, era tudo por conta do gestor do espaço, no caso a BELEMTUR. Os shows na época eram visto enquanto programação de incentivo ao lazer e a visitação daquele espaço. As atrações que tinham no espaço naquela altura eram para proporcionar, contribuir além do espaço propriamente dito, como programação de lazer para comunidade (informação verbal)<sup>41</sup>.

Analisando a atuação da BELEMTUR nesse período, percebe-se que esta teve um papel fundamental sobre o espaço do Ver-o-Rio, apesar de realizar ações pontuais, no que se refere às práticas de lazer. É importante salientar que, nesse período, a BELEMTUR tinha dentro de sua estrutura organizacional, o Núcleo de Turismo Social, que era responsável pela gestão do espaço com ações ligadas principalmente ao Posto de Informações Turísticas (PIT) do Ver-o-Rio. Portanto, nota-se que nos primeiros anos de inauguração do complexo, a prefeitura propiciou acesso ao rio e (re) apropriação de um espaço público para os munícipes, além de proporcionar acesso ao lazer, ao trabalho e renda por meio da economia solidária.

Com relação à gestão do espaço no governo do ex-prefeito Duciomar Costa entre os anos 2005-2012, o modelo de gestão implantado foi tecnocrático-tradicional,

---

<sup>40</sup> Técnica em turismo da Belemtur (atuou entre Jan a Dez 2004), Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

<sup>41</sup> Técnica em turismo da Belemtur (atuou entre Jan a Dez 2004), Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

no qual a participação da população é mínima. Segundo estudos de Costa (2013) sobre gestão e mobilidade socioeconômica no complexo do Ver-o-Rio, a autora salienta que essa gestão não propiciou participação dos atores sociais no processo decisório. Segundo a autora, com a mudança de governo o espaço passou a ter vários problemas como – abandono, precariedade e insegurança. Na entrevista concedida pelo técnico da BELEMTUR dessa gestão, o processo de planejamento e execuções pautava-se da seguinte forma:

[...] a Belemtur não fazia a gestão do espaço como um todo (limpeza, iluminação, reforma, etc.), tinha sob a sua responsabilidade demandada pelo prefeito a administração do uso e ocupação dos quiosques. O departamento de administração da Belemtur auxiliava na gestão dos barraqueiros, regulamentando os direitos e deveres destes permissionários. Quando não havia essa gestão dos permissionários para trabalharem nos quiosques, haviam muitas reclamações dos mesmos, por pessoas que só exploravam o local e não cuidavam de seus espaços e desobedeciam as regras de uso e ocupação estabelecidos por eles. O coordenador municipal atuava em parceria com os barraqueiros. Toda ação desenvolvida pelos barraqueiros tinha o apoio financeiro, administrativo e burocrático intermediado pela Belemtur. Sendo que a execução destes projetos ficava a cargo dos mesmos, sob aprovação do coordenador municipal de turismo. Com relação a manutenção do espaço (como limpeza, iluminação pública, segurança pública (guardas municipais), obras, etc.), cada secretária exercia suas responsabilidades obedecendo seus calendários e itinerários de serviço. Quando havia uma falha na execução desses serviços, a Belemtur era comunicada para intermediar na solução junto ao órgão competente (informação verbal)<sup>42</sup>.

Percebe-se que o papel da BELEMTUR nesse período estava voltado mais para a economia solidária, não tão diferente da atuação administrativa anterior. Entretanto, Costa (2013) constatou em seus estudos certo abandono por parte dessa gestão. O mesmo se percebe a partir da fala do técnico da BELEMTUR, no que tange aos projetos e ações voltados para aquele espaço.

A Belemtur em seu calendário de projetos/ações desenvolveu neste período poucas atividades no espaço. Em janeiro, havia uma comemoração do aniversário da cidade com apresentação de grupos de carimbó. Em outubro, executava o evento cultural “Vozes de Belém”, com apresentação de grupos parafolclóricos, corais, bandas de diversos ritmos. Visando proporcionar mais uma opção de lazer ao visitante do espaço. Em dezembro, apoiava o auto de natal (informação verbal)<sup>43</sup>.

---

<sup>42</sup> Técnico em turismo da Belemtur (atuou de 2010 a 2012), Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

<sup>43</sup> Técnico em turismo da Belemtur (atuou de 2010 a 2012), Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

De acordo com essas informações, as ações desenvolvidas pela coordenadoria eram bem pontuais, na maioria das vezes executadas em datas comemorativas. Dessa forma, pode-se analisar que essas ações pouco permitiam vivências socioculturais ou uma maior inter-relação com o lugar. Vale frisar que, em virtude da BELEMTUR não ter autonomia administrativa e econômica, por ser uma coordenadoria e não uma secretaria municipal, os resultados esperados eram alcançados dentro do seu limite de atuação, pois a gestão do espaço era compartilhada com outros setores da prefeitura, tais como – SECON, SEJEL, Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA) e guarda municipal.

Conforme levantamento realizado no diário oficial do município de Belém, nessa gestão foram assinados dois contratos de reforma do espaço, um em 2005 orçado em R\$ 14.562,50 (quatorze mil, quinhentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos) e outro em 2010 orçado em R\$ 86.936,65 (oitenta e seis mil, novecentos e trinta e seis reais e sessenta e cinco centavos). Todavia, na pesquisa de Costa (2013), foi constatado que o espaço não sofreu manutenção, estando em abandono durante essa gestão. Portanto, verifica-se que a atuação desse governo no espaço do Ver-o-Rio foi incipiente, principalmente quanto à manutenção do espaço e no incentivo de atividades culturais e de lazer.

De 2013 até os dias atuais passou a vigorar o modelo estratégico (os atores sociais não participam da gestão), além do que está voltado à promoção do *marketing* urbano, conforme as reflexões de (AMARAL, 2005; TRINDADE JR; AMARAL, SANTOS, 2006, TRINDADE JR, 2013; VAINER, 2001). Em relação à gestão do governo do prefeito Zenaldo Coutinho, foi possível perceber, por meio dos relatórios, que as ações desenvolvidas pela Coordenadoria Municipal de Turismo eram pontuais, geralmente voltadas à capacitação profissional na área do turismo, gerenciamento de alguns espaços públicos, parcerias na promoção de eventos e realização de projetos da própria Coordenadoria e em parcerias com outros órgãos públicos e privados. De acordo com os relatórios dessa gestão, é possível observar poucas ações executadas pela BELEMTUR, no período entre 2013-2018, conforme pode ser visualizado no quadro 6.

**Quadro 8** - Ações desenvolvidas pela Coordenadoria Municipal de Turismo – Período 2013-2018.

<b>AÇÕES DESENVOLVIDAS</b>	<b>DESCRIÇÃO DAS AÇÕES</b>
<b>Datas Comemorativas</b>	Anos de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018: Aniversário de Belém e Aniversário do Ver-o-Peso.
<b>Operação Verão</b>	Ano de 2013: ações realizadas na ilha de Mosqueiro Anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018: Não houve.
<b>Operação Círio</b>	Anos de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018: ações realizadas pelo projeto Amigo do turista.
<b>Festivais</b>	Ano de 2013: Não houve Ano de 2014: Ação do Festival Cozinha Paraense; Festival do Açaí; Ano de 2015: Festival do Tacacá; Ação do Festival Cozinha Paraense. Ano de 2016: Festival do Tacacá; Ação do Festival Cozinha Paraense. Ano de 2017: Festival do Tacacá; Encontro Mundial das Cidades Criativas da Gastronomia; Festival Brasil Sabor. Ano de 2018: Festival do Tacacá; Festival Brasil Sabor; Circuito Gastronômico de Belém.
<b>Capacitação Profissional</b>	Ano de 2013: Pronatec Copa Ano de 2014: Curso Bem receber; Ciclo de Palestras para segurança pública; Curso Qualidade no Atendimento; Curso Turismo com saúde. Anos de 2015, 2016, 2017 e 2018: Cursos voltados para segurança pública, taxistas, garçons, permissionários dos quiosques do Ver-o-Rio.
<b>Receptivo</b>	Anos de 2013, 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018: Receptivo de cruzeiros.

**Fonte:** Autoria própria, conforme dados cedidos pela BELEMTUR (2018).

Dentre as ações pontuais desempenhadas pela Coordenadoria destaca-se: Reinauguração do Ver-o-Rio, em 2013; ação do Amigo do Turista, em 2015, 2016, 2017, 2018; Capacitação dos permissionários dos quiosques do Ver-o-Rio, em 2015, 2016, 2017 e 2018; Festival “Brasil Sabor”, em 2017 e 2018. Portanto, percebe-se que o Complexo Turístico Ver-o-Rio é palco de poucas ações desenvolvidas pela BELEMTUR.

Em síntese, verifica-se que tanto as ações da Belemtur quanto da SEJEL, são insuficientes, além do que se percebe que esses órgãos atuam muito pouco no espaço público, quando atuam são pelo projeto da economia solidaria e nas datas festivas como Círio de Nazaré.

## 5 AS PRÁTICAS SOCIAIS DE LAZER EM ESPAÇOS PÚBLICOS

O objetivo dessa sessão é analisar as práticas sociais de lazer dos espaços públicos Estação das Docas e Ver-o-Rio, buscando entender como acontecem as apropriações, as sociabilidades, os conflitos e as relações que se estabelecem; e apresentar como vêm ocorrendo essas práticas sociais de lazer nos dois espaços públicos. Ou seja, destacar os entraves e as possibilidades de tais práticas nas duas áreas do estudo e suas relações com as políticas públicas de lazer destinadas aos espaços Estação das Docas (Gestão Estadual) e Ver-o-Rio (Gestão Municipal).

### 5.1 As práticas sociais de lazer nos espaços públicos Estação das Docas e Ver-o-Rio

Analisar as práticas sociais de lazer na atualidade, têm se tornado um campo de estudo de suma importância, principalmente quando se destaca o lazer a partir da ocupação dos espaços públicos, por meio de práticas individuais e coletivas que são produzidas nesses ambientes. Para melhor compreensão de tais práticas, foi utilizada a base teórica de Bourdieu (1983), especialmente o conceito de *habitus*. Para compreender o significado de *habitus*, Bourdieu (1983) o descreve como um conjunto de conhecimentos práticos que se adquiriu ao longo da vida e encarnou de modo duradouro no corpo sob a forma de disposições permanentes.

O *habitus* seria uma matriz das percepções, apreciações e ações do indivíduo, ou seja, o “*habitus* completa o movimento de interiorização das estruturas exteriores, a prática revela os sistemas de disposições incorporadas” (BOURDIEU, 2007, p. XL). O autor alerta que a análise de um *habitus* não se reduz apenas às práticas dos grupos e seus discursos, mas incide sobre as condições materiais de sua existência.

Bourdieu (1983, p. 158) salienta que o *habitus* é ao mesmo tempo “um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas”. Entretanto, o autor chama atenção para a indissociabilidade da relação dos conceitos de *habitus* e campo. Destaca o “campo” sendo “um estado da relação de forças entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas

anteriores, orienta as estratégias ulteriores” (BOURDIEU, 1983, p. 90). Segundo o autor, para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e indivíduos prontos para disputar o jogo, ou seja, “dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e reconhecimento das leis imanentes do jogo, dos objetos de disputas, etc.” (BOURDIEU, 1983, p. 89).

Deste modo, a união desses conceitos operatórios, permitiu entender como ocorrem as práticas sociais de lazer e suas relações nos espaços públicos Estação das Docas e Ver-o-Rio. Para entender esse processo, foram entrevistados 3 atuais gestores (Apêndice B), sendo um com atuação no Complexo Turístico Estação das Docas (Organização Social Pará 2000) e dois com atuação no Complexo Turístico Ver-o-Rio (Coordenadoria Municipal de Turismo e Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer).

No Complexo Turístico Estação das Docas, o gestor entrevistado possui graduação em Ciências Sociais. Sua atuação está diretamente relacionada à gestão administrativa da Organização Social Pará 2000.

A Organização Social Pará 2000 é responsável pela administração do Complexo Turístico Estação das Docas e tem como objetivo a produção e difusão de conhecimento e informação nas áreas de arte, cultura, lazer, turismo e serviços, naquele espaço público, a fim de proporcionar ao cidadão usuário uma referência artístico-cultural, lazer e entretenimento.

No Complexo Turístico Ver-o-Rio, o gestor que atua na BELEMTUR possui graduação em turismo e suas atribuições estão diretamente ligadas ao planejamento dos projetos e das ações em geral. Na SEJEL o gestor entrevistado possui formação em direito e sua atuação está diretamente ligada à gestão administrativa da secretaria.

A BELEMTUR é responsável pelo planejamento, coordenação, controle e avaliação das atividades relacionadas ao turismo no Município de Belém, nos termos da Política Nacional do Turismo<sup>44</sup>. A SEJEL é responsável pelo planejamento, coordenação, orientação e execução das ações governamentais direcionadas ao esporte, à juventude e ao lazer no Município de Belém.

Os agentes denominados como “usuários” estão aqui representados por pessoas que utilizam espaços públicos para a prática de lazer. Para essa pesquisa

---

<sup>44</sup> A Política Nacional de Turismo define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico (BRASIL, 2008).

foram entrevistados 35 usuários (Apêndice A), sendo 17 frequentadores da Estação das Docas e 18 frequentadores do Ver-o-Rio.

A partir da coleta de dados, foi realizado um mapeamento identificando os bairros desses usuários. No Complexo Turístico Estação das Docas, dos 17 usuários entrevistados, foram identificados frequentadores oriundos dos bairros dos municípios de Belém e Ananindeua entre estes: Marco (5), Parque Guajará (1), Marambaia (1), Telégrafo (1), Sacramento (2), Icoaraci (1), Outeiro (1), Jurunas (1), Icuí Guajará (1), Maguari (1); além dos usuários de outros municípios como: Salvaterra (1) e Santa Isabel do Pará (1).

No Complexo Turístico Ver-o-Rio, dos 18 usuários entrevistados, foram identificados frequentadores oriundos dos bairros dos municípios de Belém e Ananindeua entre estes: Condor (1), Mangueirão (2), Umarizal (2), Sacramento (2), Bengui (2), Telégrafo (3), Val-de-cães (1), Curió-Utinga (1), Barreiro (3) e Cidade Nova (1).

A partir das observações e das entrevistas foi possível perceber que os usuários desses dois espaços públicos são de diferentes faixas etárias e que realizam uma diversidade de práticas sociais. No entanto, para essa pesquisa o foco de análise foi o que se denominou de “usuários de lazer”, ou seja, aqueles que utilizam os espaços para diversas manifestações culturais, por exemplo, o descanso, a meditação, os passeios, as atividades lúdicas e brincadeiras, as atividades culturais, contemplação da natureza, o ócio, entre inúmeras outras possibilidades (GOMES, 2008; BAHIA, 2014).

Cada espaço público observado apresentou uma dinâmica diferente e em virtude disso se fez necessário apresentar esses movimentos e como vêm ocorrendo essas práticas sociais de lazer nos referidos espaços públicos.

No Complexo Turístico Estação das Docas, apesar dos dados demonstrarem a presença de usuários de diversos bairros da cidade, o local também recebe turistas. Segundo pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em 2018 a Estação das Docas foi o segundo lugar mais visitado da cidade no período do Círio de Nazaré.

Descrever a dinâmica do Complexo Turístico é expor uma diversidade de práticas sociais, as quais vão se transformando ao longo do dia e da noite. Como o Complexo Turístico tem horários de funcionamento, percebeu-se que os três turnos

(manhã, tarde e noite) são bem distintos. Dentre esses três horários, o período do final da tarde e o início da noite são os mais movimentados.

Durante a semana, antes de abrir os portões do Complexo Turístico é possível ver uma grande movimentação do lado de fora do espaço, já que o mesmo fica localizado no centro comercial da cidade de Belém e ao lado da maior feira livre da América Latina, o Ver-o-Peso. No início da manhã foi possível perceber que frequentadores e turistas aguardam em frente aos portões, ambulantes preparam suas barracas e os taxistas formam filas para entrar no Complexo. Entretanto, o período da manhã é o horário de menor fluxo de pessoas, em grande parte são os próprios funcionários do espaço, e alguns turistas e idosos. Nesse período é possível observar as pessoas no celular, já que o espaço oferece *internet* gratuitamente, outros frequentadores ficam sentados nos bancos e alguns turistas tiram fotos e visitam as barracas de artesanatos. Foi possível observar também que no horário do almoço, o espaço é frequentado por empresários, políticos e turistas, geralmente pessoas que possam pagar pelos serviços ali oferecidos, já que não são acessíveis a todos. Por outro lado, os finais de tarde e noite são bem movimentados, geralmente as pessoas buscam apreciar o pôr do sol, curtir um *Happy Hour* com os amigos. Mas também é possível verificar a presença de usuários de todas as idades que frequentam a área para passear, conversar entre amigos e namorar.

Nos finais de semana, a dinâmica se intensifica, pois além dessas práticas sociais de lazer já citadas, há também apresentações do projeto Pôr do Sol conhecido pelos frequentadores como “Carimbó”. Além disso, em domingos alternados existem apresentações do projeto Pôr do Sol, com espetáculo de teatro infantil. Também foram mencionados outros tipos de práticas sociais de lazer, principalmente para fugir da rotina do trabalho e do estudo, como pode ser verificado nas narrativas a seguir:

Ah, às vezes venho com meus amigos passear, só olhar a paisagem, e comer alguma coisa. Ah para sair um pouco do dia a dia, do costume de só aula (informação verbal)<sup>45</sup>

Ah, passear, olhar a paisagem, e mais admirar mesmo, às vezes lanchar, tomar um soverte, seria mais ou menos isso, e passear com os amigos. Ah, fugindo da rotina mesmo, por que minha rotina é mais dentro da universidade. Estudar, trabalhar, eu passo a semana inteira pra lá, então é bom passear de vezes em quando, quebrar a rotina (informação verbal)<sup>46</sup>.

---

<sup>45</sup> Usuário 2, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

<sup>46</sup> Usuário 4, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

Então, dependendo do dia, eu venho principalmente apreciar a paisagem e jogar Pokémon. É... como eu passo a semana toda trabalhando, seria como se fosse o meu momento de lazer. Então acaba que é um refúgio (informação verbal)<sup>47</sup>.

Ó eu venho passear, esfriar a cabeça e ver o pôr-do-sol que é muito bonito. É mais um meio de descontração, tirar o foco do dia a dia do trabalho, e também mudar a rotina (informação verbal)<sup>48</sup>.

A busca pelo lazer, principalmente para fugir da rotina do trabalho foi destaque em algumas das narrativas. Tal concepção funcionalista do lazer enquanto “válvula de escape” do trabalho é produto de um entendimento do lazer difundido pelas sociedades ocidentais, que permanece presente até mesmo nos dias atuais. Por isso que o lazer ainda corresponde, em certa medida, a uma liberação periódica de tempo no fim do dia, da semana, do ano e do próprio trabalho, ou quando se alcança a aposentadoria (GOMES, 2014).

Mesmo as pessoas apontando o lazer como uma espécie de “fuga da rotina”, fica evidente o quanto essas práticas sociais revelam o quão necessário é o lazer para o ser humano. Isso é percebido nas narrativas acima, quando estas dão importância para as práticas do passear com os amigos, diversão eletrônica como jogar *Pokémon*, e outras possibilidades introspectivas, “tais como a contemplação e o relaxamento, pois elas podem constituir notáveis experiências de lazer devido ao seu interessante potencial reflexivo” (GOMES, 2014, p.14).

Gomes (2014, p. 15) aponta que tal “necessidade pode ser satisfeita de múltiplas formas, segundo os valores e interesses dos sujeitos, grupos e instituições em cada contexto histórico, social e cultural”, ou seja, o lazer é uma necessidade intrínseca do indivíduo, mesmo que grande parte da população o veja como meras atividades compensatórias, funcionalistas e consumistas.

Em algumas narrativas, é possível perceber que a escolha do Complexo Turístico Estação das Docas se dá justamente pela segurança oferecida pelo espaço, ainda que essa segurança esteja presente apenas dentro da Estação.

A questão da segurança eu diria que é a mais importante. Que apesar de a gente ter vários locais aqui em Belém, que poderiam suprir essas necessidades, aqui eu encontro a segurança, por que a gente sabe que tá bem complicado em outros pontos da cidade, apesar de ter uma circulação e ser aberto aqui, mas o fato de ter segurança, de ser um local que tenha um

<sup>47</sup> Usuário 5, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

<sup>48</sup> Usuário 6, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

policiamento até frequente, então a gente acaba tendo uma liberdade bem maior de está nesse local (informação verbal)<sup>49</sup>.

[...] a gente vem mais pra cá, por que aqui oferece segurança, a gente tem como jogar de forma segura, a gente jogar com celular na mão sem problema nenhum, por que a gente tá com uma segurança da Estação que é fornecida tanto privadamente como pelo governo (informação verbal)<sup>50</sup>.

Por que eu acho que é um lugar bem tranquilo pra conversar né, até por que eu me sinto mais segura aqui do que outras praças, então eu prefiro vim aqui (informação verbal)<sup>51</sup>.

A falta de segurança está presente na maioria dos espaços públicos, seja nas grandes cidades, como Belém, seja em cidades menores, isto é, conseqüentemente qualquer lugar que se revele mais seguro proporcionará expectativas positivas para a maioria dos usuários.

Em pesquisa de Freitas (2010, p. 131), a Estação das Docas se configurava como um equipamento que em “sua concepção arquitetônica, nos seus modos de implantação e nos seus conteúdos tem uma forte ligação com o padrão de consumo das classes mais abastadas”. Esse retrato salientado pela autora ainda permanece presente no espaço, no entanto, existe uma multiplicidade de práticas reveladoras de comportamentos, como por exemplo, a prática do *Pokémon GO*<sup>52</sup>.

Nos últimos dois a três anos eu venho pra cá para jogar um jogo virtual de celular chamado *Pokémon Go* que tem intuito de fazer as pessoas conhecer lugares né, por que ela trabalha com realidade aumentada, ou seja, tudo que está ao nosso ao redor faz parte do jogo. A Estação das Docas ela é um monte de concentração de ginásios e paradas de abastecimento de jogo, por isso que tu ver bastante jogador do *Pokémon Go* por aqui. E desde lançamento dele, junho de 2016, a frequência de jogadores ficou alta, então eu sou um desses jogadores que vem pra cá (informação verbal)<sup>53</sup>.

Passando-se a observar essa prática social de lazer nesse espaço, percebeu-se que, em dias de competição, o espaço fica tomado por adultos e jovens os quais usam seus celulares para jogar e competir virtualmente (Fotografia 16); observou-se também que esses usuários acabam ficando em pé, já que a maioria dos lugares para sentar é de uso exclusivo dos restaurantes. Em pesquisa no *site* oficial da Estação das Docas, é possível constatar as regra de uso do espaço para os jogadores do

<sup>49</sup> Usuário 5, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

<sup>50</sup> Usuário 17, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

<sup>51</sup> Usuário 20, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

<sup>52</sup> É um jogo eletrônico *free-to-play* de realidade aumentada voltado para *smartphones*.

<sup>53</sup> Usuário 17, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

*Pokémon*, muitas delas orientando para que não se obstrua as áreas de circulação e que devem utilizar apenas as tomadas instaladas nos três pontos de batalha. Entretanto, como pontuado anteriormente, a maioria dos lugares para sentar são de “propriedade exclusiva” dos estabelecimentos, ou seja, os espaços disponíveis para esses jogadores são justamente as áreas de circulação dentro dos galpões e a orla do complexo.

**Fotografia 16** - Prática social de lazer na Estação das Docas “*Pokémon Go*”



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

Outro fato percebido ainda foi que esses usuários, são proibidos de se apoiar nas divisórias dos restaurantes, ou seja, isso demonstra certa disputa de território entre os jogadores e os donos desses estabelecimentos. Além disso, fica evidente que determinados “frequentadores” não aceitam essa movimentação na Estação, como demonstra a jogadora do *Pokémon*.

[...] aconteceu algumas vezes, não eu diretamente, mas de eu ver pessoas que tiveram problemas com outras pessoas, pessoas que frequentam, principalmente relacionado ao jogo. Como é um espaço público, espaço aberto, imagino que todo mundo tem o direito de usar, mas certas pessoas se incomodavam com a presença desses jogadores, eu cheguei a escutar senhoras assim, eu tô tentando ver um termo que não ofenda, não pessoas de idade, mas... dondocas, achando ruim o movimento que esses jovem

traziam para o local, achando que deveriam ser proibidos, que não deveriam pode entrar ali, para jogar ou tá ali confraternizando com os amigos, eu achei uma atitude desnecessária (informação verbal)<sup>54</sup>.

Nota-se que essa prática, de certo modo, acaba se tornando uma prática social de lazer não muita aceita por outros frequentadores da Estação das Docas, assim como pelos donos dos restaurantes. Em conversas informais com esses jovens, pode-se notar que toda a articulação entre eles acontece via grupos de *whatsapp* e no próprio aplicativo do *Pokémon*, onde são marcados os dias e horários dos campeonatos. Portanto, verifica-se que tal prática social se torna sinalizadora de um movimento contrário ao planejado para o espaço, especialmente no formato como ela acontece e se estabelece no espaço público.

Como aponta Magnani (2015), olhar esses fatos mais de perto, pode ser revelador ao ponto de nos mostrar sutilezas, pistas, aparentemente periféricas, mas que iluminam o centro de todas as questões que envolvem tais dinâmicas nos espaços públicos, especialmente as formas de sociabilidade, estilos de vida, suas múltiplas redes e os conflitos.

Rechia (2003, p. 145), também evidencia que essas práticas sociais revelam sociabilidades, sentido de pertencimento pelo espaço, “mesmo diante das tensões vividas no dia-a-dia dos grandes centros urbanos”. Outros entrevistados demonstraram ter práticas mais relacionadas à contemplação da paisagem do lugar.

[...] Ah eu sinto como se aqui fosse um lugar mais tranquilo, com vento, ficar sentado mais tranquilamente, creio eu (informação verbal)<sup>55</sup>.

[...] Ah, pra mim é mais a paisagem, eu acho muito bonito de ficar observando, às vezes tem os navios que aportam aqui são legais para conhecer, ver o por do sol (informação verbal)<sup>56</sup>.

A gente fica olhando o tempo, as garças e o rio. Não sei, acho que aqui é um lugar muito bonito para ser ver. Sentir a brisa (informação verbal)<sup>57</sup>.

Essas narrativas revelam percepções vividas no espaço público, demonstrando experiências pessoais e características dos usuários, e até necessidades principais como o ócio. Serpa (2004) salienta que a percepção humana do ambiente e as características culturais dos habitantes de cada lugar desempenham um papel

<sup>54</sup> Usuário 5, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

<sup>55</sup> Usuário 2, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

<sup>56</sup> Usuário 4, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

<sup>57</sup> Usuário 16, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

fundamental, justamente por apontar as necessidades dos moradores dos diferentes locais.

Outro aspecto observado nesse espaço público foi à presença de grupos específicos de pessoas como, por exemplo, os evangélicos na prática do “piquenique” (Fotografia 17). Também foram observados outros grupos realizando essa prática, isso demonstra que esse tipo de atividade acaba confrontando com as práticas ali normatizadas, como é o caso dos serviços voltados ao padrão de consumo estabelecido nos bares e restaurantes do espaço. Esse cenário nos mostra que mesmo a Estação das Docas tem como característica serviços voltado ao lazer pago. Ou seja, esses espaços pensados para o desenvolvimento do turismo, acabam tornando-se espaços de segregação ou exclusão, justamente pelo modo como ele foi concebido ou implantado pelo poder público, além do que, as questões de acessibilidade acabam ficando limitada, nesses tipos de espaços (SERPA, 2009).

**Fotografia 17** - Prática social de lazer na Estação das Docas, “piquenique”.



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

Embora exista uma programação institucional relacionada a programações culturais tais como: cinema, teatro e música, entretanto, as pessoas usam o espaço para outras práticas sociais. Isso foi percebido em algumas práticas como, por

exemplo, dos jovens tocando violão (Fotografia 18), idosos em uma roda de conversa ou simplesmente no ato do passear despretenso.

**Fotografia 18** - Prática social de lazer na Estação das Docas, “Jovens tocando”.



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

Percebe-se que esses comportamentos revelam novas formas de uso dentro da Estação das Docas, e mesmo que essas práticas estejam “fora ou à margem” das políticas do espaço, são elas que transformam ou atualizam as ações planejadas pelos projetos urbanos.

A roda de conversa dos idosos, por exemplo, acontece nas mesas de alguns restaurantes, geralmente no período da manhã, onde alguns senhores se juntam para conversar sobre diferentes assuntos, ler jornal ou até mesmo cochilar. Um desses usuários acabou relatando sua rotina na Estação das Docas.

[...] às vezes eu entro na hora que abre, dez horas da manhã, dia de domingo abre as nove, aí eu fico aqui, quando não pego meu celular fico ouvindo minhas músicas. Quando chega na hora de comer vou ali pra feira e almoço, depois volto de novo pra cá, aí eu fico até umas sete ou oito horas da noite, depois vou embora pra minha casa (informação verbal)<sup>58</sup>.

---

<sup>58</sup> Usuário 26, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

Verifica-se que apesar do usuário usufruir do espaço da Estação das Docas para ouvir música ou mesmo conversar, porém suas refeições são feitas na feira ao lado do Complexo Turístico. Outro movimento observado foi que muitos trabalhadores do centro comercial da Cidade, acabam usando a Estação das Docas para descansar, geralmente isso acontece no intervalo do seu almoço. Nesse momento é possível ver algumas pessoas trazendo suas “marmitas” e usando as mesas da área externa da Estação, normalmente isso acontece em dias de semana e nos restaurantes que não funcionam para almoço. Portanto, infere-se que esses usuários usam de artifício para utilizar o espaço público, hora para seu momento de lazer, hora para seu descanso do trabalho, mas com certas limitações, já que comprar refeições nos restaurantes do espaço não condiz com sua realidade financeira, ou seja, isso de certa forma demonstra que o espaço não é usufruído na sua plenitude, mas segmentado socialmente.

Segundo Jacques (2006), os urbanistas indicam usos possíveis para o espaço projetado, no entanto, são os praticantes do espaço público que experimentam no cotidiano e os atualizam. Essa relação sempre será instável e em movimento, além de criar rupturas no modelo de uso predeterminado pelos gestores do espaço. As práticas sociais de lazer observadas no espaço público Estação das Docas, evidenciam ocupações e possibilidades de sociabilidade no espaço público. Dessa forma, apesar da Estação das Docas, resultar de concepções mais segregadoras, por meio das práticas foi possível perceber que lugares como esse podem se tornar palco de apropriações heterogêneas e de práticas segregadoras, assim como de resultados imprevisíveis e de consensos e conflitos.

Em relação ao Complexo Turístico Ver-o-Rio, os dados demonstraram que, além da frequência de usuários de lazer de outros bairros da cidade, o local concentra uma frequência maior de usuários que residem no entorno do espaço como, por exemplo, os bairros do Barreiro e do Telégrafo, que são considerados de classes mais baixas (apesar de o Ver-o-Rio se localizar em um dos bairros com o metro quadro mais caro da capital Paraense). Estes dados apontam que tais usuários buscam o espaço, muitas vezes, pela carência de equipamentos de lazer em seus bairros, isto é, acabam usando a área do Ver-o-Rio para seus momentos de lazer, principalmente pela proximidade do espaço.

Geralmente eu venho para descontrair com as crianças, brincar, trazer eles para brincar, ouvir uma música, ver o movimento, é uma distração mesmo. Aqui eu já conheci várias pessoas. Como eu tô te falando, devido a gente não tem um espaço adequado, eu moro na beira da pista, na Artur Bernardes, e assim a gente não tem opção de lazer né, o mais próximo é o Ver-o-Rio (informação verbal)<sup>59</sup>.

Por que é mais próximo do bairro onde moro (informação verbal)<sup>60</sup>.

Como eu lhe falei, por que fica perto de casa, e é um ótimo espaço para família (informação verbal)<sup>61</sup>.

A ausência de infraestrutura de lazer nesses bairros acaba por obrigar essas pessoas a se deslocarem de seus locais de moradias, entretanto, para que ocorra esse deslocamento, muitas vezes, é preciso de recursos financeiros, principalmente para o meio de locomoção como transporte público.

É o dinheiro pra mim vim pra cá, tenho que vim de ônibus, ai nem todo dia tem dinheiro pra vim (informação verbal)<sup>62</sup>.

Acho que é a distância mesmo de onde eu moro (informação verbal)<sup>63</sup>.

Esse é um dos motivos que impede, por exemplo, que essas pessoas usem mais vezes esse espaço público. Bahia (2014) aponta que esses fatores, de certa forma, interferem na qualidade do lazer, já que tanto a falta de recursos financeiros, como o tempo de deslocamento acabam limitando o tempo de lazer dessas pessoas.

A partir das observações realizadas no espaço, foi possível perceber que o Complexo Turístico Ver-o-Rio tem uma dinâmica de usos bem distinta. Durante a semana é possível observar logo pela manhã certas atividades (caminhada e corrida); na sequência, verifica-se que algumas crianças brincam no parquinho e outras pessoas passeiam com seus cachorros; também foi possível identificar a presença de alguns casais que costumam utilizar esse espaço para namorar; outras pessoas usam o espaço para a prática da contemplação. De certa forma, o turno da manhã e da tarde são os horários com pouca frequência de usuários, isso ocorre principalmente pela falta de segurança no espaço, já que, o policiamento não é permanente. Até existe uma guarita, mas não é utilizada pela polícia militar, nem pelos guardas municipais, o que geralmente acontece são rondas esporádicas.

<sup>59</sup> Usuário 23, Ver-o-Rio. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

<sup>60</sup> Usuário 13, Ver-o-Rio. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

<sup>61</sup> Usuário 25, Ver-o-Rio. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

<sup>62</sup> Usuário 7, Ver-o-Rio. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

<sup>63</sup> Usuário 13, Ver-o-Rio. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

Bauman (2009, p.13), aponta que a insegurança de hoje, faz com que o cidadão sinta-se “inseguro, ameaçado e amedrontado, mais inclinado ao pânico e mais interessado em qualquer coisa que tenha a ver com tranquilidade e segurança que os integrantes da maior parte das outras sociedades que conhecemos”. Essa sensação de insegurança é percebida de todos os lados, entretanto, o Estado é responsável pelo bem-estar dos cidadãos, principalmente por que a segurança é um direito constitucional. Segundo o Art. 144 da Constituição Federal, a segurança pública consiste no “dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio”, porém o Estado detém o papel principal nesta temática, mas a sociedade tem deveres relacionados para cooperar para a proteção dos cidadãos. Contudo, quase não se vê acontecer essa parceria entre agentes da segurança pública e comunidade.

Em pesquisa no diário oficial do Município de Belém, por exemplo, foram encontradas muitas denúncias dos usuários do Ver-o-Rio, na maioria das vezes por abordagem indevida, abuso de autoridade, agressão física pela Guarda Municipal de Belém. Esses tipos de ações acabam por mostra que o modelo tradicional de segurança pública, pautado no militarismo e na atitude meramente repressiva torna-se questionável. Como aponta Almeida (2009), esse modelo está defasado, nesse sentido, a autora salienta que é necessária a participação da comunidade no processo de gestão da segurança pública, justamente por entender que a comunidade pode se tornar aliada na preservação da criminalidade.

Nos finais de tarde dos dias de semana, há uma presença maior da guarda municipal e da polícia militar. A partir das dezesseis horas, os permissionários começam a abrir seus quiosques de vendas de tapiquinhas e iguarias regionais e os vendedores ambulantes se organizam para vender água de coco, guloseimas e brinquedos. É nesse turno que se percebe uma maior movimentação no local como, crianças brincando no parquinho e alguns jovens jogando futebol na quadra esportiva.

O Ver-o-Rio é um espaço público que recebe muito jovens e isso foi observado nas diferentes práticas, como, por exemplo, dos jovens dançando no memorial dos povos indígenas (Fotografia 19). Essa prática social de lazer torna-se reveladora de significados e sentidos, pois representa o cotidiano desses jovens no espaço público. A utilização do espaço do memorial de certa forma é um lugar estratégico dentro do Ver-o-Rio, pois é neste ambiente que alguns jovens costumam se encontrar para bater papo, beber é principalmente se expressar.

**Fotografia 19** - Prática social de lazer no Ver-o-Rio, “jovens dançando”.



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

O próprio ato de dançar, por exemplo, “são os sintomas de um ato corporal específico do mundo urbano relacionado simultaneamente à estética e ao social” (CHÊNE, 2006, p. 142). Portanto, os gestos e o corpo dançante são expressões sinalizadoras de estilos, de vestimentas e de gírias desses usuários.

No Ver-o-Rio há uma multiplicidade de práticas sociais de lazer, que de certa forma são mais intensas em certos horários nos dias de semana, como também nos finais de semana. Quando perguntado “O que você costumava fazer aqui”, a grande maioria relatou que costumava passear, namorar e, principalmente, contemplar a natureza.

Bom, a gente vem pra cá para aproveitar o final da tarde e o início da noite, namorar um pouquinho e aproveitar a paisagem que é muito bonita em minha opinião. Bom, como forma de lazer com minha namorada e aproveitar um pouco o que a gente tem de bom aqui na nossa região (informação verbal)<sup>64</sup>.

Tomar uma água de coco, vir dar uma olhadinha no rio e comer alguma coisa, além de namorar e passear. É para espalhar um pouco né, é um meio de se divertir um pouco (informação verbal)<sup>65</sup>.

<sup>64</sup> Usuário 10, Ver-o-Rio. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

<sup>65</sup> Usuário 11, Ver-o-Rio. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

Eu costumo me distrair com os amigos, tipo a gente vem sempre aqui, e ficar conversando e apreciando a vista. Por que aqui é um lugar bom para se pensar, conversar, e tem uma boa vista, isso agrada (informação verbal)<sup>66</sup>.

Nos finais de semana é possível ver uma movimentação mais intensa logo pela manhã, pois os quiosques de vendas de tapioquinhas estão funcionando e há a presença de vendedores ambulantes. Ainda pela manhã, notou-se a realização de algumas práticas, geralmente voltadas ao esporte como, por exemplo, a canoagem e o *Stand Up Paddle* (Fotografia 20). Normalmente essas atividades são realizadas por empresas privadas ou quando acontece por meio da SEJEL, e é destinada aos praticantes esportistas. Percebe-se que são atividades que não contemplam todos os usuários do Ver-o-Rio, uma vez que são práticas reservadas apenas para um público específico.

**Fotografia 20** - Prática social de lazer no Ver-o-Rio, “canoagem e *Stand Up Paddl*”



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

Além das práticas evidenciadas anteriormente, há também a realização de outras práticas de lazer como: piquenique, pescaria, banho de rio, bater papo com

---

<sup>66</sup> Usuário 8, Ver-o-Rio. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

amigos ou mesmo aproveitar os bares do complexo. Como salienta Baudry (2006, p. 28) essas práticas sociais podem ser “aglutinadores e capazes, pelo movimento de contatos coletivos, de restaurar o sentimento de estar junto”, assim como representam o urbano em movimento.

A prática do piquenique, por exemplo, acontece após um momento de reflexão religiosa, geralmente realizada por certos grupos de cristãos (Fotografia 21). Essas práticas instigam também para uma reflexão sobre como as “apropriações religiosas da cidade pode revelar não só aspectos do espaço urbano, como também da expressão religiosa em questão, favorecendo a descrição de outras possibilidades de prática da fé” (COSTA, 2016, p. 14).

**Fotografia 21** - Prática social de lazer no Ver-o-Rio, “piquenique”.



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

É interessante destacar que, apesar do espaço do Ver-o-Rio ter estabelecimentos com preços mais populares, percebe-se que certos usuários ou mesmo grupos acabam usando o espaço de outras formas, sem necessariamente consumir produtos vendidos no local.

O próprio banho de rio no Ver-o-Rio (Fotografia 22), por exemplo, tornou-se rotineiro e é possível ver em dias de semana e finais de semana crianças e jovens praticando esse lazer, sendo que muitas vezes, tem se tornando uma prática social

de resistência, justamente por observar que grande parte da orla da cidade de Belém é privatizada, e não é permitida essa prática. Essa privatização advém da utilização desses espaços por empresas de navegação ou até mesmo por meio da ação do Estado quando transforma espaços de orla em espaços públicos, mas com características de espaços privados, ou seja, de certa maneira a presença do Estado e das empresas são reflexos do contexto histórico de ocupação da orla da cidade de Belém. Esse tipo de privatização acaba inviabilizando práticas tão presente no contexto amazônico, como é o caso do banho de rio.

**Fotografia 22** - Prática social de lazer no Ver-o-Rio, “banho de rio”.



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

Outra prática de lazer observada foi a pesca (Fotografia 23), pois revelou certo tipo de pertencimento das pessoas pelo lugar. Essa apropriação está relacionada com o contato com a natureza, já que o rio tem uma representatividade muito forte na vida dos moradores das cidades da Amazônia. Segundo informações de algumas pessoas que estavam realizando essa prática, a pesca acaba sendo um momento de descontração, de relaxamento, além disso, tudo que eles pescam acaba servindo como alimento. Portanto, verifica-se que no Ver-o-Rio existe uma liberdade maior de se expressar, talvez seja por que é um espaço aberto e com características mais populares.

**Fotografia 23** - Prática social de lazer no Ver-o-Rio, “Pescaria”.



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

Essa relação entre usuários e o espaço também foi percebida em algumas narrativas, por exemplo, por identificarem que com o espaço pode proporcionar experiências significativas para elas.

Quando eu venho pra cá é para conversar, confraternizar, coisas assim. Para me sentir melhor, é muito estresse, então é um meio para espairer (informação verbal)<sup>67</sup>.

Por que ele é um espaço bem interessante, é um ambiente bem assim bacana sabe, de se conviver aqui (informação verbal)<sup>68</sup>.

Bom, além de eu gostar muito do espaço, por que tem outros locais muito bons pra ir, mas eu gosto muito daqui, por que eu me identifico aqui (informação verbal)<sup>69</sup>.

Esses comportamentos percebidos no espaço do Ver-o-Rio e os citados pelos usuários, convergem com o que Silva *et al.* (2012, p. 10) destacam sobre a importância de olhar para essas múltiplas práticas sociais, observando em especial os lugares e o dia a dia dos atores sociais, isto é, perceber que esses espaços “não são estáticos,

---

<sup>67</sup> Usuário 9, Ver-o-Rio. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

<sup>68</sup> Usuário 22, Ver-o-Rio. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

<sup>69</sup> Usuário 23, Ver-o-Rio. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

possuindo uma identidade singular traçada a partir do cotidiano, da diversidade e da ocupação do espaço”.

Embora existam processos urbanos onde as práticas sociais no espaço público sofram certa desagregação, é preciso perceber também que esses espaços se “originam da necessidade de contato, comunicação, organização e troca entre as pessoas, e que a partir deles se estabelece o estreito vínculo entre participação ativa e vida na cidade” (RECHIA, 2003, p. 11).

Nos dois espaços públicos pesquisados foram identificadas várias práticas sociais de lazer, algumas semelhantes e outras com características próprias de cada lugar. Nesse sentido, foi percebido que estas representam significados singulares para os sujeitos que os vivenciam e que, de certa forma, traduzem o *habitus* dessas pessoas.

Esse *habitus* visualizado em cada espaço público representa certos tipos de gostos e comportamentos, ações essas que demonstraram a adoção de práticas sociais que, muitas vezes, se contrapõem aos modelos preestabelecidos.

## **5.2 Os entraves e as possibilidades das práticas sociais de lazer nos espaços públicos Estação das Docas e Ver-o-Rio**

Nessa sessão foi realizada uma análise sobre as práticas sociais de lazer dos dois espaços estudados, apontando seus desafios e possibilidades em relação às ações dos órgãos responsáveis, assim como a efetividade de tais práticas nesses espaços públicos.

Em relação às práticas sociais de lazer na Estação das Docas e no Ver-o-Rio, pode-se destacar que os dois espaços são representativos no sentido de apresentar uma multiplicidade de práticas. Tais movimentos são revelados pelas apropriações, que de certa forma, simbolizam um significado para esses usuários. Isso está muito presente no contexto do espaço do Ver-o-Rio pelo fato das pessoas terem mais liberdade nas suas práticas. Na Estação das Docas, percebe-se que ainda é possível ver certa vigilância das práticas, entretanto, em certas ocasiões foram identificados usos em oposição às normas, ou ainda, pode representar certo tipo de poder ali exercido.

Ao investigar os espaços, foram visualizadas poucas ações públicas direcionadas às práticas sociais de lazer. Muitas delas são pontuais, tanto num espaço quanto no outro, e de certa forma isso acaba ocasionando o não aproveitamento do espaço na sua plenitude. Como destacado, os dois espaços têm uma diversidade de práticas, e que muitas delas ainda estão às margens da política pública, especialmente na realização de atividades para certa faixa etária, como é relatado a seguir pelos usuários da Estação das Docas.

[...] é preciso atividades voltadas para criança. Por que aqui na nossa cidade a gente não tem esses tipos de atrativos, e como eu sou mãe de duas crianças, a gente sente a falta disso. [...] poderia sim ter algo a mais para o público infantil. Oficinas de artesanato para criança, de pintura, de repente uma palestra para os pais, tentar agregar as duas coisas (informação verbal)<sup>70</sup>.

Eu vejo que muita coisa aqui já tem na verdade, a questão dos restaurantes, todo o espaço que já é oferecido aqui, talvez para crianças seja algo que esteja faltando. Assim, nem todas as crianças que tenha uma curiosidade por peças históricas, amostras de exposição que tem aqui realmente, até por que crianças menores ainda não tem esse discernimento, se tivesse um local, uns brinquedos para elas, acredito que seria bem interessante. Eu já até vir crianças com uma aparência assim, aparentando está entediada por só tá ali no local, mas sem ter algo voltado para aquela faixa etária (informação verbal)<sup>71</sup>.

Olha, teve um sábado que eu vim, tava tendo um show de rock ali (falando da orla), eu acho que seria bem interessante mesmo. Por que às vezes só tem lá dentro, então às vezes não pode entrar e tal, e eu acho que seria bem interessante se tivesse todo sábado, aqui! Ao ar livre, seria bem legal (informação verbal)<sup>72</sup>.

Ao analisar as narrativas e ao observar as atividades oferecidas no espaço, percebe-se que o público infantil é o que mais carece de atividades de lazer. O único projeto gratuito realizado nesse espaço é o Pôr do Som, voltado para esse público, que acontece duas vezes ao mês, não sendo suficiente para atendê-los. Como os próprios usuários relataram, faz-se necessário ampliar a programação gratuita produzida ali. O show de Rock na orla, por exemplo, só acontece em meses específicos, isso de alguma maneira acaba criando expectativas para os usuários que gostam desse tipo de atração. Outro ponto destacado nas narrativas são justamente ações que atendam ao mesmo tempo as crianças e os pais.

---

<sup>70</sup> Usuário 1, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

<sup>71</sup> Usuário 5, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

<sup>72</sup> Usuário 20, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

Entretanto Gruber e Stoppa (2017, p. 83) salientam que é necessário ir para além das políticas de atividades, geralmente aquela baseada em rol de eventos, onde muitas vezes tem o intuito de divertir ou desviar a atenção das pessoas para outras questões. Os autores ainda contribuem dizendo que para garantir um desenvolvimento de uma ação eficaz, um sistema de animação cultural eficiente, deve contribuir para “além do descanso e divertimento, o desenvolvimento pessoal e social dos participantes”. Nesse sentido, a educação pelo e para o lazer defendida por (MARCELLINO, 1996) colaboraria nesse processo.

Embora exista uma programação fixa no espaço da Estação das Docas, são perceptíveis alguns problemas que interferem diretamente na qualidade do lazer de alguns usuários. O estudo de Pereira e Matos (2015) apontou que, apesar de haver uma programação mensal voltada ao cinema, teatro e outras apresentações artísticas, a maioria dos usuários desconheciam tais ações.

Quando perguntado ao Diretor-Presidente da Organização Social Pará 2000, quais projetos e ações incentivam a comunidade a apropriar-se do espaço, o mesmo relatou que:

Os projetos realizados nos espaços administrados pelas OS Pará 2000 contam com um trabalho conjunto dos departamentos para a realização dos mesmos. O Setor Cultural é o responsável pelo planejamento das programações mensais, contato com os artistas locais, organização e execução da parte operacional e de divulgação dos projetos, que atendem as especificações do estatuto da OS (informação verbal)<sup>73</sup>.

Percebe-se que toda programação ali executada é elaborada sem a participação da população. Essa hierarquia, principalmente na construção dos projetos e nas execuções das ações, é de responsabilidade total da administradora, ou seja, nesse caso se presume que não há diálogo com as pessoas que estão ali, o que de certa forma inviabiliza qualquer conhecimento sobre as necessidades e os anseios da população.

Quando perguntado sobre a elaboração ou aprimoramento destes projetos ou dessas ações e se era realizada alguma consulta ou pesquisa com a comunidade, o Diretor-Presidente da Organização Social Pará 2000 informou que,

A OS faz pesquisa própria durante os projetos culturais que promove. A Instituição Estácio – FAP já realizou pesquisas no complexo Estação das

---

<sup>73</sup> Diretor-Presidente da Pará 2000, Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, dezembro 2018.

Docas, e forneceu posteriormente os resultados, em forma de parceria com a OS (informação verbal)<sup>74</sup>.

Durante as observações não foi percebido nenhuma pesquisa com os usuários, notou-se apenas a presença do fotógrafo oficial da OS Pará 2000 e outros técnicos dando suporte à operacionalização dos projetos. É importante destacar que uma das metas do contrato de gestão da Organização Social é o desenvolvimento de programação voltada à prestação de serviços essenciais à população de baixa renda. Essa programação, por exemplo, poderia ser elaborada a partir de pesquisas realizadas com os usuários, entretanto, pouco se observa a execução dessas metas em termos práticos.

A falta de projetos para a população de menor poder aquisitivo acaba por colocar esses usuários no papel apenas de expectador no espaço, ao invés de protagonista de suas ações. Marcellino (2008) expõe, a partir de suas pesquisas sobre políticas públicas de lazer, que a ação comunitária pode ser considerada uma alternativa operacional dentro de políticas de ação social, levando em consideração,

[...] a necessidade do conhecimento da situação, ou seja, da realidade, interesses e aspirações de determinada clientela; sua participação efetiva no planejamento, organização e avaliação das ações e a integração com órgãos e instituições locais, quer em busca de apoio político ou de recursos para manutenção e/ou ampliação da ação (MARCELLINO, 2008, p. 17).

Esse caminho apontado pelo autor pode ser útil para minimizar os riscos de atuação das políticas públicas, isto é, dos chamados “pacotes de lazer” ou do direcionamento de programações que acabam beneficiando certos tipos de públicos e a valorização de suas preferências. É interessante destacar, que essa valorização de público está muito presente no Complexo Turístico Estação das Docas, principalmente para aquele consumidor seletivo, que é o caso da elite paraense e dos turistas.

Ao analisar os projetos desenvolvidos pela Organização Social, identifica-se que esses não conseguem suprir as necessidades desses usuários. O mais conhecido pelas pessoas que frequentam a Estação das Docas é o projeto “Por do Som”, como eles mesmo dizem o “Carimbó”.

---

<sup>74</sup> Diretor-Presidente da Pará 2000, Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, dezembro 2018.

O que eu conheço aqui é o que acontece, acho que ele é recente dia de sexta feira aqui tem roda de carimbo no primeiro galpão lá, toda tardinha, dia de sexta feira (informação verbal)<sup>75</sup>.

Tem o carimbo né, dia de sexta, que eles dançam aqui, acho que só, que eu lembro (informação verbal)<sup>76</sup>.

Eu acho que o de música né, tem um projeto de música aqui, ou é do bar mesmo, eu não tenho certeza, ah eu acho que não conheço então. Ah tá, de vezes em quando eu sei que rola, por exemplo, tem cinema aqui né, então tem o espaço para assistir os filmes, eu acho isso interessante, eu ainda não participei, mas eu sempre quero vim pra isso. Umas rodas de carimbó também, fiquei sabendo que tem, agora lembrando são esses que conheço, essas atrações que eu acho bacana (informação verbal)<sup>77</sup>.

Apesar de alguns usuários relatarem que conhecem o projeto “Por do Som” e até mesmo o “cinema”, a grande maioria dos entrevistados apontaram não conhecer nenhum projeto desenvolvido naquele espaço, ou quando conhecem, não participam. Fica evidente que esses projetos não estão atendendo a um grande número de público na Estação, isso de certa maneira vai na contramão da narrativa do Diretor-Presidente.

[...] a Estação das Docas respira cultura, música, cinema, teatro e dança, estão na programação mensal do complexo, que oferece aos visitantes projetos culturais. Os projetos fixos, como Pôr-do-Som, Teatro Pôr-do-Sol, Música no Ar e Cine Estação, e programações especiais: Rock na Orla, Corais Natalinos, Projetos Itinerantes e parcerias, somaram mais de 1.465 apresentações, e atingiram mais de 109.546 mil pessoas em 2017. A Organização Social Pará 2000 tem como missão promover programações culturais acessíveis à população. A Estação das Docas recebe uma média de 100 mil visitantes por mês. Mais de 1.500.00 por ano, em virtude de meses como Outubro (Círio) e Dezembro (Férias/ Réveillon) que o número de visitantes aumenta consideravelmente (informação verbal)<sup>78</sup>.

A Estação das Docas é um dos espaços públicos mais conhecidos da Cidade de Belém, contudo, observa-se certa divergência entre o número de público atingido por esses projetos citados pelo gestor e as narrativas dos usuários, que dizem o contrário. Freitas (2010, p. 122), ao analisar os públicos dos projetos “Por do Som” e “Por do Sol” mostrou que é preciso pensar projetos que possam atender a todos ao invés de:

<sup>75</sup> Usuário 17, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

<sup>76</sup> Usuário 19, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

<sup>77</sup> Usuário 4, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

<sup>78</sup> Diretor-Presidente da Pará 2000, Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, dezembro 2018.

[...] intervenções centradas na concepção tradicional de consumo cultural como teatros, cinemas, museus e bibliotecas, ou a vinculação destes espaços com esferas mais elitizadas da sociedade acabam por beneficiar aqueles que já são usuários de equipamentos similares e distanciar aqueles que entendem este tipo de prática como de elite.

Percebe-se que tais ações, em sua maioria, são centradas numa perspectiva de padrões culturais de um “tipo de usuário”. Isso demonstra certos gostos de classe e estilos de vida. Bourdieu (1983) salienta que os gostos e estilos de vida são reflexos das escolhas de pessoas, de bens, de ideologias e de práticas. Nas narrativas de alguns entrevistados, é possível perceber uma pronúncia, uma elocução socialmente marcada por um tipo de classe social.

Passear com as crianças, ou jantar ou fazer um lanche. Aqui em Belém é difícil você ter um espaço aberto, não tem quase né, um espaço aberto que te traga um pouco de segurança, que tenha uma praça de **alimentação boa**, um espaço para criança, um espaço aberto né. Aqui é um espaço agradável, o preço é acessível também dos restaurantes é **bem frequentado** (informação verbal)<sup>79</sup>.

Olha, vim jantar, tomar um chopp no *happy hour*, também tocar. Como eu trabalho como músico eu venho tocar aqui. Por que é o melhor ponto turístico que eu encontro em Belém, **bem no centro**, **bem localizado** e tranquilo (informação verbal)<sup>80</sup>.

Essas narrativas buscam demonstrar que certos “gostos” são representados por linguagens. Como aponta Bourdieu (1983, p. 87), são nas expressões, por exemplo, como: “bem-cuidado, tão fortemente apropriada por aqueles que a fazem dizer seu gosto pelo trabalho bem-feito, bem-acabado, critério de toda perfeição estética, que está carregada de conotações sociais”, isto é, certas classes sociais se investem inteiramente, com tudo o que contrapõem aos outros grupos, numa espécie de unidade de estilo, onde se exprime sua identidade, quer dizer, sua diferença.

Na Estação das Docas, ainda é perceptivo ver comportamentos pertinentes a uma condição econômica e social, que marca e demarca aquele espaço público. De certa forma isso “são reflexos das características iniciais das razões de suas criações: a classe de maior poder aquisitivo da cidade ou sua elite” (FIGUEIREDO, 2008, p. 90).

Por outro lado, também é possível ver um movimento contrário a essa lógica, como pontuado anteriormente, haja vista que certas práticas sociais de lazer não estão na lista dos projetos da Estação das Docas. Segundo Leite (2004), essas

<sup>79</sup> Usuário 1, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

<sup>80</sup> Usuário 3, Estação das Docas. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

práticas opositivas, podem tornar visível, publicamente, as diferenças e as pluralidades no espaço público. O autor salienta que essas formas de resistência e esses “contra-usos” de *outsiders*<sup>81</sup> emitem ruídos contra-enobrecedores, apontando, assim, a possibilidade de formas cotidianas de apropriação política de lugares públicos. Esse fato foi percebido ao observar o espaço, que em alguns momentos ficou evidente a existência de práticas sociais de lazer que não fazem parte da leitura política do espaço ou de seu planejamento inicial como, por exemplo, o público do *Pokémon Go* (jogo virtual realizado por jovens e adultos), o piquenique, jovens tocando violão ou dançando, roda de conversa entre idosos e no ato de passear despretenso.

Outro ponto observado foi à existência de práticas sociais de lazer que acontecem ao lado da Estação das Docas, e por não fazerem parte do rol de atividades normatizadas, acabam não adentrando o espaço. A prática da pesca (fotografia 24), por exemplo, é uma prática de lazer que acontece bem ao lado do Complexo Turístico, mas que pelas regras e normas do espaço acabam sendo praticadas fora do Complexo, apesar de estarem no mesmo espaço da orla do rio, mas separados pelas grades que delimitam o espaço público. A mesma situação acontece com outras práticas sociais de lazer visualizadas do lado de fora como, o banho de rio e o sarau. Essas práticas sociais acabam indicando movimentos de resistências, além do que, encontra nesse espaço um *lugar de refúgio*, em outras palavras “um lugar de fuga e refúgio (pela característica de abrigar os excluídos dos pólos de animação)” (LEITE, 2008, p. 41).

Segundo Pinho (2017, p.113), esses indivíduos encontram-se também nesses espaços, um outro urbano, “aquele que escapa, resiste, vive e sobrevive no cotidiano dessa outra urbanidade, através de táticas de resistência e apropriação do espaço urbano, de forma anônima (ou não), dissensual, radical”, ou seja, por meio de práticas sociais que acabam resistindo as diferentes formas de segregação desse modelo de espaço público.

---

<sup>81</sup> Elias chama de “outsiders” aqueles que não pertencem ao território mais antigo, são os excluídos. Portanto, esse termo é justamente utilizado para sinalizar o não pertencimento de uma pessoa ou grupo em determinado contexto (ELIAS; SCOTSON, 2000).

**Fotografia 24** - Prática social de lazer ao lado da Estação das Docas, “pesca”.



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

A grade de ferro observada na fotografia, por exemplo, cria um obstáculo físico. Todavia, não existe apenas a inacessibilidade física, é perceptível ver nas formas de vigilância e o próprio modelo de espaço público que foi adotado, barreiras simbólicas. Essa falta de acessibilidade vai para além do concreto e físico, torna-se simbólico, isso é, quando o espaço público é dividido entre os diferentes grupos “conseqüentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente” (SERPA, 2004, p. 32).

Parte dessas limitações é resultado do modelo de gestão adotado pelo espaço, geralmente com proibições excessivas, controle absoluto do que pode ou não fazer, e que acaba normatizando as atividades ali exercidas. Esse tipo de atitude, por exemplo, é percebido constantemente na Estação das Docas, como foi possível observar em certos momentos esse tipo de ação por parte dos orientadores de público do espaço (Fotografia 25). Como aponta Figueiredo (2008), esse tipo de vigilância acaba inibindo certos usuários nas suas práticas sociais de lazer, justamente pelo controle dos comportamentos, de não poder sentar, por exemplo, em locais que não foram predeterminados para esse uso.

**Fotografia 25** - Jovens sendo abordado pelo funcionário da Estação das Docas



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

Figueiredo (2008, p. 88) destaca que esse ordenamento físico-espacial facilita o controle, ou seja, esses espaços “são ordenados de tal forma que fica muito explícito a hierarquia e a função dos mesmos”, assim como a acessibilidade nesses espaços é estratificada (FIGUEIREDO, 2008, p. 89). Não é por acaso que certas atividades promovidas pela OS Pará 2000 são padronizadas, além disso, é possível notar claramente tal exclusividade que é dada para determinadas áreas do espaço, como o atracadouro da Empresa Valeverde Turismo, que serve exclusivamente para deslocar seus clientes do Complexo para os barcos de passeio, não sendo permitido, por exemplo, o uso por outras empresas de embarcações turísticas aportarem no espaço.

Nota-se que as novas formas de atuação no espaço público ou mesmo de ocupação abrem caminho para entender “o drama social dos encontros e as situações da copresença, quem sabe, tragam elementos híbridos de lazer e reivindicação associados” (FIGUEIREDO, 2018, p. 159).

Outro aspecto importante é que mesmo a Estação das Docas se apresentando como um exemplo de “privatização” do espaço público, pelo aparente excesso de controle e direcionamento de comportamentos, existe por outro lado as formas contestatórias, de transgressão, que na maioria são apropriações inesperadas nos espaços como, por exemplo, o *réveillon* que acontece na Estação das Docas, em que

é possível observar pessoas levando isopor com bebidas, comidas e cadeiras de praia, para realizar sua “ceia” dentro do Complexo Turístico. Ou seja, ainda que não seja permitida essa prática, esses usuários utilizam dessa estratégia e acabam ocupando o espaço dessa maneira. Isso de certa forma mostrava um movimento contrário ao planejado pelos administradores do espaço quanto pelos donos dos estabelecimentos, já que há venda de lugares nas mesas para os usuários se acomodarem nos restaurantes, além de consumirem o *buffet* e as bebidas com preços elevados. Percebe-se que essa situação mostra tática de uso no espaço público, da mesma forma que rompe com certos modelos predeterminados pelos planejadores.

Diante dessa realidade presente na Estação das Docas, pode-se verificar que há uma diversidade de práticas sociais de lazer nesse espaço, ao mesmo tempo em que se tornam possibilidades, também se tornam desafios. Possibilidades no sentido de dizer que essas práticas sociais observadas possibilitam um potencial transformador, já que em momentos passados o espaço atendia exclusivamente certo tipo de classe social. Desafiador por que as políticas públicas ainda não tomaram consciência de tais diversidades de usos ou talvez queiram permanecer com as práticas preestabelecidas no seu planejamento.

Portanto, a Estação das Docas se torna emblemática no sentido de que foram pensados “usos preestabelecidos”, que de certa maneira acabam contribuindo para as ações segregadoras nesse espaço público. No entanto, “novas práticas sociais” estão surgindo e transgredindo suas regras e suas normas, assim como inventam artifícios para se apropriar e reinventar, numa mistura de astúcia e experiência (JEUDY; JACQUES, 2006).

No complexo Turístico Ver-o-Rio, foi possível observar uma variedade de práticas sociais de lazer acontecendo de maneira independente, principalmente por que se identificou que o espaço público carece de políticas públicas em diversas áreas. Nas narrativas dos usuários, por exemplo, é possível perceber que a maioria desconhece alguma ação da prefeitura naquele espaço, principalmente ações/projetos de lazer. Ou quando lembram apontam ações do passado ou ações que aconteceram esporadicamente.

Não, realmente não conheço nenhum (informação verbal)<sup>82</sup>.

---

<sup>82</sup> Usuário 8, Ver-o-Rio. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

Até agora não, até agora só que eu vejo por aqui só, esse básico aqui (informação verbal)<sup>83</sup>.

Olha já teve vários projetos aqui, inclusive cinema para as crianças né, teve show ao vivo na parte da acústica ali, teve vários projetos assim muito bons aqui. Olha como eu tava falando com minha prima, aqui deveria ter mais opção né, e hoje a gente só ver a musiquinha ali dia de sexta feira, quando tem uma música ao vivo e olhe lá. Antes tinha mais coisas para as crianças, tinha um trenzinho que circulava né, nós pagávamos uma taxa de dois reais, mas era um valor simbólico. As crianças gostavam, mas não teve mais esse trem (informação verbal)<sup>84</sup>.

Olha! Eu não conheço assim, mas ali pelo espaço que eu vir, ali deve ser um espaço de programações e apresentações né (informação verbal)<sup>85</sup>.

Para te falar a verdade só quando é época de festa aqui em Belém, entendeu. Eu acho que é uma falha da prefeitura é essa, que deveria ter todo final de semana, deveria ter entretenimento melhor aqui nesse espaço, por conta da prefeitura (informação verbal)<sup>86</sup>.

Essas narrativas revelam a pouca efetividade das ações públicas para o Ver-o-Rio, assim como demonstram a escassez de projetos que viabilizem a utilização desse espaço para as diferentes práticas sociais de lazer. Entretanto, quando perguntado ao diretor de planejamento da BELEMTUR sobre quais projetos e ações eram desenvolvidos pela Coordenadoria para aquele espaço, o mesmo relatou que:

[...] basicamente as ações desenvolvidas é o atendimento ao público, você tem barracas com tapioquinhas, você tem barracas que tem jantares, você tem barracas que tem lanches, tem outras que tem tira-gostos com atendimento ao público de uma forma geral tá, tanto na parte de promoção de eventos quanto também nós temos a academia ao ar livre que é uma sugestão da outra secretaria, da SEJEL que fazem parte lá. Também nós temos as áreas das visitas com as famílias, as crianças tem uma brinquedoteca podemos dizer assim, onde eles tem um fluxo tanto de pessoas que moram próximas quanto das pessoas que vem de outros bairros, até estão acostumadas a vim naquela tapioquinha das cinco da tarde. No final de semana ele é bem recheado de várias atrações musicais, lá nós desenvolvemos projetos também, como por exemplo, “Belém autoral” que ele tem determinado período do ano, lá nós fazemos receptivo também para o Círio de Nazaré como a romaria fluvial e o próprio encaminhamento das pessoas que circulam. Lá nós temos o pedalinho também que é no próprio do lago, lá a oca conta uma história também da parte indígena né, parte especificamente do encontro das raças, enfim, são várias atrações. O Ver-o-Rio ele é um espaço turístico e cultural que ele atrai muitas pessoas tanto da nossa cidade, como de outros municípios e também de outros estados, ele é bastante frequentado (informação verbal)<sup>87</sup>.

<sup>83</sup> Usuário 15, Ver-o-Rio. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

<sup>84</sup> Usuário 23, Ver-o-Rio. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

<sup>85</sup> Usuário 24, Ver-o-Rio. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

<sup>86</sup> Usuário 25, Ver-o-Rio. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

<sup>87</sup> Diretor de Planejamento da BELEMTUR, Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, dezembro 2018.

Observa-se que o próprio gestor da BELEMTUR enfatiza que a maioria das ações geralmente acontece em épocas festivas, como no Círio de Nazaré. Analisando as ações desenvolvidas pela Belemtur, observa-se que de todos os projetos desenvolvidos por esta coordenadoria, o único projeto que contempla aquele espaço é o que remete à organização dos concessionários dos quiosques e vendedores ambulantes. Muito do que foi mencionado pelo diretor de planejamento da BELEMTUR, diverge das narrativas dos usuários e com as observações realizadas em campo.

Aqui como é um espaço bem aberto, poderia ter atividades como aeróbica, danças culturais entre outros, por que tem bastante espaço seria bem legal, além dos cobertos (falando do memorial dos povos indígenas), qualquer coisa se chover é só as pessoas virem pra cá, não tem problema algum (informação verbal)<sup>88</sup>.

Poderia melhorar a limpeza e ter mais projetos aqui. Aqui é um lugar grande e bonito, poderia ter apresentações e tudo mais. Acho que dança e teatro, bacana para encenar aqui, e falar um pouco sobre aqui também com essas peças de teatro, aulas de capoeiras seriam bem interessante também (informação verbal)<sup>89</sup>.

Olha! Eu acharia importante que tivesse mais entretenimento para as crianças, por que chamando as crianças mais famílias poderiam vim, e não só como ponto de observação da natureza, como local de distração para casais, se tivesse mais equipamento e tem espaço né, tipo algumas atividades lúdicas, isso chama atenção da criançada (informação verbal)<sup>90</sup>.

Deveriam ter peças de teatros, show de fantoches para crianças, contos e coisas que mostrasse a nossa cultura (informação verbal)<sup>91</sup>.

Deveria melhor essas políticas culturais, trazer bons cantores, palhaço para criança, esse tipo de coisas, de lazer (informação verbal)<sup>92</sup>.

Ao analisar as narrativas dos usuários fica evidente a falta de atuação do poder público, principalmente as questões relacionadas à ausência de políticas mais efetivas pelos órgãos responsáveis pelo espaço. Por outro lado, as próprias atividades citadas pelos usuários, por exemplo, poderiam se tornar possibilidades de práticas sociais de lazer, principalmente se tiver participação popular nesse tipo de política de lazer.

Portanto, percebe-se que há um descompasso entre o que foi pontuado pelo diretor de planejamento da Belemtur e o que dizem os usuários. Nota-se que não há

<sup>88</sup> Usuário 7, Ver-o-Rio. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

<sup>89</sup> Usuário 8, Ver-o-Rio. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

<sup>90</sup> Usuário 10, Ver-o-Rio. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, outubro 2018.

<sup>91</sup> Usuário 23, Ver-o-Rio. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

<sup>92</sup> Usuário 25, Ver-o-Rio. Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, novembro 2018.

participação popular no planejamento das ações, bem como se percebe certa ausência de projetos para o Ver-o-Rio, isso de certa forma comprova que os anseios dos usuários não estão sendo atendidos.

Talvez o que precise naquele espaço é a atuação mais presente do governo municipal ou talvez mudanças nas formas de planejamento utilizada por esses órgãos. Marcellino, Barbosa e Mariano (2008, p. 145) salientam que é necessário observar os usos nos espaços públicos de lazer para construir um planejamento que atenda às necessidades dos cidadãos, e isso o planejador só consegue identificar observando as diferentes formas de usos no espaço.

[...] a observação do uso dos equipamentos de lazer tem nos levado à constatação de inúmeros casos de “adaptações” ou de “novos usos” pela população, diferentes daqueles para os quais foram planejados, o que exige uma postura diferenciada dos animadores ou uma nova forma de planejamento de equipamentos, mais participativa, de acordo com as aspirações da população.

Como aponta Bahia (2014, p. 277), é preciso que os responsáveis pela elaboração dos projetos “desçam do alto de seus conhecimentos técnicos e busquem o diálogo com a população, que mesmo ‘leiga’ no assunto, muitas vezes é capaz de apontar a realidade e suas necessidades concretas”, assim como pode tornar-se uma aliada nas questões do espaço público.

Ao analisar os projetos tanto da BELEMTUR quanto da SEJEL, percebe-se que a maioria desses projetos não contempla o espaço do Ver-o-Rio. Isso pode ser percebido pelo número de projetos fixos que cada órgão executa como, BELEMTUR (Projeto Amigo do Turista e Projeto Turismo na Escola) e a SEJEL (Projeto Brinca Belém e Academia ao ar livre). Esse número se torna incompatível com as necessidades da população de Belém, principalmente quando se pensa nos espaços públicos de lazer.

Vale destacar que, segundo o gestor da Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer, no Ver-o-Rio já foram executadas várias ações, contudo, o que se observa é a ausência dessa secretaria naquele espaço.

Já fizemos lá várias atividades voltadas para dança, de apresentação, de ginástica. Fizemos lá, nós temos lá um grupo, que fica sediado no late Club, mas lá nós temos o acesso da marina. Então, projetos nós realizamos vários esse ano, de canoagem, remo olímpico, *stand up*, esportes aquáticos de remo e tudo mais. A gente fez esse ano uma maratona, que a gente saiu do late Club direto pro Ver-o-Rio, onde a gente envolveu todos os esportes a

remo - remo olímpico, caiaque, canoa havaiana, surf, várias modalidades. Tivemos praticamente cinquenta barcos e canoas na água, as pessoas participando, é um momento de a gente gerar o esporte, gerar o lazer, e acima de tudo a interação com o meio ambiente, com a natureza que é importante, para gerar uma consciência ambiental de preservação e tudo mais. Então, **o Ver-o-Rio ele concentra muito essas atividades**... fizemos torneio de vôlei de praia, torneio de futevôlei naquela arena que tem ali, já fizemos uma apresentação de *Slackline* ali, do pessoal travessando por cima da fita em cima do lago. Então tem muitas atividades que desenvolvemos lá, e como eu te disse, de forma descentralizada. Ele pode até não se uma base fixa nossa de atividades, mas como é um ponto que é propício a prática do esporte [...] tem quadra, tem acesso ao rio que é muito importante, a gente usa ele muito por conta dessa facilidade, dessa diversidade que ele recebe de atividades. Então, se você me perguntar quais atividades fixas tem lá? Não temos atividades fixas lá, mas nós temos várias atividades que acontece no local em interação com a Belemtur, por ser um ponto turístico e por ser uma janela turística nossa, pra gerar entretenimento e lazer para quem tá frequentando o local (informação verbal)<sup>93</sup>.

Percebe-se na fala do entrevistado que são diversas as modalidades de práticas esportivas que já aconteceram ali, no entanto, o que se deve questionar é por que essas atividades não conseguem atender grande parte dos usuários. O que se verifica é que não há uma regularidade e continuidade nessas ações, além do que a maior parte desses projetos esportivos são direcionados para locais fechados, como ginásios.

Como o próprio secretário salientou, o Ver-o-Rio não é uma base fixa para essas ações, em outras palavras isso acontece apenas em momentos específicos e pontuais, além do que certas práticas como, remo olímpico, caiaque, canoa havaiana e o *surf* acabam sendo direcionados para certos públicos, os esportistas. O que se nota é que é dada maior visibilidade à prática do esporte, não é por acaso que a prefeitura destine grande parte dos seus recursos para essas atividades.

A prefeitura de Belém tem um recurso específico para secretaria de esporte, e temos também um recurso destinado que é uma renúncia fiscal para lei de incentivo ao esporte. Então, isso tudo da receita municipal, do orçamento municipal que é votado todo ano, na LOA que é Lei Orçamentaria Anual, e na lei de diretrizes orçamentarias do PPA. Temos várias parcerias com associações que tem patrocínio, tem entidades privadas que apoiam algumas atividades e a gente entrega serviço público de esporte de forma compartilhada. Mas a receita principal é o orçamento municipal, é basicamente o grande mote que a gente pode proporcionar e financiar todas as atividades que a gente desenvolve (informação verbal)<sup>94</sup>.

<sup>93</sup> Secretário da SEJEL, Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, dezembro 2018.

<sup>94</sup> Secretário da SEJEL, Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, dezembro 2018.

Como aponta Linhales (2001, p. 54), “a presença do Esporte no conjunto das ações do Estado significa que o fenômeno esportivo ao longo do tempo de sua história, adquiriu relevância e visibilidade pública”. Na entrevista com o gestor da SEJEL, constatou-se que grande parte das ações desenvolvidas por essa secretaria é destinada às práticas esportivas. Este destacou também que eventos realizados por esse órgão promovem competição para o atleta e lazer para quem está assistindo, isso de certa forma acaba reproduzindo o esporte espetáculo e o lazer contemplativo.

Outro aspecto importante de se destacar é que o Ver-o-Rio é um espaço público aberto, e por ter essa característica pressupõe que não precise de horário para funcionar, porém identificou-se, por parte do diretor de planejamento da Belemtur, que o Ver-o-Rio tem horário de funcionamento, que inclusive todas as suas demandas para atender o público tem “hora marcada”, como é relatado a seguir.

Nós mudamos o conceito do Ver-o-Rio tá, nessa gestão agora o conceito do Ver-o-Rio foi para atender as famílias, os amigos, os parentes, fazer um lugar social, mas um social com segurança, com qualidade, tanto é que nós temos a guarda municipal que dar essa opção, a própria policia militar também. Então nós temos uma segurança, um lugar com bastante qualidade e um lugar que tem bastante lazer, para que todo mundo **possa vim passar um período de dezessete horas da tarde a vinte e duas horas** (informação verbal)<sup>95</sup>.

Nota-se que esse “novo” conceito do Ver-o-Rio acaba atendendo certo tipo de público e excluindo outros, justamente por proporcionar mais segurança nesse período de tempo. Ao observar o espaço, percebeu-se que em certo momento, o espaço fica ocioso, quase não se vê pessoas circulando, barracas fechadas e a vigilância por parte dos policiais e guardas municipais não é frequente. Infere-se que, de alguma forma, esse direcionamento da política acaba por inviabilizar uma maior circulação de pessoas, assim como deixa o espaço propício para as práticas ilícitas.

Outro aspecto a se destacar é que existe uma pessoa específica contratada pela Belemtur para gerenciar o espaço.

Ah nós temos uma gerência que é o Lucas, o Lucas é um gerente específico do Ver-o-Rio. O Lucas é um servidor nosso da prefeitura que ele é disponibilizado, assim como nós temos no Ver-o-Rio nós temos na praça da

---

<sup>95</sup> Diretor de Planejamento da BELEMTUR, Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, dezembro 2018.

república também. Então com isso nós conseguimos observar que esses espaços estão com a manutenção em dia (informação verbal)<sup>96</sup>.

Apesar de o entrevistado indicar que existe uma pessoa para zelar pelo complexo, o que se observa é que o espaço precisa de manutenção, assim como é possível ver certo descuido, principalmente em lugares de maior fluxo como as pontes de passeios. Alguns usuários relataram que o espaço precisa melhorar em vários aspectos.

[...] a sujeira, tipo tem muita poluição, tipo é muito bonito, só que, porém não tem aquela limpeza regular, tem uma vez por semana, uma vez por mês, tipo só fica assim, passarinho morto, penas no chão, é uma coisa muito ruim de ver.

Falta de iluminação e a gente andou por esse deck é um pouco solto (falando da ponte de madeira) não me sinto segura de andar por aí.

Poderia melhorar um pouco a limpeza né, a gente pode observar até mesmo pelo poder público não é dada atenção necessária, poderia também no sentido da limpeza da orla, a gente pode observar que tem muito resto de entulho e lixo né.

[...] o que eu tava observando na hora que nós chegamos que estava claro assim, aquela ponte ali estava um pouco deteriorada, a gente nota que tá faltando manutenção.

Fica evidente, que quando há ausência de serviços públicos, vários problemas vão surgindo e se constituindo como um entrave para as práticas sociais de lazer. Apesar da falta de ações mais contínuas dos órgãos públicos, foi notada uma gama de práticas sociais de lazer no Ver-o-Rio realizadas de forma independente pela população.

No Ver-o-Rio, muitas apropriações se dão pelos jovens, onde a maioria acha nesse espaço um lugar para suas práticas, isso de certa forma acontece pela ausência de espaços públicos de lazer em seus bairros, já que grande parte desses usuários é de bairros adjacentes ao complexo. A fotografia 26, por exemplo, mostra um grupo de jovens da comunidade LGBTQ usando o espaço para conversar e ouvir música, outro detalhe importante é que esses jovens costumam levar seu próprio som e suas bebidas.

---

<sup>96</sup> Diretor de Planejamento da BELEMENTUR, Entrevista concedida a Pablo Pereira, Belém, dezembro 2018.

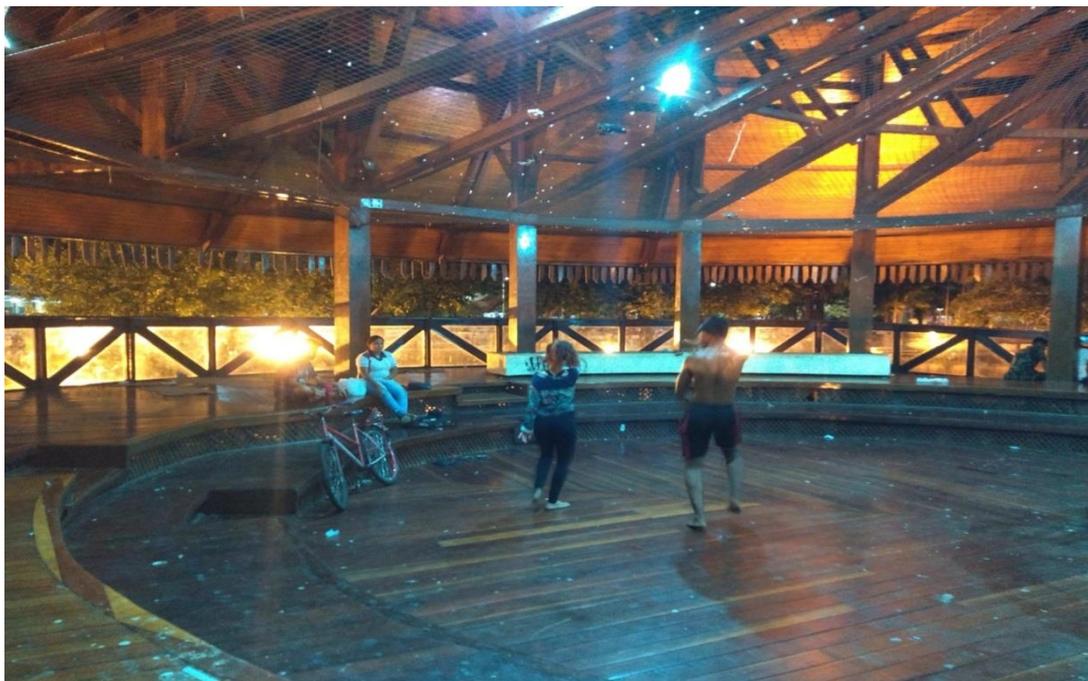
**Fotografia 26** - Prática social de lazer no Ver-o-Rio, “grupo de jovens conversando”



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

Ao observar o estado de conservação do Ver-o-Rio, percebeu-se que vários pontos do Complexo Turístico estão precisando de manutenção. Não é por acaso que o memorial dos povos indígenas encontra-se numa situação muito precária, por várias partes desse lugar é possível ver animais mortos, lixo e fezes de pássaros. Isso de certa maneira acaba por inviabilizar certos usos, como o próprio ato de sentar. Ainda assim os jovens acabam usando e se apropriando do espaço do memorial, como visualizado na fotografia 27. É interessante lembrar que esse espaço foi construído justamente para abrigar apresentações culturais e o acervo dos povos indígenas, que em outros governos acabaram se perdendo.

**Fotografia 27** - Grupo de jovens dançando dentro do memorial dos povos indígenas.



**Fonte:** Acervo pessoal (2018).

Apesar da ausência de políticas públicas, falta de manutenção dos espaços e falta de segurança, os usuários se apropriam de diferentes maneiras. Como explica Rechia (2006, p. 102), são “as formas de apropriação, os usos cotidianos, portanto, as maneiras de frequentar um lugar é que dão significado aos espaços [...]”. Isso foi percebido nas diversas práticas sociais de lazer existente no Ver-o-Rio.

Portanto, essa relação entre práticas sociais de lazer e o espaço público se configura reveladora, pois traduzem movimentos e características atuais das práticas de lazer. Como salientado por Figueiredo (2018, p. 160), essas práticas também se formam por “ações de ocupação e sociabilidade nos espaços públicos, e tendem ainda a uma espécie de encontro do conceito de lazer com as formas infinitas de sociabilidade, expressas por performances urbanas”. O autor salienta ainda que essas práticas se expressam por formas contestatórias, e que muitas das vezes provêm de grupos subalternizados.

Apesar dos limites apontados, verificou-se que os usuários do Ver-o-Rio conseguem vivenciar o lazer, além do que demonstram um certo “sentimento de pertencimento” que se traduz numa relação afetiva com o espaço.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os espaços públicos de lazer nas cidades contemporâneas, muitas vezes se apresentam com limitações, as quais podem ser percebidas em diferentes contextos, como a falta de projetos e ações para práticas de lazer, a falta de segurança, a falta de manutenção nas estruturas, a falta de propostas mais inclusivas, a falta de diálogo com a população para um planejamento mais adequado etc. No entanto, observa-se que apesar de todas as dificuldades encontradas nesses espaços, é possível observar as pessoas os utilizando de outras formas.

Conforme foi observado nas análises dos dados, os dois recortes espaciais dessa pesquisa se revelam representativos, por diferentes contextos da história, no passado com característica de porto e hidroporto, no presente por estarem voltados às atividades de lazer e turismo. Essa recente configuração dos espaços a beira rio, trouxe diversas discussões críticas sobre esses projetos de intervenção urbana conhecidos como “janelas para o rio”. Portanto, considera-se fundamental abordar outras questões referentes ao espaço público, especialmente as práticas sociais de lazer.

Em se tratando do Complexo Turístico Estação das Docas, muitos usuários conseguem vivenciar o lazer, mas muitas vezes este se apresenta de forma “regulada”, com certa vigilância, sem muita liberdade, visualizadas nas normas e regras impressas no “agir” dos funcionários, os quais utilizam de certa autoridade para dizer o que pode e o que não pode fazer no local, a partir das orientações dos gestores do espaço.

No entanto, novos usos acabam fazendo parte da cena e se instalando numa espécie de práticas sociais de lazer independente, as quais imprimem certa liberdade e pequenas transgressões ao que está imposto como norma. De certo modo, essas práticas observadas representam um novo cenário, não mais como um espaço exclusivamente homogêneo, mas com a realização de práticas sociais de lazer que outrora não eram possíveis, se consideradas as inicialmente planejadas pelos gestores do espaço.

Isso pode ser percebido na prática do *Pokémon GO*, em que os gestores do espaço precisaram se adequar à demanda frequente dos grupos que passaram a realizar competições naquele espaço, combinadas autonomamente pelos grupos de

jogadores, convocadas via redes sociais. Foi necessário que os gestores providenciassem a instalação de tomadas elétricas, para atender à necessidade dos jogadores em carregar seus *Smartphones*.

Outra prática observada foi o Piquenique, realizado por grupos que levam seus alimentos e utilizam o espaço do palco e arquibancadas do anfiteatro externo ao setor de restaurantes. Além de utilizarem um local onde não estava planejado esse tipo de uso, vivenciam o espaço numa lógica de contra posição ao consumo previsto para ser realizado nos restaurantes e bares da Estação das Docas.

Na mesma linha, as rodas de conversa dos idosos acontece nas mesas que estão mais “livres” do controle dos bares e restaurantes, sem o consumo de alimentos e bebidas dos mesmos, já que o valor dos serviços oferecidos no espaço não condiz com suas realidades financeiras.

Outra prática observada foi a dos jovens tocando violão, sentados no chão de alguns locais externos do Complexo Turístico, os quais não possuem mesas e cadeiras, assim como a prática de algumas danças desses grupos realizadas nessas áreas, o que acaba em alguns momentos, contrariando as normas previstas para o espaço e tendo a intervenção de funcionários da OS Pará 2000, já que não é permitido sentar em determinados locais da Estação das Docas.

Essas práticas sociais de lazer tornam-se significativas, no sentido de demonstrar que algumas escolhas de usuários do espaço revelam-se como pequenas resistências e demonstração de contra posição à lógica de consumo dos pacotes de divertimento determinados por certos espaços que são dominados pelo mercado. Nesse sentido, tais práticas validam uma outra lógica, a de restaurar o sentimento de estar junto.

Essas ocupações indicam práticas de lazer despretensioso, mas que ao mesmo tempo apresenta um potencial transformador perante o formato de uso predeterminado para aquele espaço. Outro aspecto importante é que esses usuários acabam sendo protagonistas das suas práticas sociais.

Isso significa dizer que as práticas observadas durante essa pesquisa, na Estação das Docas, demonstram outros movimentos nesse espaço. Talvez algumas ações de gestões passadas possam ter contribuído, mas não foram suficientes para apontar a Estação das Docas como lugar democrático, até porque este é um espaço socialmente dividido.

Dessa forma, observa-se que esse movimento é resultado da própria entrada de usuários, trazendo consigo suas formas de vivenciar o lazer, mesmo que em certos momentos tenham que infringir normas e regras do local. Vale destacar que, por conta desse formato de espaço público, algumas práticas sociais não adentram o Complexo Turístico, como foi percebido na prática da pesca e do banho de rio, os quais só podem acontecer fora do cercamento pelas grades da Estação das Docas.

Outro ponto observado é que apesar de existir uma programação fixa com projetos na Estação das Docas, percebeu-se que a grande maioria dos entrevistados desconhece tais ações ou não costuma frequentar. Tal realidade implica dizer que a administradora da Estação das Docas, OS Pará 2000, com seu modelo de gestão atual, ainda não conseguiu atender às diferentes demandas que surgem ao longo dos anos. Nesse sentido, a participação da população no processo de planejamento, por exemplo, seria um caminho possível para uma maior interação entre o que é proposto e o que a população gostaria de vivenciar.

É importante lembrar que as práticas sociais de lazer, muitas vezes, independem da intervenção direta do poder público, isto foi visualizado em muitas situações na Estação das Docas, porém uma presença maior dos órgãos responsáveis por meio de políticas mais inclusivas acabariam garantindo acesso e democratização nesse espaço público de lazer.

No Complexo Turístico Ver-o-Rio, apesar das práticas de lazer acontecerem de maneira bastante autônoma e com maior liberdade, sem muitas normas, regulação e vigilância sobre o que pode ou não pode ser realizado no espaço, em termos de práticas dos usuários, foi possível perceber que a falta de políticas públicas para o local, em certos momentos, acaba interferindo na qualidade dessas práticas.

Ficou evidente, por exemplo, que a falta de segurança no local, em alguns momentos ocasiona o fato do espaço ficar ocioso e sem usuários, por medo de práticas ilícitas que ali possam ocorrer. O próprio planejamento de ações do órgão responsável pelo Ver-o-Rio contribui com essa situação, a partir da observação e da narrativa do gestor de uma das secretarias, que ações e serviços direcionados para ocorrerem naquele espaço são apenas para determinado horário.

Outro ponto observado foi que não existem programações contínuas para os usuários desse espaço público, apenas ações pontuais. Os dois órgãos principais que administram o espaço poderiam contribuir para garantir uma programação diversificada para os usuários, o que não se faz tão presente. Em síntese, o que se

observa é um certo abandono por parte da política pública em diferentes aspectos como: a falta de atividades culturais, a falta de segurança, a deficiência na limpeza etc., que de alguma forma inviabilizam o uso frequente daquele espaço.

Todavia, não é o planejado pelo poder público que dá sentido àquele espaço, mas as formas de sociabilidade dos usuários, as quais conseguem mostrar o sentido de pertencimento ali encontrado.

Isso foi identificado numa variedade de práticas sociais de lazer realizadas de forma autônoma pelos usuários como: o banho de rio, o piquenique, a pesca, a dança, a contemplação da natureza, o jogo de futebol, as brincadeiras no parquinho, a roda de conversa entre amigos etc.

Todas essas práticas demonstraram como o lazer é vivido por esses atores sociais e apontam que estão profundamente vinculadas ao modo de vida e às tradições desses usuários. Não é por acaso que essas práticas se encarnaram no corpo do homem e da mulher ribeirinho e está presente até nos dias atuais, isso é percebido pelo banho de rio e pela pesca.

Mesmo se considerando os limites para vivenciar o lazer no Ver-o-Rio, por falta de políticas públicas, pode-se dizer que as práticas sociais ali encontradas detêm de mais liberdade e de mais acessibilidade à população. Entretanto, não se pode esquecer que, mesmo o espaço tendo essa qualidade em termos de liberdade de usos, foi possível perceber que em certos momentos existem ações da guarda municipal e da polícia, o que acaba por intimidar os usuários.

A partir desses fatos pode-se dizer que os órgãos de segurança pública ainda estão pautados no militarismo e na atitude meramente repressiva. Isso de certa maneira precisa se reestruturar dentro dos órgãos de segurança pública, tornando a comunidade aliada na prevenção da criminalidade, ainda que o Estado seja responsável principal nesta questão, a segurança pública é direito e responsabilidade de todos.

Desse modo, ao analisar as práticas sociais de lazer nos dois espaços públicos, foi possível ver determinados aspectos da vida urbana, além de práticas que hora competem hora se complementam. Esses comportamentos são visualizados por certos gostos e estilos de vida, os quais exprimem preferências distintas presentes tanto na Estação das Docas quanto no Ver-o-Rio.

Nos dois espaços públicos, foi possível observar diferentes práticas que na maioria das vezes estão à margem das políticas públicas, além disso, muito do que é

produzido, seja em projetos ou em ações não consegue atender a maioria dos usuários. Tais limites foram percebidos pelas próprias narrativas dos gestores, em que destacaram que a elaboração dessas políticas parte exclusivamente de seus gabinetes, não havendo uma comunicação com os frequentadores desses espaços públicos de lazer.

Talvez um caminho possível para os entraves encontrados nos espaços públicos, seja verificar os comportamentos, os usos específicos e as possíveis necessidades da população, assim como é necessário que haja uma comunicação entre os órgãos públicos que trabalham diretamente com a elaboração de políticas públicas e os usuários.

Portanto, conclui-se que analisar as práticas sociais de lazer na Estação das Docas e no Ver-o-Rio revelou não somente os campos de forças atuantes sobre o uso desses espaços, mas também permitiu desvelar formas de resistências, por meio de artifícios e de estratégias que os usuários utilizam para vivenciar o lazer nos dois espaços públicos.

## REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, S. L. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume, 2008.
- ADORNO, T. A Indústria Cultural: o iluminismo como mistificação de massas. In: **A Indústria Cultural e Sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- ALMEIDA, E. L. Participação Popular Na Gestão Da Segurança Pública: A Evolução De Sua Implementação Na Bahia. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, XXXIII, 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2009.
- AMARAL, M. D. B. **A guerra das águas: concepções e práticas de planejamento e gestão urbana na orla fluvial de Belém (PA)**. 2005. 229f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.
- ARRUDA, E. S. **Planejamento Porto de Belém do Pará: origens, concessão e contemporaneidade**. 2003. Dissertação (Mestrado). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR-9050: Acessibilidade a Edificações, Mobiliário e Espaços Urbanos. Rio de Janeiro: 2004.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 7, 2011.
- BAHIA, M. C. **O lazer e as relações socioambientais em Belém-Pará**. Belém: NAEA, 2014.
- BAUDRY, P. O urbano em movimento. In: JEUDY, H; JACQUES, P. B. (Org.). **Corpos e cenários urbanos**. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 25- 37.
- BAUMAN, Z. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009. 94p.
- BELÉM da saudade: a memória da Belém do início do século em cartões-postais. 2. ed., rev. aum. Belém: SECULT, 1998. 278 p.
- BELÉM, Prefeitura de Municipal. Pró-Belém: Plano de reestruturação da orla de Belém. Belém: PMB, 2000.
- \_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 02, de 19 de Julho de 1999. Dispõe sobre o parcelamento, ocupação e uso do solo urbano do Município de Belém e dá outras providências. Belém: Câmara Municipal de Belém, 1999.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- \_\_\_\_\_. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. Introdução, Organização e Seleção de Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRASIL, Lei nº 10.219, de 11 de Abril de 2001. Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola", e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LEIS\\_2001/L10219.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10219.htm). Acesso em: 12 set. 2018.

BRASIL. Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, 18 set. 2008. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Atos2007-2010/2008/Lei/L11771.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos2007-2010/2008/Lei/L11771.htm) . Acesso em: 11 jan. 2019.

CASTRO, E. M. R.; FIGUEIREDO, S. L. **Sociedade, campo social e espaço público** (Orgs.). Belém: NAEA, 2014.

CASTRO, M. A. D. **Turismo gastronômico na Amazônia paraense: as perspectivas de consolidação do destino Belém-PA sob a análise da oferta**. 2016. 203f. Dissertação (Mestrado em ciências) – Programa de Pós Graduação em Turismo, Escola de Artes, ciências e Humanidades, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8 Ed. São Paulo: Contexto, 2009.

CATALINAS no Brasil. 1973. Disponível em <http://www.catalinasnobrasil.com.br/site/galeria-de-fotos/category/70-panair-do-brasil.html> . Acesso em: 11 set. 2018.

CEREJA, F. A. **Continuidade e descontinuidade administrativa: um estudo comparado entre programas de microcrédito municipais**. 2012. 128f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

CHÊNE, A. Percepções corporais do mundo urbano. In: JEUDY, H; JACQUES, P. B. (Org.). **Corpos e cenários urbanos**. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 141- 151.

COSTA, M. J. B. **Gestão de orla urbana e turismo sustentável: reflexões e proposições a partir do projeto do complexo Ver-o-Rio em Belém (PA)**. 2013. 114f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos naturais e Desenvolvimento local na Amazônia) – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

COSTA, W. de S. R. Tem crente no pedaço: apropriações da cidade por jovens evangélicos. In: Simpósio Sudeste de ABHR, Gênero e Religião: Violência, Fundamentalismo e Política, 2, 2015, São Paulo. **Anais...** PUC/SP, 2015.

DONABEDIAN. A. Aspects of medical care administration. Boston: Harvard University Press; 1973.

DUARTE, C. R. S.; COHEN, R. Proposta de Metodologia de Avaliação da Acessibilidade aos Espaços de Ensino Fundamental. In: Anais NUTAU 2006: Demandas Sociais, Inovações Tecnológicas e a Cidade. São Paulo, USP: 2006.

ELIAS, N; SCOTSON, J. L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FAU/UFPA. 2018. Disponível em <https://fauufpa.org/2018/06/23/a-construcao-da-rampa-da-panair-em-1930> . Acesso em: 11 set. 2018.

FERREIRA, V. M; CRAVEIRO, M. T. Reabilitar ou requalificar a cidade? *Sociedade e Território*, v. 4 , n 10/11, p. 71-76. Dez. 1989.

FERREIRA, V. M.; LUCAS, J.; GATO, M. A. B. Requalificação urbana ou reconversão urbanística? In V. M. Ferreira; F. Indovina (Eds.), *A cidade da Expo'98. Uma reconversão na frente ribeirinha de Lisboa*. Lisboa: Bizâncio. 1999, p. 205–250.

FRANÇA, J. **Espaços públicos de lazer e cidade Desdobramentos em Belém-PA, o caso orla portal da Amazônia**. 2018. 362f. Tese. (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) -- Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2018.

FIGUEIREDO, S. L. Espaços Públicos nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: NAEA, 2008, p. 79-92.

FIGUEIREDO, S. L. O campo do lazer, festa e políticas nos espaços públicos urbanos. In: BAHIA, M. C. (Org.). **Novas leituras do lazer contemporâneo**. Belém: NAEA, 2018, p. 151-162.

FREITAS, A. P. N. **Políticas culturais e consumo cultural**: um estudo dos públicos da Estação das Docas em Belém/PA. 2010. 145f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Fortaleza, 2010.

FRÚGOLI JR., H. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. **Revista de Antropologia**, vol.48, nº 1, pp. 133-165, 2005.

\_\_\_\_\_. **Sociabilidade urbana**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, C. L. **Lazer, trabalho e educação**: relações históricas, questões contemporâneas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

\_\_\_\_\_. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 3-20, 2014.

GOMES, P. C. C. **A condição urbana**: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

\_\_\_\_\_. Espaços públicos: um modo ser do espaço, um modo de ser no espaço. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Olhares geográficos: modos de ver e viver o espaço**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

GOMES, C.; PINHEIRO, M.; LACERDA, L. **Lazer, turismo e inclusão social: intervenção com idosos**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

GRUBER, G. V.; STOPPA, E. A. O lazer do brasileiro: representações e concretizações nos espaços e equipamentos. In: STOPP, E. A.; ISAYAMA, H. F. (Org.). **Lazer no Brasil: representações e concretizações das vivências cotidianas**. Campinas: Autores associados, 2017. p. 81-94.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: tempo Brasileiro, 1983.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACQUES, P. B. Elogio aos Errantes: a arte de se perder na cidade. In: JEUDY, H; JACQUES, P. B. (Org.). **Corpos e cenários urbanos**. Salvador: EDUFBA, 2006. p. 117- 139.

JEUDY, H; JACQUES, P. B. **Corpos e cenários urbanos**. Salvador: EDUFBA, 2006.

JOSEPH, I. Paisagens urbanas, coisas públicas: Introdução. **Caderno CRH**, Salvador, n. 30/31, p.11-40, jan./dez. 1999.

\_\_\_\_\_. Belém: paisagem, coisa pública. **Cadernos do IPPUR**. IPPUR, UFRJ. Ano XVIII, n.1-2. p. 41-90, jan/dez. 2004.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 1991.

LEITE, R. P. **Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife antigo**. 390 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campina, Campinas, 2001.

\_\_\_\_\_. **Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_. Localizando o espaço público: Gentrification e cultura urbana. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n° 83, p. 35-54, dezembro 2008.

\_\_\_\_\_. A Exaustão das Cidades: Antienobrecimento e Intervenções Urbanas em Cidades Brasileiras e Portuguesas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.72, p.73-88, 2010.

LINHALES, M. A. Jogos da política, jogos do esporte, subsídios à reflexão sobre políticas públicas para o setor esportivo. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e esporte: políticas públicas**. Campinas: Autores Associados, 2001. p. 31- 56.

LOIZOS, P. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, M. W; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p.137-155.

LYNCH, K. **A boa forma da cidade**. Lisboa: Edições 70, 2010.

MACHADO, Hugo da Cunha. Linha aérea Belém-Manaus. *Revista Marítima Brasileira* (RJ), ano 53, n. 5 e 6, p. 671-696, nov./dez. 1933.

MAGNANI, J. G. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

\_\_\_\_\_. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.

\_\_\_\_\_. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In MAGNANI, J; GUILHERME, C. (Orgs.). **Na Metrópole: Textos de Antropologia Urbana**. São Paulo: EDUSP, 2008.

\_\_\_\_\_. Antropologia urbana: desafios e perspectivas. In: **Revista Antropologia** (São Paulo, Online): USP. v. 59, n.3, pp. 174-203, 2016.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e humanização**. Campinas: Papyrus, 1983.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996.

\_\_\_\_\_. **Estudos do lazer: uma introdução**. 2. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

\_\_\_\_\_. Subsídios para uma política de lazer: o papel da administração municipal. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) **Políticas Públicas de lazer**. Campinas: Alínea, 2008, p. 133-152.

MARCELLINO, N. C.; BARBOSA, F. S.; MARIANO, S. H. espaços e equipamentos de lazer: apontamentos para uma política pública. In: MARCELLINO, N. C. (Org.) **Políticas Públicas de lazer**. Campinas: Alínea, 2008, p. 133-152.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. V.. **Metodologia científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

MASCARENHAS, Fernando. **Entre o ócio e o negócio: teses acerca da anatomia do lazer**. 307f. Tese (Doutorado) Faculdade de Educação Física – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MASSEY, D. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antônio (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

MEIRA, F. A. **Evolução Histórica de Belém do Grão-Pará**. 1ªed. Belém, Grafisa, 1976. 2v.

MENEZES, P. M. L E COELHO NETTO, A L. Escala: Estudo de Conceitos e Aplicações. In: **Anais do XIX Congresso Brasileiro de Cartografia**, Recife, P.E., CD Rom, 1999.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MOREIRA, M. G S. Requalificação urbana. Alguns conceitos básicos. Artitextos, n. 05, 2007. Disponível em: [http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1802/1/FAUTL\\_13\\_D\\_GMoreira.pdf](http://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1802/1/FAUTL_13_D_GMoreira.pdf). Acesso em: 20/11/2018.

OSTROFF, E. Universal design: the new paradigm. In W. F. E. Preiser, & E. Ostroff, **Universal design handbook (1.3-1.11)**. New York, NY: McGraw-Hill Professional, 2001.

PARÁ. Decreto N° 3.881, de 25 de janeiro de 2000. **Diário Oficial do Estado do Pará**, 2000.

PEIXOTO, P. Requalificação Urbana. In: FORTUNA, C; LEITE, R. P. (Org.) **Plural de Cidades: novos léxicos urbanos**. Coimbra: CES e Almedina. 2009, p. 41-52.

PENTEADO, A. R. **O Sistema Portuário de Belém**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973. (Coleção Amazônica, Série José Veríssimo).

PEREIRA, P. V. V.; MATOS, L. S. Lazer como mecanismo de apropriação democrática dos espaços públicos: um estudo sobre as práticas de lazer na Estação das Docas em Belém (Pará, Brasil). **Turismo e Sociedade**, v. 8, n. 3, pp. 511- 531, 2015. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/41260>. Acesso em: 01 out. 2018.

PINHO, R. B. Feira das Pulgas cartografia da cidade na contemporaneidade. 2017. 207f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas. 2017. Disponível em: [http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/dissertacao\\_rafaela\\_pinho.pdf](http://prograu.ufpel.edu.br/uploads/biblioteca/dissertacao_rafaela_pinho.pdf). Acesso em: 10 dezembro 2018.

RECHIA, S. **Parques públicos de Curitiba: A relação cidade-natureza nas experiências de lazer**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2003.

\_\_\_\_\_. O jogo do espaço e o espaço do jogo em escolas da cidade de Curitiba. *Revista brasileira de Ciências do esporte*, Campinas, v. 22, n. 2, p. 91-104, jan., 2006.

RIBEIRO, L. C. Q.; RIBEIRO, M. G. **IBEU: índice de bem-estar urbano**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

SABOYA, R. **Concepção de um sistema de suporte à elaboração de planos diretores participativos**. 2007. Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil – Universidade Federal de Santa Catarina.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7 Ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, E. R. C. **À beira do rio e às margens da cidade: diretrizes e práticas de planejamento e gestão para a orla de Belém (PA)**. Belém, 2002. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

SANTOS, V. C. **Economia solidária: principais conceitos e a materialidade na realidade brasileira**. Belém, 2010. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP: Espaço e Tempo** (Online), n. 32, p. 89-109, 2012.

SERPA, Â. Espaço público e Acessibilidade: Notas para uma abordagem geográfica. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, SP, n.15, pg. 21-37, 2004.

\_\_\_\_\_. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2009.

SEVERINO, A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, J. P. Cidadania e reconhecimento. In: AVRITZER, L.; DOMINGUES, J. (Org.). **Teoria social e modernidade no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

SILVA, E. A. P. C. et al. **Os espaços de lazer na cidade: significados do lugar**. *Licere*, Belo Horizonte, v.15, n.2, 2012. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/455> . Acesso em: 10 Jan. 2019.

SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **Revista GEOUSP: Espaço e Tempo**, n.19, p.93-111, 2006.

SOUZA, M. L. Cidades fragmentadas, medo generalizado: das áreas de risco à ubiquidade do risco. In: \_\_\_\_\_. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 179-220.

TRAVASSOS, C.; MARTINS, M. Uma revisão sobre os conceitos de acesso e utilização de serviços de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 20, p. 190-198, 2004.

TRINDADE JR., S. C.; AMARAL, M. D. B.; SANTOS, E. R. C. Estado, Políticas Urbanas e Gestão do Espaço na Orla Fluvial de Belém. In: CASTRO, Edna (Org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, p.59-84, 2006.

TRINDADE JR., S. C. Patrimônios, vivências e representações do espaço em políticas de requalificação urbana na Amazônia. **Revista Espaço & Geografia**, v.16, N. 2, p. 483-513, 2013.

VAINER, C. B. As Escalas do Poder e o Poder das Escalas: o que pode o poder local? In: **CADERNOS IPPUR**. Ano XV, nº2 Ago-Dez 2001.

VENÂNCIO, M.; PESSÔA, V. L. S. O Diário de campo e a construção da pesquisa: registro das emoções dos sujeitos envolvidos e a reconstrução de suas histórias de vida e do lugar. In: RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S. (Org.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009, p.317-336.

WERNECK, C. L. G. **A Constituição do lazer como um campo de estudos científicos no Brasil**: implicações do discurso sobre a cientificidade e autonomia deste campo. In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 12, 2000, Balneário Camboriú, SC. Coletânea... Balneário Camboriú: Roca; UVA, 2000a, p. 77 - 88.

**APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTAS – USUÁRIOS**

1. Idade

( ) 15 – 20 anos

( ) 21- 40 anos

( ) 41 - 65 anos/

( ) acima de 65 anos

2. Sexo ( ) M ( ) F

3. Qual sua escolaridade?

( ) Ensino fundamental ( ) Ensino fundamental incompleto ( ) Ensino Médio

( ) Ensino Médio incompleto ( ) Ensino Superior

( ) Ensino Superior incompleto ( ) Pós-graduado

4. Classe Social (média salarial)

( ) Até 2 Salários mínimos

( ) De 02 a 04 salários mínimos

( ) De 04 a 10 salários mínimos

( ) De 10 a 20 salários mínimos

( ) outro\_\_\_\_\_

5. Qual sua principal ocupação?\_\_\_\_\_

6. Onde mora (bairro)?\_\_\_\_\_

7. Há quanto tempo você frequenta esse espaço?\_\_\_\_\_

8. Com que frequência você utiliza esse espaço?

( ) Todos os dias ( ) Até 2x/semana

( ) Até 4x/semana ( ) Até 6x/semana

( ) Apenas dias de semana ( ) Apenas no final de semana

( ) Outros\_\_\_\_\_

9. Que horário/turno você costuma vir a esse espaço?

( ) Manhã ( ) Tarde ( ) noite

10. Qual o seu meio de locomoção até este espaço?

( ) bicicleta ( ) a pé ( ) carro ( ) transporte público ( )

outros\_\_\_\_\_

11. O que você costuma fazer aqui? Por que você realiza essas atividades?

12. Por que você escolheu esse espaço para essas atividades?

13. Você encontra algum problema para utilização desse espaço, por quê?
14. Quais os motivos que o impede de usar mais vezes esse espaço?
15. Você conhece algum projeto de lazer oferecido nesse espaço?
16. O que você acha que poderia melhorar? Quais atividades de lazer você gostaria que tivesse aqui?
17. Em sua opinião, qual a importância desse espaço para a cidade de Belém?
18. O que mais você aprecia aqui (pontos positivos)? O que você não aprecia nesse espaço (pontos negativos)?

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTAS – ATUAIS GESTORES**

1. Idade

( ) 20 – 29            ( ) 30 – 39            ( ) 40 – 49            ( ) 50 – 59

( ) acima de 60 anos

2. Sexo ( ) M      ( ) F

3. Classe Social (média salarial)

( ) Até 2 Salários mínimos

( ) De 02 a 04 salários mínimos

( ) De 04 a 10 salários mínimos

( ) De 10 a 20 salários mínimos

( ) outro \_\_\_\_\_

4. Formação Profissional \_\_\_\_\_

5. Atuação Profissional. Desde quando? \_\_\_\_\_

6. Cargo. Desde quando? \_\_\_\_\_

7. Quais são os projetos e/ou ações desenvolvidos nesse espaço?

8. Com qual frequência e qual a finalidade?

9. Quem financia ou apoia a realização?

9. Para a elaboração ou aprimoramento destes projetos ou ações é realizada alguma consulta ou pesquisa com a comunidade?

10. Que tipos de projetos ou ações são permitidos aqui?

10. Existem normas e regras para a utilização desse espaço, Se sim, quais?

10. Existe articulação ou parceria entre este órgão e outros órgãos públicos ou privados no desenvolvimento dos projetos ou ações (Universidades, Secretarias, ONGs, Associações, empresas)?

11. Pensando sobre uma gestão para a apropriação desse espaço, são realizadas intervenções (projetos, ações, eventos) objetivando incentivar a comunidade a apropriar-se desses locais? Se sim, de que forma? Quem é o responsável por seu planejamento e organização?

**APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS ANTIGOS GESTORES**

1. Cargo. Por quanto tempo? \_\_\_\_\_
2. Qual o período de ocupação do cargo? \_\_\_\_\_
3. Gostaria que falasse do processo de gestão do espaço (Planejamento, parcerias, execução)?
4. Quais projetos e/ou ações eram desenvolvidos no espaço, quais eram os objetivos?
5. Existia uma articulação ou parceria entre a gestão do espaço e outros órgãos públicos ou privados no desenvolvimento dos projetos ou ações (Universidades, Secretarias, ONGs, Associações, empresas)?
5. Pensando em uma gestão para a apropriação do espaço, quais eram as intervenções que incentivavam a comunidade a apropriar-se do espaço público? Se sim, de que forma? Quem é o responsável por seu planejamento e organização?
6. Na sua época, a gestão alcançou seu objetivo? Se sim, de que forma?

## APÊNDICE D- PROTOCOLO DE OBSERVAÇÃO DOS ESPAÇOS

Espaço:

Data:

### **Acessibilidade**

Acesso e meios de transporte:

Qualidade funcional (andar, sentar, falar):

Segurança:

Conservação do espaço:

Tipos de serviços oferecidos:

Integração com outros espaços da cidade:

Espaço físico (adequação a portadores de necessidades especiais):

### **Apropriação (Ocupação)**

Projetos: Quais projetos são desenvolvidos nos espaços?

Práticas sociais: Que práticas sociais de lazer acontecem no local?

Formas de ocupação: Quais as formas de ocupação no local?

Outras possibilidades de práticas sociais: Quais outras práticas poderiam ser realizadas no local?